

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

DIEGO DA SILVA PACHECO

**DO PRATA À GUANABARA:
A DEPOSIÇÃO DE ARTURO FRONDIZI
E A IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO (1962)**

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Orientador

Porto Alegre
2010

DIEGO DA SILVA PACHECO

**DO PRATA À GUANABARA:
A DEPOSIÇÃO DE ARTURO FRONDIZI E A IMPRENSA
DO RIO DE JANEIRO (1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P116d Pacheco, Diego da Silva
Do Prata à Guanabara : a deposição de Arturo Frondizi e a
imprensa do Rio de Janeiro (1962) / Diego da Silva Pacheco. –
Porto Alegre, 2010.
179 f.

Diss. (Mestrado em História) – Fac. de Filosofia e Ciências
Humanas, PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira.

1. Argentina – História – Governo Frondizi. 2. Imprensa –
Rio de Janeiro – Aspectos Políticos. 3. Brasil – História
Política. I. Silveira, Helder Volmar Gordim da. II. Título.

CDD 982

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

DIEGO DA SILVA PACHECO

DO PRATA À GUANABARA:
A DEPOSIÇÃO DE ARTURO FRONDIZI E A IMPRENSA
DO RIO DE JANEIRO (1962)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em: ___ / ___ / ___.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira – PUCRS (orientador)

Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Setti Reckziegel – UPF

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu - PUCRS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria agradecer a todos os colegas que eu tive até aqui nesses anos que abarcam a graduação e o mestrado. Entre esses agradeço de forma especial àqueles que foram meus mais próximos companheiros ao longo de toda a graduação: Diego Padula, Jair de Oliveira e Paulo Maia. Mesmo hoje não sendo tão próximos como naqueles dias nostálgicos, tenho certeza que o companheirismo desses contribuiu decisivamente para eu ter conseguido lograr os meus objetivos. São tantos os colegas que se eu fosse citar todos estenderia excessivamente esse texto, mas gostaria de dar notoriedade as contribuições e a amizade de Maitê Peixoto, Moacir Josué Dias Soares e Vanessa Lieberknecht. Também gostaria de destacar o meu agradecimento a Bruno Henz Biazetto e Luis Carlos dos Passos Martins, que além de terem contribuído de forma decisiva para esse trabalho são dois dos melhores amigos que eu fiz na minha estadia na PUCRS e que pretendo levar para a vida toda. Entre o debate acadêmico e o futebolístico, os estudos e as jornadas no Beira-Rio, tiveram grande contribuição para a realização desse trabalho.

Da mesma maneira, gostaria de destacar as contribuições do meu orientador, o prof. Helder da Silveira, com o qual tive a honra de começar a trabalhar através de uma bolsa de iniciação científica no ano de 2005. A afinidade com relação aos temas relacionados à Argentina que me aproximou de sua influência passou a ser admiração e respeito e creio que as suas orientações e as conversas foram elemento fundamental na formação do pesquisador e mesmo da pessoa que sou hoje. Agradeço a paciência a qual teve com as minhas trapalhadas e burradas ao longo desses cinco anos, que por sinal foram tantas e que dificilmente outra pessoa teria aguentado.

Entre os demais professores eu gostaria de citar as contribuições de Adão Clóvis, Arnoldo Dorberstein, Braz Brancato, Draiton Gonzaga, Janete Abraão, Jurandir Malerba, Luciano Abreu, Márcia Andréa Schmidt, Maria Cristina dos Santos, Maria José Barreras, Sandra Brancato e René Gertz. Tanto em sala de aula, quanto em conversas de corredor, tanto naquilo que tangeu as minhas atividades de pesquisa, quanto nas disciplinas elementares, o trabalho desses profissionais influenciou decisivamente na minha formação.

Não poderia de deixar de mencionar a minha avó, Ivone da Silva Pacheco, e a minha mãe, Denise da Silva Pacheco, pelo apoio e compreensão prestados nesses últimos dois anos. A minha irmã, Júlia Pacheco Dotto, que odeia História, mas sempre

veio pedir ajuda para estudar para as provas. Aos meus amigos Diego Marcon, Josimar Phillipsen, Rodrigo Kalikowski e William Avilia, fiéis companheiros de todas as horas e situações e com os quais há tantos anos posso contar. Mesmo que eles não conheçam muito de História e costumem me repreender quanto tento falar alguma coisa sobre, tiveram importância, sendo a amizade desses um dos alicerces desse estudo.

Por fim, gostaria de agradecer a Bruna Gross, minha amiga e companheira, que ao longo desses dois anos teve uma paciência e compreensão acima da média. Graças ao seu carinho, dedicação e, principalmente, a sua motivação, eu tive as forças necessárias para concretizar esse árduo objetivo.

“Vai meu irmão pega esse avião você tem razão de correr assim desse frio, mas beija o meu Rio de Janeiro antes que um aventureiro lance mão. Pede perdão pela duração dessa temporada. Mas não diga nada que me viu chorando e pros da pesada diz que vou levando. Ve como é que anda aquela vida atoa e se puder me manda uma notícia boa”.

*Samba de Orly
Chico Buarque de Holanda*

“O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente da vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas puro”.

Antonio Gramsci

“Uma imprensa censurada é ruim mesmo se produzir bons produtos, uma imprensa livre é boa mesmo quando produz frutos ruins, pois esses produtos são apóstatas da natureza de uma imprensa livre. Um homem castrado sempre será um mau macho, mesmo se tiver uma boa voz. A natureza continua sendo boa mesmo se produzir abortos”.

Karl Marx

RESUMO

Esta dissertação tem como seu principal tema as maneiras como a imprensa do Rio de Janeiro interpretou a deposição do presidente argentino Arturo Frondizi. O foco dessa análise foi em três importantes jornais cariocas durante os anos 50 e 60, **O Globo**, o **Correio da Manhã** e o **Jornal do Brasil**. Esse foi um evento de grande repercussão hemisférica e que compôs a conturbada trama política latino-americana do período. O país platino viveu ao longo desse período uma conjuntura particular, caracterizada pelas disputas decorrentes da crise do seu respectivo modelo de modernização, vigente desde os anos 40, o peronismo. Com a deposição de Juan Domingo Perón, em setembro de 1955, evento que ficou conhecido como “Revolución Libertadora”, iniciou-se um conturbado momento da história argentina, onde as diversas forças políticas que compunham a nova ordem se confrontaram em busca da hegemonia outrora pertencente ao peronismo, ou seja, o direito de estabelecer as diretrizes políticas do novo regime. Após três anos de governos militares houve eleições democráticas, onde Frondizi foi eleito pela legenda da Unión Cívica Radical Intransigente. Ao longo dos quatro anos que esteve na presidência argentina, Frondizi pôs em vigor um modelo desenvolvimentista e teve de lidar com diversas crises ocasionadas pelas tensões entre peronistas e militares. Essa trama serviu de subsídio para a constituição de uma prática discursiva pelos jornais brasileiros e teve uma notoriedade em virtude da importância das representações da política argentina no Brasil. Dessa maneira, a repercussão dos acontecimentos que abrangeram a deposição do presidente argentino foi elemento da constituição de uma ideologia por parte desses agentes históricos, que visou, em uma possível leitura, constituir imagens da própria política nacional brasileira em torno das analogias com a conjuntura platina. Portanto, em torno de temas como a democracia, autoritarismo, o papel das forças armadas, desenvolvimento econômico e a conjuntura latino-americana esses jornais estabeleceram uma leitura da realidade política brasileira, posta em paralelo com a Argentina, que atuou como elemento de uma prática discursiva que visou atuar no contexto sócio-estruturado brasileiro a fim de estabelecer relações ou sustentar de poder.

Palavras-chave: História e Imprensa. Governo Frondizi. História do Brasil República. Autoritarismo e democracia. História política.

ABSTRACT

The current dissertation has as its main topic the perception of the Rio de Janeiro's press on the deposition of the Argentinian president, Arturo Frondizi. The following newspapers, **O Globo**, **Correio da Manhã** and **Jornal do Brasil** conceded great repercussion to the event and also seized the opportunity to reinforce their own positions about politics in Latin America, establishing certain way a discursive praxis, which happens to be the analytical focus of this research. Argentina suffered at the early 1960's of endemical instability, caused by the industrial modernization that started in the 1940's in the hands of the president Juan Perón. When Perón was removed from power, in an event known as "Revolucion Libertadora", several political fractions fought in order to fill the void left by the departure of Perón. After three years of Military Government, elections were held in Argentina and Frondizi was elected the new president representing the Unión Cívica Radical Intransigente Party (UCRI). During his four years in the presidency, he had to deal with dozens of political crisis brought by the endless rivalry between the Military and the Peronists. This plot served as an instrument for the Brazilian newspapers to set the tone of their positions on the subject and to underscore old perceptions about Argentinian politics. In this way, the repercussion of the events that lead to the Coup of the new president of Argentina was used as an ideologic instrument in order to establish a comparison with the political situation in Brazil. Finally, the instability in Argentina proved to be the perfect moment for the Brazilian press to establish this comparison. Speaking of concepts like Democracy, Autoritarism, the social role of the Military and the Latin-American political situation like they were talking about the neighbour. However, they were sepeaking about their own country and what were the values and the relations of power that these midiatic groups sustained in that context of turmoil in South America.

Key-Words: History and Press, Frondizi Administration, Brazilian Histoy – Republican Period, Autoritarism and Democracy, Political History.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Quadro quantitativo de menções aos eventos argentinos..... p. 14
- Tabela 2** – Posicionamento dos jornais sobre a crise argentina..... p. 80
- Tabela 3** – Atribuições de influência a crise argentina..... p. 113

LISTA DE SIGLAS

AP – Associated Press
CGT – Confederación General del Trabajo
CM – Correio da Manhã
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
FMI – Fundo Monetário Internacional
FP – Federation Press
FP – France Press
GLO – O Globo
GOU – Grupo de Oficiais Unidos
JB – Jornal do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – Operação Pan Americana
PAN – Partido Autonomista Nacional
PC – Partido Comunista
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
UCR – Unión Cívica Radical
UCRI – Unión Cívica Radical Intransigente
UCRP – Unión Cívica Radical del Pueblo
UDN – União Democrática Nacional
UPI – United Press Internacional
YFP – Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. HISTÓRIA, IMPRENSA E IDEOLOGIA.....	22
1.1 Os usos da imprensa para a construção do conhecimento histórico.....	22
1.2 A modernização dos jornais cariocas nos anos 50	25
1.3 Compromissos históricos da imprensa carioca	29
1.3.1 O Globo	29
1.3.2 Correio da Manhã	32
1.3.3 Jornal do Brasil	35
2. DEMOCRACIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS.....	40
2.1 O presidencialismo tutelado na Argentina e a questão da legalidade no Brasil.	41
2.1.1 O governo Frondizi	42
2.1.2 A solução parlamentarista brasileira	43
2.2 Primeiro ato do rompimento democrático: as eleições de 18 de março	47
2.3 Segundo ato do rompimento democrático: o golpe militar de 29 de março	57
2.4 As imagens da participação das forças armadas na crise argentina	67
2.5 Uma breve comparação entre as posições dos jornais analisados	79
3. AS CAUSAS DA DEPOSIÇÃO DE FRONDIZI	83
3.1 Os antagonismos no Brasil ao longo da segunda república	84
3.1.1 A gênese da oposição oligárquica	85
3.1.2 As vertentes do desenvolvimentismo e a oposição ao liberalismo no Brasil	86
3.2 O Globo: a unidade dos setores democráticos	87
3.3 Correio da Manhã: uma rapsódia sulamericana	93
3.4 Jornal do Brasil: há petróleo na raiz da crise	100
3.5 Uma visão das tendências dos discursos analisados	111
4. AS IMAGENS DA OPOSIÇÃO OLIGÁRQUICA NA ARGENTINA	117
4.1 A oposição oligárquica na Argentina	117
4.1.1 As origens e as bandeiras políticas do radicalismo	119
4.1.2 A invenção do peronismo	123
4.2 O peronismo e as suas relações com a crise	125
4.3 O radicalismo através da imagem pública de Frondizi	143
4.4. As imagens do peronismo e do radicalismo: algumas ponderações	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171

INTRODUÇÃO

Brasil e Argentina ocupam papel de destaque na cena política sul-americana. Em ambos os países, devido a uma série de processos históricos, foi possível a emergência de propostas desenvolvimentistas, que almejavam lograr a modernização nacional e, de certa forma, a postulação a uma posição hegemônica na América do Sul, herdada do período de formação dos seus respectivos Estados nacionais no XIX. Portanto, as relações, conflitivas e cooperativas, entre os dois países são ponto chave para a compreensão dos processos históricos da região e de suas respectivas realidades internas. No entanto, tão importante quanto as relações oficiais e as disputas, são as suas representações mútuas, como destaca Helder da Silveira:

Brasil e Argentina representam-se mutuamente (...) como os países mais poderosos no cenário sul-americano e, eventualmente, como pólos de disputas pela supremacia estratégica em tal espaço. Nessa perspectiva constroem-se, nos círculos diplomáticos, na grande imprensa e em outras esferas de produção discursiva, representações de identificações constantes em ambos os países relativa a eventos ou cursos de longo prazo de suas respectivas ordens socioeconômicas e políticas internas.¹

Mais do que isso, pretendemos aqui defender a idéia de que a constituição mesma de uma interpretação sobre a política argentina foi um ponto fundamental na interpretação da própria política interna brasileira. Os meios de produção discursiva no Brasil tiveram na repercussão dos acontecimentos platinos não apenas um ponto de referência. Diferentemente da repercussão do que ocorria, por exemplo, na Indonésia, ou mesmo na Europa e nos Estados Unidos, por apresentarem uma série de processos análogos, interesses comuns e mesmo a proximidade geográfica, as imagens constituídas sobre a Argentina vêm sendo um dos eixos da elaboração do próprio entendimento da política nacional.

Levando em consideração a importância desse tipo de representação recíproca, o presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação da grande imprensa do Rio de Janeiro através do exemplo de três jornais: **O Globo**, o **Correio da Manhã** e o **Jornal do Brasil**. Nosso foco serão os discursos produzidos referenciados na deposição de Arturo Frondizi, em março de 1962. Nesse sentido, procuramos compreender até que

¹ SILVEIRA, Helder Gordim da. A imagem pública e a queda de João Goulart na imprensa argentina: Uma Ideologia da Solução Militar no Cone-Sul. In: **Revista História e Debates**. V. 6, n° 1, p. 49 – 61. Passo Fundo: UPF, 2006.

ponto essas imagens podem ter atuado como um elemento discursivo na elaboração de uma ideologia dentro da trama política nacional.

Frente essa problemática, o procedimento metodológico adotado foi a análise do conteúdo discursivo dos jornais mencionados. A interpretação da visão proposta pelos três jornais analisados nesse estudo em relação à queda de Frondizi foi fundamentada, principalmente, na leitura e análise dos editoriais, artigos assinados e, em um segundo plano, nas reportagens publicadas sobre o evento durante os meses de março, abril e junho de 1962. Em alguns casos, também foram elementos que compuseram essa análise a leitura de entrevistas e declarações dadas por elementos externos à hierarquia dos jornais sobre a repercussão da crise argentina.

A queda de Frondizi repercutiu de forma diferente em cada um desses jornais, que elaboraram distintas estratégias na constituição de uma interpretação desse evento. O tempo que esse tema seguiu repercutindo também variou de acordo com o jornal analisado. **O Globo** parou de cobrir a crise logo após a deposição do presidente argentino ser fato consumado, enquanto o **Jornal do Brasil** deu destaque à situação política em Buenos Aires por um longo período. Algumas outras distinções são possíveis de se verificar como, por exemplo, o fato de o **Correio da Manhã** ser o único dos três jornais que teve um enviado especial cobrindo a situação na Argentina e o grande número de peças editoriais publicadas pelo **JB** sobre os eventos argentinos.

Na tabela 1 é possível conferir, de forma quantitativa, como cada um dos jornais analisados utilizou seus espaços para divulgar os discursos sobre a derrubada de Frondizi. Por mais que o editorial seja considerado o principal canal de divulgação da opinião do jornal, partimos da idéia de que todos os seus segmentos são caminhos para sustentar as suas interpretações e, assim, de construir um discurso coerente. Estaremos também fazendo uso de artigos assinados e das declarações concedidas a esses jornais por pessoas públicas comentando a situação na Argentina. Entendemos que os agentes históricos que tiveram suas impressões “divulgadas” por esses jornais foram previamente selecionados. Embora essas não sejam formulações diretas desses agentes, o que caracteriza uma prática discursiva é a maneira como essas formas simbólicas são utilizadas.

Tabela 1 – Quadro quantitativo de menções aos eventos argentinos

	O Globo	Correio da Manhã	Jornal do Brasil
Reportagens com agências	17	31	52
Reportagens /s agências	2	-	1
Reportagens enviados especiais	-	5	-
Editoriais	2	4	12
Artigos assinados	5	2	3
Manchetes	8	15	13
Entrevista	-	-	1
Declarações	1	1	1
Charges	-	4	-
Total	37	62	84

Como pode ser visto na tabela 1, existe alguma discrepância entre a quantidade de matérias em cada jornal. Isso se deveu tanto pelas estratégias utilizadas, como pelo tempo de repercussão. Por isso, em alguns momentos da análise desses discursos será possível verificar uma maior complexidade das formulações de certos jornais em

relação aos demais. Da mesma maneira, nos deteremos um pouco mais, de acordo com a questão examinada, em um jornal do que em outros.

A fim de analisar os discursos sobre a deposição de Frondizi fazemos uso do conceito de ideologia proposto por John Thompson. A proposta desse autor parte da idéia de que *“estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”*, portando *“fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação”*.² Assim, estamos interessados em averiguar de que maneira, possivelmente, as construções discursivas que circularam nos jornais abordados durante o período analisado, envolvendo os acontecimentos referentes a esse evento específico tiveram um possível sentido mobilizado para construir ou sustentar relações de poder, dentro do contexto marcado pela solução parlamentarista de setembro de 1961.³

Antes de aprofundarmos essa proposta, é necessário pontuarmos algumas questões referentes ao contexto da época, tanto o brasileiro quanto o argentino, e procurar situá-los dentro da conjuntura internacional. Mesmo que nos detenhamos com maior atenção nos aspectos contextuais ao longo dos capítulos de análise, algumas ponderações prévias são necessárias a fim de delimitar a proposta desse estudo. A década de 1950 se caracterizou pela constituição da chamada Guerra Fria, conflito envolvendo as duas potências internacionais emergentes do pós-guerra, Estados Unidos e União Soviética. Justificadas pelo conflito ideológico, ambas procuraram estender e consolidar uma posição hegemônica no cenário internacional.⁴

Dentro das disputas que caracterizaram a Guerra Fria, o final dos anos 50 foi marcado pela ocorrência de um evento que influenciou decisivamente as diretrizes do cenário internacional. A Revolução Cubana foi um importante marco daquela conjuntura e a sua ocorrência influenciou alternâncias nas relações entre a América Latina e os Estados Unidos. A repercussão do processo revolucionário cubano e as

² THOMPSON, Jonh. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.76.

³ Cf.: Idem. p4.

⁴ Cf.: HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. e GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria**. Lisboa: Edições 70, 2007.

imagens constituídas ao seu redor foram importantes elementos na composição dos embates naquele período. Perante as ameaças de expansão do socialismo entre os países latinos e as constantes reivindicações desses por maior apoio estadunidense no auxílio ao desenvolvimento da região, surgiu a Aliança para o Progresso.⁵

Frente essas considerações sobre perspectivas mais amplas da cena global, cabe algumas ponderações preliminares sobre a conjuntura nacional brasileira e argentina. Assim como no cenário internacional, as realidades nacionais de ambos os países passaram por grandes conturbações. Segundo Silveira, nesse período tanto o Brasil quanto a Argentina atravessaram *“os impasses e conflitos dramáticos condicionados pela crise dos respectivos modelos de modernização socioeconômica das eras varguista e peronista como projetos nacionais, diante do cenário hemisférico e global da Guerra Fria. Cenário no qual, como vimos, a Revolução Cubana atuou como um extraordinário catalisador de tensões”*.⁶

Os primeiros meses de 1962 no Brasil se caracterizaram pelos primeiros reflexos do vigor da “solução parlamentarista”. Os eventos que cercaram a renúncia de Jânio Quadros e os conflitos que emergiram em torno da sua sucessão influenciaram o rumo do debate político daquela conjuntura.⁷ Esse evento foi o ponto de partida para uma série de disputas no nível simbólico que se desenvolveram em torno de temas como a democracia, o autoritarismo e o papel das forças armadas na ordem política. A cada ponto de tensão que surgia, tanto por razões de ordem política interna como, por exemplo, a questão da legalidade, em agosto e setembro de 1961, quanto de ordem externa, como no caso da repercussão da deposição de Frondizi, os debates em torno desses temas se tornavam importantes subsídios na constituição da atuação dos meios de produção discursiva.

Portanto, nos primeiros meses de 1962, as expectativas em torno do governo João Goulart eram grandes: de um lado os setores conservadores receosos com relação aos rumos que o sucessor do legado de Getúlio Vargas iria dar para seu governo. Mesmo que sua capacidade de manobra no poder estivesse reduzida em virtude das implicações do parlamentarismo, existia um temor pela radicalização do governo. Por

⁵ Mais sobre as relações América Latina e Estados Unidos e a Aliança para o Progresso em SCHOUTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão**. Bauru: Edusc, 2000.

⁶ SILVEIRA, Helder Gordim da. A implantação do Regime Militar no Brasil segundo a diplomacia Argentina: identidades e contrastes na crise política do Cone Sul (1964-1968) In: **Anais eletrônicos do VII encontro internacional da ANPHLAC**. Campinas, 2006.

⁷ Os eventos que cercam a “solução parlamentarista” foram analisados no capítulo 2 desse estudo.

outro lado, os partidários das reformas estruturais que viam com grande entusiasmo a ascensão de Jango.⁸

Desde a derrubada de Juan Domingo Perón, em setembro de 1955, a Argentina vivia uma conturbada conjuntura política. Durante seu segundo mandato, o governo Perón iniciou uma fase de instabilidades, com problemas no plano econômico, conflitos com a Igreja Católica e, sobretudo, pelo início de uma forte oposição dentro do exército. Esse cenário de instabilidades culminou em uma tentativa de golpe, em junho do ano de 1955, liderado pela marinha. Houve o bombardeio da Casa Rosada que objetivou atingir Perón, mas que não logrou sucesso. O fracasso do movimento se deveu principalmente à rápida articulação de uma resistência ao levante aeronaval precipitado pelos setores governistas do exército.⁹

No entanto, no dia 19 de setembro, uma nova revolta das forças armadas obteve sucesso em depor Perón. Dessa vez, houve maior mobilização das forças oposicionistas, que forçaram o presidente argentino a renunciar frente à iminente possibilidade de um novo ataque à Casa Rosada e de um confronto militar em larga escala em todo país. Dessa maneira, ocorreu a renúncia e o governo foi entregue a uma junta militar, que ficou incumbida de conduzir o processo de transição do controle do governo aos militares rebeldes.¹⁰ Esse episódio ficou conhecido como a “Revolución Libertadora” e marcou o início de uma nova fase na política argentina, caracterizada pelo impasse entre civis e militares no governo.

Uma das principais características desse novo cenário foi a polarização da sociedade argentina. O debate que norteou a política nacional no país platino nos anos subsequentes à queda de Perón foi qual deveria ser o destino do peronismo. Os setores mais conservadores, ligados, sobretudo aos grupos que lideraram “La Libertadora” sustentavam que justicialismo era uma ameaça à ordem social argentina e a sua participação na vida política do país, um empecilho para a consolidação da democracia. Por outro lado, havia quem advogasse, não a favor dos peronistas, mas da idéia de que uma vez que era a maior força eleitoral do país, a proscrição não seria uma solução há

⁸ Cf.: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

⁹ Cf.: POTASH, Roberto. **El Ejército y la Política en la Argentina (1945 – 1962)**: de Perón a Frondizi. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

¹⁰ Após a renúncia de Juan Domingo Perón o então ministro da Guerra, general Franklin Lucero, nomeia uma Junta Militar que fica incumbida da tarefa de conduzir a transição política. (Ver mais sobre a Revolución Libertadora em: POTASH, Roberto. Op. Cit. Cap VII)

longo prazo. Em virtude disso, deveria-se buscar um diálogo com os partidários de Perón e inseri-los na nova ordem democrática, ainda que de forma limitada.

Os conflitos em torno dessa questão foram tão intensos que dividiu posições na sociedade argentina, refletindo até mesmo no maior partido político da nova ordem, o radicalismo. Em virtude das ambiguidades em torno da postura a ser adotada frente à questão peronista e mesmo quais deveriam ser as diretrizes políticas e econômicas que o país platino deveria seguir, o partido radical acabou se dividindo em duas agremiações: a Unión Cívica Radical del Pueblo, de tendência mais conservadora e que se colocou a favor da proscrição do peronismo e a Unión Cívica Radical Intransigente, de tendência mais progressista e que defendeu o diálogo com os peronista.¹¹

Esse último era o partido do qual Arturo Frondizi era membro. Advogado, intelectual, nascido em Passos de los Libres, na fronteira com o Brasil, sua trajetória política esteve ligada a uma oposição democrática ao peronismo, sendo candidato a vice-presidente na chapa antagonista a Perón nas eleições argentinas de 1950. Escreveu uma série de obras que tiveram como tema o desenvolvimento na Argentina. Nelas defendeu uma perspectiva nacionalista, prezando por um papel do Estado como gerador de desenvolvimento e na autonomia desse processo.¹² Em 1958, foi candidato no primeiro pleito presidencial desde a queda de Perón. Graças a seu prestígio e a aliança estabelecida nos bastidores com o peronismo foi eleito presidente da Argentina.

Ao longo desse estudo iremos pontuar com maior profundidade as questões conjunturais referentes a Brasil e a Argentina e abordar mais efetivamente temas como a solução parlamentarista brasileira, a crise que culminou na deposição de Arturo Frondizi, as características dos agentes dessas tramas e as principais tendências que influenciaram os embates políticos do período. Aqui coube por ora apenas reflexões preliminares com o objetivo de delimitar o tema da pesquisa, principalmente no que toca às características e principais questões que cercaram a política no país platino.

¹¹ O radicalismo e a conjuntura argentina no período pós-Perón será analisada com maior profundidade ao longo desse estudo.

¹² Mais sobre o pensamento de Frondizi pode ser encontrado em sua obra. FRONDIZI, Arturo. **La política exterior Argentina**. Buenos Aires: Transición, 1963. e FRONDIZI, Arturo e FRIGERIO, Rogelio. **Introducción a los problemas nacionales**. Buenos Aires: Ediciones del CEN, 1965.

Quando se trata do estudo das relações exteriores dos Estados, pouco se leva em consideração o papel das imprensas, muitas vezes enfatizando-se as questões que englobam a diplomacia, os acordos econômicos e as formas de beligerância. Porém entendemos que, no âmbito das relações internacionais, a imprensa ocupa um importante papel e, por isso, não se deve perder de foco a sua atuação na política, tanto no que se refere ao *interno* como ao *externo*. Devemos, sim, levar em consideração uma série de fatores, como, por exemplo, que os jornais, na maioria das sociedades, principalmente no que diz respeito à realidade latino-americana, são veículos de comunicação voltados para camadas privilegiadas da população, letradas e intelectualizadas.

No que se refere à questão da circulação da ideologia nos Meios de Comunicação de Massa, Thompson sustenta que o conceito de “massa” não deve ser tomado em termos quantitativos. O importante quando se trata da dessa questão é a pluralidade de receptores possíveis.¹³ Para isso, faz-se necessário levar em consideração que em muitas oportunidades, dependendo do contexto sócio-histórico, as audiências eram e, em alguns casos, permanecem, pequenas e especializadas.¹⁴ É o caso do contexto brasileiro na época, onde se insere essa análise, no qual, como sustenta Helder da Silveira, mesmo que se referindo a outro contexto:

uma parcela muito reduzida da população urbana é alfabetizada e, dentre esta, mais reduzido ainda é o número daqueles potencialmente interessados em política internacional e aptos a interpretar discursos com esse referente. Não constitui, portanto, um paradoxo que, o termo massa refira-se a uma elite bastante específica.¹⁵

Assim, consideramos que a leitura potencial aqui entendida como fundamento da atuação ideológica do discurso, é aquela realizada por uma elite política e intelectual com poder de influência, direto ou indireto, nos rumos das políticas interna e externa do país. A construção ideológica, possivelmente, opera como um reflexo da visão de mundo ou das aspirações de determinado grupo, ou mesmo é direcionada para mobilização desses.

¹³ Cf.: THOMPSON, Jonh, Op.Cit. p. 287.

¹⁴ Idem.

¹⁵ SILVEIRA, Helder Gordim da. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações internacionais do Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. p.38.

Além disso, dentro das perspectivas mais recentes de História e Imprensa, o periódico deixa de ser visto apenas como um documento que auxilia para a interpretação do “real”. O jornal é um agente histórico, formula discursos que estão vinculados a interesses diversos, que podem ser interesse de um grupo ou do próprio jornal, como ator de um cenário social e político. Jean-Nöel Jeanneney adverte nesse sentido, quando sustenta:

O estudo das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre meio de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação, como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesma.¹⁶

Essa dissertação se apresentará em quatro capítulos. O primeiro tem como objetivo conduzir uma reflexão sobre os aspectos teóricos que permeiam esse estudo. Para isso, será feita uma breve leitura das maneiras como entendemos as relações entre imprensa e a produção do conhecimento histórico. Outro ponto que será abordado ao longo desse capítulo é a análise da trajetória dos jornais analisados. Fundamentaremos na bibliografia produzida que aborda o histórico desses agentes histórico com o objetivo de procurar compreender as principais características de sua atuação no contexto brasileiro e suas principais afinidades doutrinárias. Essa é uma etapa essencial desse estudo, uma vez que para compreender o caráter ideológico do discurso não apenas é importante ter nítido o contexto onde se introduzem essas práticas, mas também as maneiras como esses agentes se inserem nas tramas políticas no período.

Os três capítulos seguintes correspondem à análise das repercussões da deposição de Arturo Frondizi na imprensa do Rio de Janeiro. Cada um desses capítulos corresponde a uma categoria da prática discursiva analisada. O ponto de partida é a maneira como uma leitura de democracia foi proposta por esses discursos, o qual será o tema do segundo capítulo dessa dissertação. A discussão preliminar do capítulo girará em torno da caracterização dos episódios que cercam, por um lado, a crise que culminou na deposição do presidente argentino e, por outro, na trama que envolveu a solução parlamentarista no Brasil. A fim de compreender a elaboração de uma ideologia em

¹⁶ JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. IN: REMOND, Remond. **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p.224.

torno do conceito de democracia, estipulamos três subcategorias. A primeira corresponde às primeiras impressões da crise feita por esses jornais em decorrência da anulação do pleito argentino de 18 de março. O segundo, nas impressões resultantes da deposição de Frondizi pelas forças armadas no dia 29 do mesmo mês. Por fim, a terceira subcategoria consiste nas maneiras como a ação das forças armadas argentinas nesse contexto foi interpretada por esses jornais.

O terceiro capítulo é um dos eixos mais importantes da análise aqui proposta. O seu objetivo é examinar de como a prática discursiva de cada um dos jornais analisados explicou os porquês da crise no país platino. Destacamos a importância das elaborações discursivas em torno desse tema como cruciais para a compreensão da ideologia estabelecida em torno da questão argentina por percebemos nessas construções simbólicas os elementos mais evidentes de suas tendências políticas. A discussão preliminar do capítulo se destinará a uma breve ponderação sobre as tendências político-econômicas do cenário político brasileiro ao longo da segunda república. Diferentemente do capítulo anterior, aqui os discursos de cada um desses agentes será analisado separadamente, uma vez que identificamos como ponto em comum entre eles apenas a indagação sobre os porquês da crise argentina, sendo estipulados caminhos distintos na elaboração de uma interpretação com relação à gênese daquele quadro.

Por fim, no quarto e último capítulo, nosso foco serão as imagens que esses jornais formularam dos protagonistas daquela conjuntura na Argentina. Entendemos que a maneira como os jornais formulam imagens em torno dos atuantes da trama política um elemento importante de seus discursos. Os dois protagonistas dessa cena foram o peronismo e o radicalismo intransigente, tanto pela suas relações com o poder no país platino naquele período, como por serem os dois focos de uma oposição ao pensamento oligárquico naquele país. Para auxiliar na compreensão das estratégias discursivas em torno desses dois movimentos, propomos uma reflexão sobre a trajetória histórica desses dois movimentos políticos na introdução do capítulo.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA, IMPRENSA E IDEOLOGIA

1.1. Os usos da imprensa para a construção do conhecimento histórico

Antes de analisarmos os discursos produzidos pelos jornais cariocas em torno da queda de Frondizi é imprescindível algumas ponderações sobre as relações entre a história e a imprensa. As maneiras como a historiografia vem se utilizando dos discursos midiáticos para elaborar um conhecimento histórico têm sido variadas. Por essa e outras razões, estabelecer uma relação entre esses dois campos, como destaca Maria Helena Capelato, não é uma tarefa simples: é necessário reconhecer as limitações e as possibilidades analíticas no uso dos jornais pela pesquisa histórica.¹

Qualquer análise que se proponha a lidar com discursos midiáticos demanda uma problematização adequada. Os jornais não podem ser entendidos como um simples meio para entender um problema real: assim como os demais objetos de análise da história, o pesquisador precisa levar em consideração que ao tratar com esse tipo de material está lidando com discursos, em que as percepções e subjetividades dos seus produtores devem ser consideradas. Nessa perspectiva, ao analisar as convergências entre a história e o jornalismo, Marialva Barbosa destaca que:

A primeira aproximação está mesmo na atividade de seleção, privilégio tanto do historiador quanto do jornalista. Os meios de comunicação ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ou não ser notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão na verdade, procedendo a criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, são eles próprios criadores do acontecimento.²

Portanto, é equivocado entender o conteúdo do discurso jornalístico como uma descrição fidedigna do real. A notícia descrita pelo jornalista está envolta por sua subjetividade e implicada com seus interesses e compromissos. Uma vez feita essa ponderação, torna-se imprescindível, como nos destaca Pierre Nora, ter ciência de que a notícia na contemporaneidade não é apenas relato imparcial: a formulação de uma

¹ Cf.: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 14.

² BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia; MOREL, Marco (orgs.). **História e Imprensa**: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997, p. 87.

leitura sobre um acontecimento não atua apenas como informação, mas agrega consigo um discurso que vem a exercer uma atuação ao se inserir em determinada trama.³

Destarte, não é possível entender a política de um período, por exemplo, apenas através da leitura dos periódicos. Quando essa pesquisa se propõe a buscar compreender a atuação da imprensa carioca por meio de suas percepções da política argentina, o real objeto analítico não são essas percepções em si, mas as maneiras como elas se inseriram nas disputas simbólicas que envolveram aquela época. Por isso, torna-se importante que cada um dos jornais que compõe o presente estudo seja contextualizado naquele cenário específico e, paralelamente, levar em consideração que aquela atuação discursiva se inseriu dentro de uma trajetória mais abrangente.

Dentro dessa perspectiva, também vale ressaltar outro equívoco comum nas propostas que objetivam entender o papel dos discursos midiáticos nas sociedades contemporâneas. Existe uma tradição analítica na historiografia brasileira que comunga do pressuposto de que os jornais são instrumentos que visam sustentar a hegemonia de uma classe dominante.⁴ Como tais, esses tem sua atuação resumida à idéia de que seus discursos visam “transmitir” uma “ideologia” desses grupos, difundindo seus valores e suas concepções de mundo no objetivo de perpetuar a dominação desses sobre os demais grupos sociais.

Um exemplo desse tipo de abordagem pode ser encontrado na obra de Nelson Werneck Sodré. Quando o autor se remeteu ao contexto da década de 1950 e 60 e a atuação desses jornais na política do período, sobretudo no segundo governo Vargas, descreveu-os como representantes dos interesses do capital estrangeiro, uma vez que esse financiava esses periódicos através da publicidade.⁵ Para esse autor, a grande imprensa, em essência, constitui-se em um instrumento “ideológico” que atua em prol

³ Cf.: NORA, Pierre. O Retorno do Fato In: LE GOFF, Jacques.e NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979, pp. 179-193. Vale destacar a exemplificação oferecida por esse autor, que destaca em seu texto as maneiras como a repercussão do conhecido “Caso Dreyfuss” se inseriu nos embates que compunham a trama política francesa ao longo da terceira república.

⁴ Exemplos desse tipo de abordagem da imprensa pela história podem ser vistos em: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: a ideologia no jornal Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

⁵. SODRÉ, Op. Cit. p. 60

da manutenção da ordem socioeconômica, ou nas suas palavras, *“quando se verifica que essa gigantesca engrenagem [a imprensa] é simples parafuso de engrenagem maior, a que pertence, do capitalismo monopolista, ainda mais fácil é estimar o seu alcance e poder”*.⁶

Por um lado, concordamos que os meios de comunicação ocupam um papel de transmissores de discursos que possuem por fim estabelecer ou sustentar relações de dominação. No entanto, entender essa atuação apenas como transmissão de uma “ideologia” pode se caracterizar como um reducionismo, relacionado aos conceitos de superestrutura e ideologia presentes no materialismo histórico. Entender todos os atores que compõem esse campo dessa maneira pode se caracterizar como uma generalização. Os conflitos que se desenvolvem tanto entre os próprios produtores simbólicos e as suas especificidades não podem ser negligenciados. Compartilhamos com Luis Carlos dos Passos Martins a seguinte perspectiva:

Nossa crítica não está em negar um possível papel da imprensa ou dos sistemas de produção simbólica na satisfação dos interesses dominantes na sociedade. Os jornais, como empresas de comunicação, estão associados ao capitalismo e, deste modo, têm um vínculo estrutural com a defesa de suas regras, como a liberdade de empresa e a garantia da propriedade. O que desejamos criticar é a noção de que os possíveis interesses da classe economicamente dominante se exerçam diretamente sobre os sistemas de produção simbólica, sem nenhuma forma de mediação interna, e que, desta maneira, a imprensa constitua uma instituição monolítica na defesa dos “dominantes”.⁷

Levando em consideração a realidade brasileira, não podemos ver a conjuntura da segunda república apenas como o embate entre “dominadores” e “dominados”, ou ainda como os “dominadores” versus “aqueles que propunham a revolução”. As disputas políticas não são apenas verticais: essas têm também um caráter horizontal, onde as próprias elites também estabelecem disputas entre si no objetivo de concretizar a hegemonia de suas concepções políticas.⁸ Ao longo da análise proposta, percebemos que cada um dos jornais abordados entendeu os acontecimentos na Argentina de

⁶ Idem. p. 6.

⁷ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **O processo de criação da Petrobrás: imprensa e política no segundo governo Vargas**. Dissertação de mestrado defendida no PPGH-PUCRS. Porto Alegre, 2006. p. 73.

⁸ Essa perspectiva vem de encontro a maneira como alguns clássicos das ciências humanas descreveram a política desse período. Exemplos são encontrados nas obras de GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998. IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 e SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1995.

maneira distinta; evidente que houve pontos em comum nas interpretações dos porquês da crise no país platino e no papel desempenhado pelos atores daquela trama, porém também houve grandes diferenças nas interpretações desses produtores discursivos.

Matizadas essas breves reflexões, o nosso objetivo no seguimento desse capítulo será de delimitar historicamente a imprensa do Rio de Janeiro, sobretudo os três jornais analisados nesse estudo; **O Globo**, **Correio da Manhã** e o **Jornal do Brasil**. Dessa maneira, pretendemos caracterizar os processos nos quais esses agentes históricos estavam inseridos, principalmente o da modernização da imprensa brasileira, iniciada na virada da década de 1940 para a de 1950. Busca-se, assim, compreender as suas principais bandeiras, as maneiras como eles se relacionavam com a política e as suas tendências doutrinárias.

Para tanto, primeiramente, pontuaremos as características gerais a as implicações do mencionado movimento de modernização da imprensa brasileira, o qual teve como seu grande expoente os jornais do Rio de Janeiro. Posteriormente, faremos um breve histórico dos três jornais abordados por esse estudo, enfatizando uma análise de como se portaram em acontecimentos importantes do período e que tiveram grande repercussão na sociedade brasileira, tais como o suicídio de Getúlio Vargas, o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, a ameaça à posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, e a crise da legalidade, em 1962.

1.2. A modernização dos jornais cariocas nos anos 50

Desde o início do século XX, o jornalismo brasileiro se caracterizou por um estilo “literário”, onde os dois campos, o da literatura e o da imprensa, relacionavam-se de maneira íntima. A resultante era um modelo, influenciado pelo jornalismo francês, onde as técnicas de escrita eram semelhantes às utilizadas pelos literatos: os textos se caracterizavam por serem opinativos, sem preocupação nenhuma em desvincular os posicionamentos políticos da informação.⁹ A alternância desse paradigma se relacionou com o período: o final do Estado Novo, em 1945, e as influências da nova conjuntura internacional possibilitaram a emergência de um amplo processo de transformações, que afetou decisivamente a imprensa brasileira:

⁹ Cf.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

A conjuntura econômica no pós-guerra (...) foi extremamente favorável à imprensa como um todo. Esse período foi marcado por grandes mudanças de cunho macro-sociais, como industrialização e crescimento econômico e demográfico: O desenvolvimento do mercado interno e da indústria brasileira permitiu o fortalecimento da publicidade e, com a publicidade forte, todos os órgãos de comunicação, de forma geral, aumentaram seus faturamentos. Mesmo com o desenvolvimento do rádio e com o aparecimento da televisão, a imprensa continuou a ser, até pelo menos o final dos anos 1960, o veículo preferido dos anunciantes.¹⁰

No entanto, antes de tecer maiores considerações sobre as relações das mudanças do estilo do jornalismo brasileiro e a conjuntura da época nos deteremos brevemente no que consistiram tais modificações. A maneira como eram formatados os jornais, o seu estilo e a estrutura dos textos obedeciam a critérios próximos aos estabelecidos pelas convenções literárias. Consequentemente, as reportagens eram longas, confusas e, como destaca Ana Paula Goulart Ribeiro, citando Pompeu de Souza, um dos principais expoentes das reformas que se seguiriam, *“ninguém publicava em jornal nenhum notícia de como o garoto foi atropelado (...) sem antes fazer considerações filosóficas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades de trânsito, a fragilidade humana. Fazia-se um artigo para depois noticiar que o garoto tinha sido atropelado”*.¹¹ A autora ainda ressalta que as relações entre o jornalismo e a política eram estreitas. Consistiam-se em diários com pequena tiragem, dirigidos a públicos específicos e financiados por grupos políticos. Em suma, eram na maior parte das vezes porta-vozes do Estado ou desses grupos que os financiavam em parte ou na totalidade.

Com o crescimento industrial brasileiro iniciado no período estadonovista, houve um fortalecimento do setor empresarial, que passou, igualmente, a se organizar de maneira mais efetiva.¹² Uma das decorrências desse processo foi a ampliação do setor publicitário no Brasil. Esse grupo empresarial emergente não somente passou a

¹⁰ SOUZA, Pompeu; *apud* RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. **Imprensa e mercado no Brasil**: de 1945 aos nossos dias. In: VI Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo. São Paulo, 2008 p. 2.

¹¹ RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. **Jornalismo, literatura e política**: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: Estudos Históricos, Mídia, n. 31. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2003/1. p. 3.

¹² Os reflexos da maior organização desse grupo social podem ser percebidos pela presença de órgãos como a FIESP e a CNI. O segundo governo Vargas (1951 – 1954) foi um período onde se pode verificar efetivamente o resultado dessa organicidade, principalmente tendo em vista a participação desse setor no próprio governo. Sobre o crescimento industrial brasileiro no período e a participação dos empresários na política (Cf.: LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo Governo Vargas. In: CASTRO GOMES, Ângela de (org). **Vargas e os anos 50**. Rio de Janeiro: Relumbe-Dumará, 1994. e SOARES, Walmer Jacintho. **Os interesses industriais na consolidação do nacional-desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.)

exercer uma participação política mais enfática, como também passou a anunciar mais constantemente nos jornais. Esses novos recursos financeiros, oriundos da publicidade, foram fundamentais para o crescimento do jornalismo brasileiro: ao mesmo tempo em que eram beneficiados com o fim da censura do Estado Novo, sofreram um estímulo fundamental oriundos da emergência do mercado publicitário.¹³ O resultado foi o surgimento de uma série de novas publicações e a ampliação das tiragens daquelas já existentes.¹⁴

Esses fatores influenciaram a consolidação de um amplo processo de modernização desses jornais e a imprensa da antiga capital federal ocupou um importante papel nesse processo em um âmbito nacional. A lógica empresarial passou a nortear a organização dos periódicos, que gradativamente foram se constituindo em verdadeiras empresas jornalísticas. Sob a inspiração da imprensa nos Estados Unidos, novas técnicas foram introduzidas, priorizando-se a constituição de um estilo moderno, objetivo e onde a notícia e a opinião passaram a ter espaços próprios. Os nítidos posicionamentos políticos cederam lugar a uma postura que objetivou se legitimar por meio da “neutralidade”; o foco passou a ser o fato, que era noticiado de maneira “imparcial” pelo jornal. Como destaca Barbosa:

O que se procura construir naquele momento é a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da profissão. Assim, as reformas dos jornais na década de 1950 devem ser lidas como momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco-fundador de um jornalismo que se faz moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais editoriais – é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor.¹⁵

No entanto, a superação dos paradigmas da imprensa literária não representou prejuízo para as relações entre os grupos políticos e a imprensa; pelo contrário.

¹³ Vale ressaltar que o período estadonovista não foi apenas de prejuízos para os jornais brasileiros. Como ressalta Marialva Barbosa, “ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidade, acordos e relações conjuntas entre os homens de governos e os homens de imprensa do que divergências”. Portanto, “falar da imprensa durante os primeiros quinze anos em que Vargas esteve à frente do Governo é se referir às complexas relações de poder que se estabeleceram”. (Cf.: BARBOSA, Marialva. **Imprensa e poder no Brasil no pós 30**. In: *Questão*. Porto Alegre. v. 12. n. 2. P. 215 – 234. Jun/dez. 2006.)

¹⁴ Cf.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. e BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad,

¹⁵ Cf.: BARBOSA, Marialva. **Imprensa e poder no Brasil no pós 30**. In: *Questão*. Porto Alegre. v. 12. n. 2. P. 215 – 234. Jun/dez. 2006. p. 223.

Diferentemente do jornalismo estadunidense, que logrou a sua modernização exclusivamente com os recursos oriundos da publicidade, os jornais no Brasil, mesmo se beneficiando da expansão desse setor, contaram com recursos oriundos das relações políticas. Como Ribeiro sustenta, a lógica da empresa jornalística e a política não eram contraditórias: uma se adequava à outra, às vezes de uma maneira perfeita, às vezes precariamente.¹⁶ Nos países onde o capitalismo estava mais avançado, principalmente nos Estados Unidos, foi possível se desenvolver um jornalismo que detinha uma maior autonomia frente aos demais setores da sociedade.

Tal autonomia não existia na imprensa brasileira durante esse período. Embora as transformações na política brasileira e na economia tenham privilegiado a emergência da lógica empresarial, que passou a prevalecer em relação às determinações políticas no interior dessas empresas,¹⁷ esses jornais não detinham os recursos financeiros para custear o seu próprio desenvolvimento. Mesmo sendo mais sofisticados e complexos do que no período anterior, detinham um pequeno patrimônio líquido e necessitavam de empréstimos bancários para financiar as reformas, na maior parte das vezes, logrados através dos laços pessoais, de relações imediatas e compadrios.¹⁸

Assim, quando levamos em consideração os discursos produzidos por essa imprensa não podemos deixar de avaliar as maneiras como esses exerceram a sua atuação na política. Mesmo que esses jornais se “entendessem” como interlocutores imparciais, não deixaram de ser atuantes na arena política, pelo contrário, mantiveram íntimas relações com o Estado. Mesmo havendo a conquista de uma maior autonomia perante o político, a maior alternância foi a forma como esses produtores discursivos estabeleciam estratégias com o fim de se legitimar. Portanto, a imparcialidade passou a vigorar como elemento fundamental da inserção dos jornais na esfera pública. Assim, esses passaram a desempenhar uma notória participação nos embates do período:

¹⁶ Cf.: RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. **Imprensa e mercado no Brasil**: de 1945 aos nossos dias. In: VI Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo. São Paulo, 2008 p. 10.

¹⁷ HONS, André Seguin des. *apud* ¹⁷ RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. **Jornalismo, literatura e política**: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: Estudos Históricas, Mídia, n. 31. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2003/1. p. 10.

¹⁸ O maior exemplo do papel dos bancos estatais no financiamento dos jornais brasileiros é o caso da **Última Hora**. Mas não só a empresa jornalística de Samuel Wainer se beneficiou com os empréstimos dos bancos estatais, mas também **O Globo** e a diários associados retiraram lograram altas quantias via empréstimos no Banco do Brasil. Cf.: RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. **Jornalismo, literatura e política**: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: Estudos Históricas, Mídia, n. 31. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2003/1. p.11.

Ao incorporar as novas técnicas e o ideal da objetividade, se afastando da literatura e recusando vínculos explícitos com a política, o campo jornalístico transformou-se numa comunidade discursiva própria e criou as condições sociais de sua eficácia. Reformar os jornais, afiná-los aos padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inseri-los formalmente na “modernidade”. No contexto dos anos 1950-60, significava fazer do seu discurso uma “fala autorizada” e transformar a imprensa em um ator social reconhecido.¹⁹

1.3. Compromissos históricos da imprensa carioca

Após situar os jornais do Rio de Janeiro dentro de um contexto de modernização da imprensa brasileira iniciado nos anos 50 e refletir sobre as implicações desse processo, nosso objetivo passa a ser uma leitura da trajetória histórica dos periódicos analisado por esse estudo. Dessa maneira, pretendemos identificar quais foram as suas principais bandeiras históricas, caracterizar a participação desses no contexto político da época e definir suas afinidades doutrinárias. Para isso, pontuaremos as condições que envolveram a fundação desses jornais e os seus posicionamentos em momentos chaves da política brasileira e, buscando, assim, compreender de alguma forma a maneira como se inseriram no embate político.

Mesmo essa tarefa resultando em um considerável recuo temporal, consideramos importante percebermos a historicidade da postura política desses agentes históricos. De tal modo, ao promover uma retomada das maneiras como os periódicos analisados se comportaram frente a importantes conjunturas da política brasileira, como, por exemplo, a consolidação do regime republicano e a revolução de 1930, pretendemos buscar um entendimento das diretrizes que guiaram a sua atuação discursiva. Portanto, ao mesmo tempo, subsidiar a análise proposta e situar os discursos produzidos em torno da deposição de Frondizi no contexto sócio-histórico estruturado brasileiro.²⁰

1.3.1. O Globo

Dos jornais analisados **O Globo** é o mais jovem, sendo fundado na década de 1920. Seu surgimento foi apontado como resultante de um embate entre seu fundador,

¹⁹ Idem p. 12.

²⁰ A noção de contexto socio-histórico estruturado apóia-se na obra de John Thompson (THOMPSON, **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2002. pp.72 – 90) e inspira-se igualmente na noção de campo de integração social na linha de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 183 – 202).

Irineu Marinho, com Geraldo Rocha, decorrido de uma divergência com relação à posse das ações do jornal **A Noite**. Após uma viagem ao estrangeiro por motivos de saúde, Marinho tentou resgatar as ações do empreendimento jornalístico que tinha caucionado com Rocha. Entretanto, esse alegou que na realidade as havia adquirido, recusando-se a abrir mão dessas. Perante a querela com Rocha, em junho de 1925, Marinho decidiu fundar um novo jornal o qual foi batizado de **O Globo**.²¹ Juntamente com Hebert Moses e Justo de Moraes, Marinho estabeleceu como diretrizes que viriam a pautar o jornal em seus primeiros anos “a defesa das causas populares”. Também procurou se manter afastado de qualquer vinculação partidária ou com grupos econômicos. No entanto, após 21 dias de sua fundação, Irineu Marinho veio a falecer, assumindo o controle a sua viúva, Francisca Marinho, que transmitiu o controle da redação para Euclides Matos.²² Mas vale destacar que em seus primeiros anos **O Globo** não passou de um coadjuvante na imprensa do Rio de Janeiro.

Durante os eventos que cercaram a formação da Aliança Liberal e a Revolução de 30, **O Globo** solidarizou-se com as causas defendidas pelo grupo liderado por Getúlio Vargas, mesmo que em um primeiro momento tenha tido ressalvas para com o movimento. Uma vez bem sucedido o processo de 1930, assim como a maior parte da grande imprensa brasileira, esse agente histórico viu com desconfiança a atuação do governo provisório. Portanto, embora o tenha apoiado em um primeiro momento, acusou Vargas de cometer arbitrariedades e aderiu ao grupo daqueles que exigiam o estabelecimento de uma constituinte. Dentro dessa mesma linha, quando da instauração do Estado Novo, **O Globo**, dentro das limitações impostas pela censura, manteve uma postura de desgosto perante o novo regime. Nos últimos anos do Estado Novo, aderiu às correntes políticas que pressionaram pelo restabelecimento da democracia no Brasil. Na medida em que o regime enfraquecia, assumia posições mais favoráveis à anistia, às eleições livres e o estabelecimento de uma assembléia constituinte.²³

No entanto, afirmar que o jornal foi fiel adepto do discurso liberal da época pode ser um equívoco. Alguns estudos, como, por exemplo, o verbete de autoria de Carlos Eduardo Leal e Sérgio Montalvão do “*Dicionário histórico biográfico*

²¹ Cf.: BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa. Rio de Janeiro: Maud, 2007. p. 94 – 95.

²² Idem.

²³ Maiores considerações sobre **O Globo** ao longo dos anos 1930 Cf.: LEAL, Carlos Eduardo e MONTALVÃO, Sérgio In: ABREU, Alzira Alves de. (org) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

brasileiro”, aponta **O Globo** como sendo adepto do neoliberalismo.²⁴ Nosso objetivo não é de fechar um entendimento sobre a linha discursiva desses jornais, mas estudos recentes, como o de Martins, vêm questionando esse rótulo atribuído a alguns jornais cariocas do período. Em artigo sobre a repercussão da reunião da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em Petrópolis, em 1953, Martins verificou que **O Globo** conduziu uma ampla cobertura do conclave, respaldando as principais teses discutidas na reunião. Portanto, esse é um exemplo em que o jornal carioca teve sua atuação discursiva pautada em torno da defesa de idéias como a industrialização e planejamento econômico, antagônicas ao pensamento liberal.²⁵

A simpatia pelo ideário desenvolvimentista e a proximidade com o empresariado não representaram uma amenização às críticas a Getúlio Vargas. **O Globo** continuou a exercer oposição durante o seu segundo mandato, repercutindo negativamente políticas como a restrição da remessa de lucros das empresas estrangeiras e o aumento de 100% do salário mínimo. Contudo, até que ponto essa oposição foi resultante de uma prática discursiva relacionada com a doutrina liberal ou se deveu aos antagonismos à figura de Vargas e aos receios surgidos após a censura pela qual os jornais brasileiros passaram ao longo do Estado Novo?

A repulsa ao trabalhismo foi uma característica marcante de sua atuação política. Tanto que, em 1961, quando da crise da legalidade, foi um dos poucos jornais brasileiros que se foi contrário à posse de João Goulart. Contudo, no momento em que o parlamentarismo²⁶ foi posto como uma alternativa àquele embate, **O Globo** alterou seu posicionamento, passando a defender as condições da “solução parlamentarista”.²⁷ Portanto, no início da década de 1960, **O Globo** esteve diante de um dilema entre a

²⁴ Quando a bibliografia menciona neoliberalismo no Brasil na década de 1950 está mencionando um movimento onde a doutrina liberal foi posta de maneira menos ortodoxa. Esses economistas, inspirados pelas teses keynesianas, aceitavam idéias tais como a intervenção do Estado e a industrialização como alternativa para o desenvolvimento nacional. (Cf.: BIELCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

²⁵ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. A América Latina na luta pelo desenvolvimento: as idéias cepalinas sobre industrialização planejada na grande imprensa brasileira durante o Segundo Governo Vargas. In: **Anais do Simpósio Internacional Estados Americanos: O Bicentenário das Independências (1810-2010)**. Passo Fundo: UPF, 2010.

²⁶ A chamada “solução parlamentarista” e a crise de agosto-setembro de 1961 será abordada com maior profundidade no capítulo dois desse estudo.

²⁷ Cf.: ABREU, Alzira Alves de. **A participação da imprensa na queda do Governo Goulart**. In: FICO, Carlos (org.). 40 anos do golpe: Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

defesa dos preceitos democráticos e a oposição a João Goulart e ao trabalhismo. Naquele momento era inviável uma prática discursiva que abrangesse essas duas idéias.

1.3.2. *Correio da Manhã*

O **Correio da Manhã** ficou conhecido como sendo um jornal de opinião. Foi fundado no final do século XIX por Edmundo Bitencourt e é apontado como evento motivador de sua fundação a repercussão da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que eclodiu em 1893. Os primeiros anos do **Correio** foram caracterizados, portanto, pela postura crítica aos governantes e às políticas públicas, não assumindo nenhum vínculo com qualquer grupo político. Esse tipo de postura é atribuída às influências do próprio Bitencourt na redação do jornal.²⁸

Alguns posicionamentos em questões como, por exemplo, o combate aos jogos de azar e o respaldo dado à Revolta da Vacina, criticando abertamente o modelo de modernização imposto por Pereira Passos, podem dar a impressão de que o jornal se postava a favor dos menos favorecidos. Alguns estudos apontam nesse sentido, mas, não contrariando essa tese, o que deve ser levado em consideração é que o **Correio da Manhã** foi, antes de tudo, um crítico das intervenções do Estado na sociedade, como indica o verbete do “*Dicionário histórico biográfico*” de autoria de Leal:

Na verdade, o jornal, apoiando os setores menos favorecidos, não fazia mais que arrematar elementos para constituir aquilo que se poderia denominar uma clientela urbana. Essa clientela iria dar conta da tradição legalista do Correio da Manhã daí em diante [Revolta da Vacina]: a orientação oposicionista, baseada no respeito incondicional à letra da lei, atacando qualquer forma de intervencionismo do Estado e pugnando pelo primado dos preceitos liberais, rendia a cristalizar-se.²⁹

Assim se seguiu ao longo da primeira república: o **Correio** esteve ao lado das manifestações oposicionistas ao governo, nem que fosse apenas pela demonstração de simpatia, como ocorreu no caso do movimento tenentista. Foi igualmente o caso dos muitos apoios prestados a Rui Barbosa nas diversas vezes que se candidatou à presidência e o apoio dado a Nilo Peçanha na corrida presidencial de 1922, em oposição ao mineiro Arthur Bernardes. Da mesma maneira, o jornal carioca concedeu apoio à

²⁸ Cf.: LEAL, Carlos Eduardo. In: ABREU, Alzira Alves de (org). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

²⁹ Idem. p. 1627.

Aliança Liberal e à candidatura de Getúlio Vargas em 1930. Com a eclosão da Revolução de 30, o **Correio** manifestou amplo apoio ao movimento, vendo com bons olhos a ascensão do novo governo e vendo nesse uma possível solução para aquela que o discurso do jornal entendia como sendo a maior mazela do regime político brasileiro: a intervenção do governo no processo eleitoral.³⁰

Assim sendo, a convocação de uma assembléia constituinte e o estabelecimento de um regime político que predicasse pelos “valores liberais” passaram a ser uma bandeira do jornal. Tanto que, com a eclosão do movimento pela constitucionalização, o **Correio da Manhã** se pôs ao lado dos paulistas, sempre ressaltando que não detinha vínculos com nenhum grupo político. Durante a década de 30, portanto, o jornal esteve comprometido com uma postura crítica a Getúlio Vargas e de condenação as práticas políticas consideradas “arbitrárias” conduzidas por esse. Com a ascensão do Estado Novo passou a sofrer com a censura, sendo em alguns momentos ameaçado de intervenção.³¹

Nos anos seguintes esteve na vanguarda das disputas que se desenvolveram em torno da reabertura política no pós 45, tendo publicado clássica entrevista concedida por José América de Almeida a Carlos Lacerda, onde esse teceu pesadas críticas ao governo estadonovista e defendeu abertamente a necessidade da convocação de eleições. Essa entrevista, assim como a atuação do próprio **Correio**, ocupou importante papel no contexto do período, uma vez que foi o princípio de uma ampla campanha pelo retorno da democracia ao país, motivando aos demais jornais do período a seguirem caminho semelhante.³²

No princípio da década de 1950 o **Correio** teve na oposição ao segundo governo Vargas uma de suas principais características. Acusou severamente as políticas do governo, relacionando-as com uma postura “aventureira” e “irresponsável” de seu líder.³³ Essa oposição convergia com dois aspectos da orientação doutrinária do jornal: a defesa da democracia e do liberalismo. Dessa maneira, criticou veementemente decisões como o reajuste de 100% do salário mínimo e acusou, em determinados momentos, Vargas de intencionar promover uma solução análoga à proposta em 1937.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Cf.: ASSIS, Carolina de. O Correio da Manhã no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-70. In: **Anais do XIV Congresso da região sudeste** – Intercom. Rio de Janeiro, 2009. p.3.

³³ Cf.: LEAL. Op. Cit.

Todavia, apesar de descrever a si mesmo como fiel defensor dos princípios liberais, não podemos cometer o equívoco de entender de maneira dogmática essa tendência. Um exemplo de tal afirmação pode ser encontrado no estudo de Martins sobre os posicionamentos dos jornais sobre a fundação da Petrobrás. Segundo o autor, mesmo sendo em um primeiro momento crítico à criação da estatal, o **Correio da Manhã** ao longo dos debates se mostrou favorável a idéia de que uma empresa pública regulasse a participação de investidores estrangeiros na exploração do petróleo brasileiro. Se levarmos em conta de forma dogmática a idéia de que o **Correio** era um defensor do capital estrangeiro no Brasil, essa constatação pode ser surpreendente.³⁴

Durante a crise de agosto de 1954, diferentemente de **O Globo**, o **Correio da Manhã** exerceu uma atuação mais crítica, participando abertamente dos embates que culminaram no suicídio do presidente brasileiro. Fez parte de um grupo de jornais que, assim como o **Diário de Notícias** e o **Diário Carioca**, atacaram abertamente a Getúlio Vargas, exigindo sua renúncia e denunciando o “mar de lama” no governo nacional. Mesmo após o suicídio, as críticas a Vargas persistiram, acusando a “carta testamento” de ser um “manifesto sedicioso”, que teria intencionado conclamar uma revolta no Brasil. Ou ainda, como descreveu o jornal em peça editorial, “*uma tentativa de fazer os vivos serem governados pelos mortos*”.³⁵

Dessa maneira, mesmo que tenhamos de sempre levar em consideração as especificidades do momento histórico analisado, é possível indicar o **Correio** como sendo um jornal que detinha uma base doutrinária coerente. Ao longo de sua trajetória esteve comprometido com a defesa da constitucionalidade, fundamentada em uma matriz doutrinária liberal. Dos jornais analisados certamente foi o que teve sua prática discursiva mais próxima dos princípios da prática liberal da época. Mesmo em 1961, quando da crise originada da renúncia de Jânio Quadros, o **Correio**, fiel opositor do grupo político representado naquele momento pela liderança de João Goulart, foi defensor da manutenção da legalidade do sistema político brasileiro e da posse do sucessor legal de Jânio Quadros.³⁶

³⁴ Cf.: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **O processo de criação da Petrobrás**: imprensa e política no segundo governo Vargas. Dissertação de mestrado defendida no PPGH-PUCRS. Porto Alegre, 2006.

³⁵ Cf.: ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto. In: CASTRO GOMES, Angela de. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relumbe Dumará, 1994. p. 21 – 60.

³⁶ Cf.: ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos (org.). **40 anos do golpe**: Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

1.3.3. *Jornal do Brasil*

Um dos mais antigos e importantes jornais brasileiros, o **JB** tem seu surgimento intrinsecamente relacionado com um conturbado período da história política do país. Fundado na última década do século XIX, foi um instrumento político de grupos ligados à oposição ao emergente regime republicano de 1889. A questão específica que estimulou a Joaquim Nabuco e Rodolfo de Souza Dantas a fundarem o jornal foi a exigência da convocação de assembléia constituinte por parte do novo governo republicano, encabeçado pelo marechal Floriano Peixoto.³⁷

Assim, o **Jornal do Brasil** nasceu sob a égide do pensamento conservador, representado naquele momento pelos políticos e intelectuais que defendiam o retorno da monarquia. Esse primeiro posicionamento político do periódico carioca acarretou-lhe uma má aceitação, principalmente devida à série de textos publicados por Nabuco intitulados “Ilusões republicanas” e “Outras ilusões republicanas”, onde tecia pesadas críticas ao novo regime. Como resultado desse descontentamento o jornal foi invadido e empastelado.³⁸

Porém, a trajetória do **JB** não foi homogênea. O matutino carioca passou por diversas tendências, decorrente das constantes mudanças de proprietários. Após o período onde Nabuco e Dantas coordenaram a redação, o jornal passou a sociedade anônima, até ser vendido a Rui Barbosa. Perante a sua oposição ao governo Floriano Peixoto e ao apoio concedido ao movimento de contestação ao governo liderado pelos almirantes Wandenkolk e Custódio Melo, que resultou na Revolta da Armada, Barbosa foi obrigado a vender o jornal.

Assim, inaugurou-se um segundo momento da história do **Jornal do Brasil** quando esse ficou conhecido como “o popularíssimo”. Os novos proprietários, os irmãos Fernando e Cândido Mendes de Almeida, deram uma nova orientação ao periódico, afastando-o do debate político e conduzindo um estilo jornalístico mais “popular”. Perante as dificuldades financeiras pelas quais o **JB** passou nessa fase, principalmente por causa da perda de prestígio, os irmãos Mendes de Almeida hipotecaram o jornal junto ao conde Ernesto Pereira Cordeiro. Uma vez que a dívida

³⁷ Cf.: MONTALVÃO, Sérgio e FERREIRA, Marieta de Moraes In: ABREU, Alzira Alves de. (org) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

³⁸ Cf.: FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In. ABREU, Alzira (org.) **Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

não foi sanada, o jornal passou a propriedade do conde, que iniciou uma campanha em prol da recuperação do seu antigo prestígio e pela reorganização financeira da empresa.³⁹

Sob a direção de Pereira Cordeiro, o **Jornal do Brasil** caracterizou-se por uma postura moderada, concedendo tímidos apoios políticos em momentos chaves e procurando não se comprometer demasiadamente com nenhum grupo político. Mesmo assim, com a eclosão da revolução de 1930, o jornal sofreu represálias do novo governo e acabou por ser empastelado. Posteriormente à sua reabertura, o **JB** deu continuidade à cautela, mas sempre exercendo uma moderada oposição ao governo provisório:

O Jornal do Brasil não se omitiu totalmente dos principais fatos políticos do momento. Dentro de uma perspectiva conservadora e católica, criticou os movimentos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, e repudiou a Revolta Comunista de 1935. Por outro lado, ainda de acordo com sua posição antiextremista, viu com maus olhos o movimento integralista. Essa mesma posição explica a atitude do jornal diante da Lei de Segurança Nacional de 1935, vista como um instrumento eficiente para reprimir os extremistas de esquerda e de direita. Até mesmo o golpe que instaurou o Estado Novo foi considerado uma alternativa viável para resolver a crise política, embora o jornal tivesse apoiado a candidatura oposicionista de Armando Sales Oliveira à presidência da República.⁴⁰

Assim, até o início das disputas em torno da redemocratização, o **Jornal do Brasil** se manteve próximo ao regime estadonovista devido às suas afinidades doutrinárias. A repressão conduzida pelo governo contra os integralistas e ao PCB eram percebidas como políticas bem sucedidas em prol da ordem nacional.⁴¹ Com a redemocratização, o **JB** deu continuidade à adoção de uma postura moderada, tecendo tímidos apoios a políticos como Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes e, por outro lado, exercendo moderada oposição a Getúlio Vargas e a João Goulart.

Portanto, é possível perceber que, na virada das décadas de 1940-50, o **Jornal do Brasil** adotou como um das suas principais bandeiras a defesa da constitucionalidade do regime político brasileiro e a ampla oposição aos grupos considerados radicais, tanto aqueles situados à esquerda do espectro político, quanto os à direita. Por outro lado, no que foi referente ao econômico, ocorreu uma aproximação com o discurso liberal do período.⁴² De acordo com pensadores inseridos dentro dessa matriz doutrinária, a

³⁹ Cf.: FERREIRA, Op. Cit. e BARBOSA, Op. cit. p. 32 – 33.

⁴⁰ Cf.: MONTALVÃO e FERREIRA. Op. cit.

⁴¹ Cf.: FERREIRA. Op. Cit.

⁴² Cf.: BIELSCHOWSKIY, Ricardo. Op. Cit.

resolução dos problemas econômicos brasileiros se daria através do resgate da vocação agrícola do país. Em já citado estudo sobre a repercussão na imprensa carioca da reunião da CEPAL realizada em Petrópolis, em 1953, Martins apontou que o **JB** conduziu através dos discursos produzidos em torno dos relatos do conclave a defesa dessa tese liberal. Em suas considerações sobre a repercussão do encontro, Martins apontou que:

Ademais, mesmo o periódico que parece ser o mais distanciado das teses cepalinas, o *Jornal do Brasil*, não optou por desconsiderar ou criticar a sua reunião, mas procurou buscar em seus debates respaldo “autorizado” para a proposta de priorização da agricultura frente à indústria que o periódico vinha defendendo naquela conjuntura.⁴³

Mesmo no que foi referente aos episódios que cercaram o suicídio de Getúlio Vargas e a campanha dos jornais cariocas pela sua renúncia após o atentado da rua Toneleros, o **JB** manteve uma postura moderada, não aderindo aos clamores pelo “impeachment” do presidente.⁴⁴ Na sucessão dos acontecimentos, manteve-se neutro ao longo do governo Café Filho e colocou-se a favor da legalidade quando do movimento do marechal Henrique Lott pela garantia da posse de Juscelino Kubitschek, mesmo não se pondo ao lado nem do presidente eleito e nem de seu antagonista, Juarez Távora, ao longo da campanha presidencial, em 1955.⁴⁵

Além de constatar o compromisso que o **JB** estabeleceu com a defesa dos preceitos constitucionais ao longo da década, é importante constatar o importante papel que esse jornal teve na emergência do processo de modernização do jornalismo carioca. Sobretudo após o falecimento de Pires do Rio e do conde Pereira Cordeiro, responsáveis pela administração do **JB** e pelo estabelecimento de sua orientação política, iniciou-se um movimento de transição na organização do jornal. Sob a direção da condessa Pereira Cordeiro e de seu genro, Manuel Francisco Nascimento Brito, deu-se início a uma ampla reforma do **Jornal do Brasil**, que ao lado do **Diário Carioca** de Pompeu de Lima foram os pioneiros da modernização da imprensa carioca.

⁴³ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. A América Latina na luta pelo desenvolvimento: as idéias cepalinas sobre industrialização planejada na grande imprensa brasileira durante o Segundo Governo Vargas. In: **Anais do Simpósio Internacional Estados Americanos: O Bicentenário das Independências (1810-2010)**. Passo Fundo: UPF, 2010.

⁴⁴ Cf.: MONTALVÃO e FERREIRA. Op. cit.. p. 2869.

⁴⁵ Idem.

Não adentraremos no caráter técnico dessas transformações, dentre as quais ocorreram inovações gráficas que estimularam os demais jornais brasileiros a também promoverem reformas semelhantes. O que é importante ter nítido é o fato de o pioneirismo do **JB** nesse processo lhe atribuiu notoriedade perante os demais jornais cariocas, sendo ao final da década um dos periódicos de maior tiragem e prestígio.⁴⁶ O início dos anos 1960 marcou a consolidação desse processo, sobretudo após a chegada de Alberto Dines à sua direção, em 1961. Embora tenha ocupado uma posição de vanguarda ao longo desses anos, a bibliografia caracteriza o posicionamento do jornal como “conservador”, “liberal” e “católico”.⁴⁷

Iremos questionar ao longo da presente análise a atribuição dessa caracterização ao posicionamento discursivo do **Jornal do Brasil**. Mesmo que faltem maiores subsídios para uma afirmação mais sólida sobre as maneiras como **JB** se inseriu nos embates políticos do período, defendemos uma hipótese onde teria ocorrido uma alternância na sua orientação. Essa teria sido resultante da chegada de Dines à direção, que teria influenciado um afastamento de uma conduta próxima ao conservadorismo, característico do jornal. Essa pesquisa procurará demonstrar que, pelo menos nesse período, houve uma proximidade do discurso do jornal com um pensamento progressista e mesmo de simpatia às propostas do governo Goulart, ao menos no que toca à cobertura da queda de Frondizi e suas implicações.

Vimos que a bibliografia aponta, em geral, esses jornais como sendo pertencentes a uma imprensa liberal. Essa conclusão foi construída basicamente através da idéia que esses eram opositores de Getúlio Vargas, João Goulart, ou em uma perspectiva mais abrangente, opositores de políticas que visaram a consolidar no Brasil um processo de industrialização. Através dessa breve ponderação sobre a trajetória dos periódicos analisados nesse estudo identificamos, sobretudo, um compromisso desses jornais com a defesa da ordem constitucional e da vigência da democracia.

⁴⁶ Segundo aponta Marialva Barbosa, a tiragem do **Jornal do Brasil** no início da década de 1960 era de 59 mil exemplares, ficando atrás entre os matutinos apenas de **O Dia** e **Luta Democrática**. (Cf: BARBOSA, Op. Cit., p. 155.)

⁴⁷ Cf.: FERREIRA. Op. Cit. p. 154.

No entanto, é imprescindível que se faça a distinção entre o liberalismo econômico e o político. Uma determinada prática discursiva não precisa, necessariamente, comungar desses dois referenciais doutrinários. Por mais que os liberais ortodoxos não dissociem uma da outra, é totalmente possível que um produtor discursivo exerça a defesa dos preceitos liberais no plano político – Constituição, eleições, parlamento – e, ao mesmo tempo, predicar da doutrina liberal no plano econômico e vice-versa. Na retomada da trajetória desses jornais é possível encontrar indicações que em certos momentos o liberalismo político e o econômico não tiveram ao mesmo tempo presente em suas práticas discursivas.

Nessa direção nos propomos algumas indagações: até que ponto se postar a favor da consolidação da democracia é análogo a ser liberal? Até que ponto esses jornais eram críticos da industrialização como alternativa para o desenvolvimento econômico do país? Ou ainda, mesmo levando em consideração a existência de propostas distintas de como lograr o desenvolvimento nacional, até que ponto realmente eram contra as diretrizes de um modelo nacionalista? Não pretendemos sanar tais questionamentos nesse estudo, mas através daquilo que foi defendido em torno da constituição e uma interpretação da crise argentina de 1962 sugerir como **O Globo**, o **Correio da Manhã** e o **Jornal do Brasil** se postaram perante essas questões e de que maneira, através do exemplo argentino, possivelmente, proporam uma leitura da realidade brasileira e, principalmente, constituíram uma atuação discursivo ideológica dentro do cenário da época.

CAPÍTULO 2

DEMOCRACIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS

Como vimos na introdução desse estudo, a política argentina é um destacado referencial para a formulação de discursos pela imprensa brasileira. Diferentemente do que a repercussão de acontecimentos ¹ em outros países, as interpretações daquilo que ocorreu na Argentina se constituí em importante elemento para formulações de imagens sobre a própria situação no Brasil. Os dois países apresentam uma série de processos análogos e rivalizam por uma posição de liderança na América do Sul. A elaboração desses discursos se apoiou em diversos temas, entre eles um teve papel significativo: a democracia. A partir do término da Segunda Guerra Mundial, a defesa da ordem democrática adquiriu um valor ainda mais expressivo, principalmente perante o advento da Guerra Fria e a constante “ameaça comunista”. A deposição de Arturo Frondizi, em 1962, foi um evento de grande repercussão hemisférica e ao seu redor se sucederam disputas simbólicas.

O objetivo desse capítulo é verificar as formas como as construções discursivas do significado de democracia, elaboradas através da referência às interpretações propostas do evento argentino, foram, possivelmente, mobilizadas a fim de sustentar a prática discursiva dos jornais analisados. Ressaltamos que, embora proponha-se averiguar como essas idéias foram construídas não há a preocupação com a sua veracidade; não nos preocupa se a aplicação do conceito de democracia condiz com um “sentindo correto e real”. A nossa intenção é verificar as maneira como essas formulações foram utilizadas como subsídio na possível formulação de uma ideologia, ou seja, como o sentido das formas simbólicas foram mobilizados para sustentar ou estabelecer relações de dominação, no interior do contexto sócio histórico estruturado brasileiro.

Com o fim de analisar essa estratégia discursiva, estabelecemos três subcategorias. As duas primeiras estão relacionadas com momentos da crise argentina; a anulação das eleições, no dia 18 de março, e o golpe militar que culminou na ascensão de José Maria Guido, em 29 do mesmo mês. A terceira subcategoria consiste no papel

¹ A noção de “evento” ou “acontecimento” como categoria essencial da história contemporânea, a partir da importância que nela assume a imprensa, inspira-se em NORA, Pierre, “O Retorno do Fato” In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**, Rio de Janeiro: F. Alves, 1979, pp. 179-193.

das forças armadas dentro dessa conjuntura e como sua imagem foi relacionada por esses jornais com a própria ameaça à democracia argentina. No entanto, antes de iniciar a análise dos discursos, propomos uma breve ponderação sobre alguns aspectos contextuais sobre Brasil e Argentina. O objetivo dessa reflexão é situar a atuação dos agentes históricos analisados, tanto no contexto onde se inseriram os seus discursos, quanto às suas motivações para o foco na crise platina.

2.1. O presidencialismo tutelado na Argentina e a questão da legalidade no Brasil.

O início dos anos 60 na Argentina e no Brasil foi marcado pela ocorrência de acontecimentos que representaram um severo golpe às suas ordens institucionais. Esse período se caracterizou pelo estímulo da Revolução Cubana, que entusiasmou grupos da esquerda por toda a América Latina, ao mesmo tempo em que alarmou os setores conservadores dessas sociedades, que, frente à possível ameaça de uma “ofensiva comunista”, prontificaram-se a reagir. No entanto, como alerta Olivier Dabène, é um tanto exagerado atribuir a emergência dos golpes militares na região à influência dos acirramentos ocasionados pela repercussão do processo revolucionários cubano:

Resultaria excessivo afirmar que todos estes golpes de estado não passaram de reações à revolução cubana. Esta criou, sem dúvida, um clima de tensões no continente, em que qualquer tentativa de reformas ou de alianças com a esquerda estava proscrita, porém, os golpes de estado deveram-se também à evolução interna de cada país.²

O nosso objetivo, portanto, é averiguar as características das ordens internas nos dois países, a fim de subsidiar a compreensão da atuação dos periódicos analisados. Frente às particularidades presentes em cada um desses cenários, as diversas forças sociais e políticas, civis e militares, puseram-se em choque na busca de um arranjo que atendesse às suas reivindicações. Esses embates foram decorrentes das formas distintas como cada um dos atores envolvidos interpretavam os caminhos para o desenvolvimento nacional, na concretização do processo de industrialização no Brasil e pela opção de um modelo que conduzisse o país platino à superação das limitações estruturais que impossibilitavam o desenvolvimento nacional. Mesmo a própria idéia de desenvolvimento defendida por esses grupos deve ser contextualizada, pois o seu significado pode ter diferentes entendimentos.

² DABÈNE, Olivier. **América Latina no Século XX**. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. p. 165

2.1.1. O governo Frondizi

Durante o seu mandato, Frondizi passou por diversas tensões políticas, principalmente em decorrência da divergência com os setores militares. Dessas crises duas possuíram um significado especial e tiveram um papel decisivo na queda do presidente argentino. A primeira originou-se da reação à posição do país na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) ³, em janeiro de 1962, e a segunda foi decorrente da anulação das eleições de 18 de março do mesmo ano.

A segunda rodada de Punta del Este da OEA teve como sua principal pauta a expulsão de Cuba da organização. A motivação para a convocação do encontro foi a declaração de Fidel Castro, em dezembro de 1961, onde o regime revolucionário cubano assumia oficialmente a orientação marxista-leninista. Iniciada a reunião, a Argentina, assim com o Brasil e o México, desaprovaram a expulsão do país caribenho, alegando que essa medida iria consolidar sua inserção na esfera de influência soviética. Contudo, a atuação do corpo diplomático argentino na reunião foi ambígua. Ao mesmo tempo em que condenou o regime castrista por suas posições, defendia a soberania dos povos, o direito de cada nação de definir sua forma de governo.⁴

Mesmo se postando a favor dos Estados Unidos na maior parte das votações, na resolução que decidiu pela expulsão de Cuba do sistema interamericano de defesa, os diplomatas do país platino se abstiveram, assim como o Brasil.⁵ Os militares argentinos se sentiram desprestigiados por não terem sido consultados, uma vez que entendiam ser a questão cubana um tema relacionado à segurança hemisférica e, portanto, dentro de sua alçada. Robert Potash descreve da seguinte maneira a reação das forças armadas argentinas após a reunião:

Esta negativa a associarse con los Estados Unidos y los otros trece países que votaron por la inmediata expulsión de Cuba – negativa que el canciller Cárcano trato de justificar sobre la base jurídica de que la Carta de la OEA no contenía disposiciones sobre la exclusión de miembros – provocó la ira de las Fuerzas Armadas argentinas, motivó denuncias de la prensa y de los partidos

³ Cf.: FRANCHINI NETO, Hélio. **A Política Externa Independente em ação**: a Conferência de Punta del Este de 1962. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (2): 129-151, 2005

⁴ Idem

⁵ Idem

políticos de opositores, y precipitó la crisis política más grave que en presidente Frondizi sobrellevaría desde la visita de Guevara.⁶

Após esses episódios, que deixaram Frondizi em uma situação delicada, ocorreu outra situação onde o futuro do sistema político argentino esteve em pauta: as eleições provinciais, marcadas para o dia 18 de março daquele ano. Essas tinham um caráter especial, pois pela primeira vez desde a queda de Juan Domingo Perón as lideranças peronistas estavam autorizadas a se candidatarem a cargos políticos pela sua legenda. Seriam escolhidos os novos governadores das províncias e os parlamentares que iriam compor as duas câmaras.⁷

Porém, todas as atenções estavam voltadas para a eleição na província de Buenos Aires, a mais importante do país, que representava algo semelhante a uma segunda presidência. O resultado do pleito foi a esmagadora vitória dos peronistas, que não somente passaram a deter maioria nas duas câmaras legislativas, como foram vitoriosos em cinco províncias, dentre as quais a citada Buenos Aires, onde um dos principais dirigentes peronistas e aliado de Perón, o líder sindical Andrés Framini, foi eleito.⁸

Nos dez dias seguintes, a crise atingiu imensas proporções. A primeira iniciativa do governo para amenizar a situação foi a de decretar a anulação das eleições, como forma de acalmar os círculos militares. Mesmo com a intervenção federal nas províncias onde os peronistas triunfaram, as forças armadas insistiam que a única solução viável seria a renúncia do primeiro mandatário. Mesmo com a mediação de Pedro Eugenio Aramburu, na tentativa de lograr uma solução negociada, no dia 29 de março ocorreu um golpe liderado pelos comandantes das três armas que depôs o presidente Frondizi.⁹

2.1.2. *A solução parlamentarista brasileira*

A trama política brasileira nos primeiros meses do ano de 1962 se caracterizou mais por indagações do que por certezas. Em agosto-setembro do ano anterior, o país passara por uma das mais graves crises políticas de sua história, motivada pela renúncia

⁶ Cf.: POSTAH, Robert. **El ejército y la política en la Argentina (1934 – 1962)**. Buenos Aires: Sudamericana, 1981. p. 461.

⁷ Cf.: ROMERO, Luis Roberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

⁸ Cf.: POSTAH. Op. Cit.

⁹ Idem.

do então presidente, Jânio Quadros. Esse havia logrado a faixa presidencial após uma campanha eleitoral pautada por um discurso embasado na moralidade política, como dizia no conhecido slogan: “*varrer toda a sujeira da política brasileira*”.¹⁰

Porém, Quadros exerceu uma atuação política dual; ao mesmo tempo em que encantava as massas com sua retórica moralizante, associava-se aos interesses de uma parcela da elite nacional, sintonizada com a atuação do capital estrangeiro na economia brasileira. O clássico estudo de René Armand Dreifuss nos ajuda a perceber tal relação, mostrando como diversos nomes do seu governo estavam ligados a multinacionais e associações da classe empresarial.¹¹ Por sua vez, Daniel Aarão Reis Filho complementa essa questão descrevendo o conjunto de forças sociais que se mobilizaram em torno das propostas “janistas”:

Janio fora eleito, em outubro de 1960, articulando um leque de forças: oligarquias liberais, classes médias, amplos contingentes de trabalhadores. Estavam todos, por diferentes razões, descontentes com os rumos da sociedade. A euforia *desenvolvimentista*, da segunda metade dos anos 50, cedera lugar à apreensão face às contradições que se acumulavam: o ritmo de crescimento diminuía, crescera a inflação, intensificara-se o cortejo de desajustes próprios de épocas de transformações aceleradas.¹² [*grifo do autor*]

Contudo, a herança do governo Kubitschek fora amarga. O país passava por sérias dificuldades econômicas, gerando o desagrado da maior parte da população. Ocorreu forte mobilização popular perante a incapacidade do governo de lidar com a crise e, assim, teve início uma das mais mal sucedidas manobras políticas da história brasileira. Deste modo, decorreu-se a tentativa frustrada de golpe de Jânio Quadros. Através da entrega de sua renúncia, o presidente esperava que tanto as massas como os seus aliados se mobilizassem em torno de sua permanência no cargo. Segundo Moniz Bandeira:

“Quadros compreendeu que dificilmente alcançaria seus objetivos em termos democráticos. (...) tentou romper o impasse institucional, mediante um golpe de Estado. Não um golpe convencional, arrimado nas Forças Armadas, e sim

¹⁰ O jingle dizia: *varre, varre, varre, varre vassourinha / varre, varre a bandalheira / que o povo já tá cansado / de sofrer dessa maneira / Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!*

¹¹ DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 138 – 139.

¹² REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar**, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 19.

um golpe de Estado aceito pelo consenso nacional, que lhe permitisse dirigir o País o país acima das classes sociais e dos partidos políticos”.¹³

Frente ao fracasso do golpe, onde Jânio acreditava que retornaria “nos braços do povo” para governar acima da Constituição, teve início uma crise de grande dimensão. Um dos trunfos que Quadros acreditava possuir era o repúdio de setores das elites políticas e econômicas do país para com o seu vice. Realmente, havia quem não estava disposto a aceitar a posse de João Goulart. Mesmo pegos de surpresa, os ministros militares Sylvio Heck, da Marinha, Gabriel Grun Möss, da Aeronáutica, sob a liderança do então Ministro da Guerra, Odílio Dennys, através do presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, encaminharam mensagem ao Congresso Nacional, onde manifestavam a “inconveniência” que causaria a posse de Jango. Estava esboçado um golpe, que, todavia, foi repudiado por diversos setores da sociedade brasileira.¹⁴

Em oposição aos ministros militares se organizou uma ampla mobilização, que teve o seu principal foco no Rio Grande do Sul e a articulação do governador daquele estado, Leonel Brizola. O movimento em prol da legalidade englobou setores diversos da política nacional, desde aqueles ligados a um “nacionalismo radical”, até aos mais conservadores.¹⁵ O sucesso do movimento e a desmobilização do golpe não significariam o término das negociações. Em território uruguaio, Tancredo Neves e João Goulart determinaram os últimos detalhes da que ficou conhecida como “solução parlamentarista”.

Os seus proponentes objetivavam, ao mesmo tempo, manter a vigência da constitucionalidade, bloqueando a ação golpista e não conceder amplos poderes aos setores “radicais”. Mesmo com seus aliados insistindo para que reivindicasse os poderes plenos, Goulart aceitou as condições, tendo em mente que essa seria uma oportunidade tanto de desarmar seus adversários, quanto de ampliar a sua base política. Argelina Figueiredo descreve da seguinte maneira a instituição do parlamentarismo brasileiro: *“O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele [Goulart] exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo “híbrido”, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficácia e agilidade”*. Portanto:

¹³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil (1961 – 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 21

¹⁴ FERREIRA, Jorge. **As crises da República**: 1954, 1955 e 1961. In: _____ e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

¹⁵ Mais sobre a crise da legalidade em: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. FERREIRA, op. cit. e MONIZ BANEIRA, op. cit.

Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com a sua posse, garantido, assim, as instituições democráticas. Contudo, a coalizão democrática, formada por diferentes correlações de forças, não chegou a um consenso no sentido de manter as regras constitucionais, sobretudo na questão da manutenção do presidencialismo. A solução de compromisso, portanto, foi a restringir os poderes de Goulart com o parlamentarismo, impedindo o golpe, mas também frustrando os grupos nacionalistas e de esquerda.¹⁶

Como foi visto, o início dos anos 60 representou uma prévia dos conturbados acontecimentos que se desenrolariam nos dois países durante a década. O advento das “soluções autoritárias”¹⁷ de 1964, no Brasil, e de 1966, na Argentina,¹⁸ foram resultantes dos embates políticos que se estendiam desde o final da Segunda Guerra, onde grupos antagônicos disputavam o direito de impor suas diretrizes políticas e econômicas. Não sendo possível chegar a um consenso, o resultado foi o conflito direto entre ambas as partes. Portanto, a “crise da legalidade” e a “deposição de Frondizi” podem ser entendidas como eventos que antecederam a emergência das ditaduras militares nos dois países e a compreensão da correlação de forças e a atuação dos sujeitos envolvidos nesses eventos é um caminho pertinente para a compreensão desses processos.

O embate político não se resumiu à movimentação de tropas e de alianças políticas; o “campo simbólico” foi, igualmente, uma notória arena de disputas. Ao longo dessa conjuntura foram elaboradas imagens que visaram a interpretar a essência desses acontecimentos. Os diversos produtores discursivos – com destaque para a grande imprensa – rivalizaram pela atribuição de sentidos às “formas simbólicas” e na sua mobilização. Esse procedimento é o que chamamos de ideologia. Portanto, estamos preocupados com as maneiras como esses produtores se utilizaram dessas imagens dentro de um contexto socialmente estruturado, a fim de estabelecer ou sustentar posições de poder na trama política brasileira.

¹⁶ FIGUEIREDO, Argelina. *apud* FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In. _____ e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. p. 348.

¹⁷ Quando mencionamos “solução autoritária” estamos fazendo referência à quebra da constitucionalidade como alternativa para resolver os embates políticos dentro dos respectivos cenários nacionais.

¹⁸ Sobre o autoritarismo no Brasil e na Argentina ver mais em: ROUQUIÉ, Alain. **Estado Militar na América Latina** e O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. São Paulo: Vértice, 1986.

2.2. Primeiro ato do rompimento democrático: as eleições de 18 de março

A principal característica da produção discursiva de **O Globo**, em torno do referencial argentino foi a legitimação de uma interpretação sobre aqueles eventos através da concessão de “visibilidade”¹⁹ a vozes externas. Dessa maneira, reflexões e idéias de outros agentes históricos foram utilizadas como um elemento na constituição da prática discursiva desses jornais. O que pode eventualmente consistir em um entrave para a compreensão do discurso do jornal, na realidade é a constatação de uma ampla e complexa rede de significações que visou a conceder legitimidade a uma ideologia.

O ponto de partida para um entendimento dos possíveis usos do sentido de democracia é a análise das imagens constituídas em referência à anulação das eleições argentinas de março de 1962. Um primeiro uso dessa estratégia de conferir “visibilidade” a vozes externas à hierarquia do jornal foi a veiculação dos comentários de personalidades, intelectuais e políticos sobre o que estava ocorrendo na Argentina. A seguir, iremos analisar dois desses exemplos identificados na presente análise. Ambos se tratam dos comentários de sujeitos vinculados a democracia cristã brasileira sobre a anulação das eleições argentinas.

O primeiro exemplo consistiu na declaração conferida ao jornal carioca por Franco Montoro.²⁰ Esse contribuiu com a formulação de uma “racionalização”²¹ dos eventos argentinos onde, de certa maneira, houve a adoção de pressupostos semelhantes àqueles adotados pela maior parte dos jornais brasileiros quando da crise da legalidade. Nessa perspectiva, mesmo que os vencedores tenham sido grupos de pouca confiabilidade o resultado deveria ser respeitado, uma vez que foi decorrente de um

¹⁹ Sempre quando tivermos nos referindo a “visibilidade” estamos indicando uma estratégia onde o discurso do jornal concede voz a determinados agentes externos. Uma vez que se concede espaço à manifestação de certos sujeitos em detrimento de outros, entendemos que podem ocorrer apropriações, a fim de subsidiar, ou mesmo legitimar, o discurso do jornal. Esse conceito se inspira na proposta de “efeito de publicidade” em CHAMPAGNE Patrick. **Fazer a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes. 1996.

²⁰ Franco Montoro era então ministro do gabinete de Tancredo Neves. Político ligado na época ao Partido Democrata Cristão (PDC), ocupou diversos cargos legislativos ao longo dos anos 50 e 60. Posteriormente foi importante nome do MDB e do PMDB paulista, chegando a ser governador do estado nos anos 80 (Cf.: MAYER, Jorge Miguel In: ABREU Alzira (org.). **Dicionário histórico-biográfico pós 30**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 3866 – 3872.

²¹ Quando nos referimos à “racionalização” entende-se o conceito proposto por Thompson, no qual essa se trata de “uma estratégia da ideologia, através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procurar defender, justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio”. (Cf.: THOMPSON: 2002, p. 82-83.)

pleito livre e democrático. Uma vez golpeado esse princípio, através da intervenção governamental, a própria estabilidade do país platino se pôs em perigo:

Os brasileiros vêm com grande apreensão os riscos que no momento ameaçam a República Argentina e esperam que o espírito democrático daquele grande povo saberá superar as dificuldades atuais e reafirmar-se perante o mundo como uma nação que se dispõe a realizar a justiça, no respeito à lei.²²

Outro democrata cristão que recebeu “visibilidade” por suas declarações sobre a crise argentina por **O Globo** foi Alceu Amoroso de Lima,²³ renomado escritor e jornalista. Em uma matéria onde a opinião de diversas personalidades sobre a crise argentina foi veiculada, suas reflexões tiveram destaque. Nelas, Amoroso Lima afirmou que a crise vigente na Argentina era um reflexo de um evento anterior. Frondizi devia ter renunciado após a crise político-militar decorrente da posição do país na reunião de chanceleres da OEA de janeiro daquele ano. A submissão de Frondizi, como ressaltou o autor do comentário, teria aberto as portas para a intervenção militar, que passaram a sentir no direito de impor diretrizes às políticas do Governo. Desde lá, a democracia argentina não passava de mera formalidade:

O Presidente Frondizi deveria ter renunciado logo depois da reunião de Punta del Este, quando, após a chegada do seu Ministro das Relações Exteriores, as Forças Armadas o obrigaram a mudar de orientação em matéria de política externa. Já não mais governava desde aquela época. Continuar, como estava, era manter, simplesmente, o rótulo de que existe na Argentina uma democracia.²⁴

Cabe pontuar que apenas um seleto grupo de personalidades, vinculadas a políticas associadas ao pensamento conservador e a partidos, como, por exemplo, PSD, UDN e PDC, receberam aqui “visibilidade”. Isso pode indicar que as vozes que ganharam espaço foram postas de forma previamente elaborada, de acordo com uma possível proximidade de suas opiniões com as do próprio **O Globo** ou mesmo pelo próprio interesse de projetar na esfera pública uma boa imagem desses agentes. Talvez

²² “Apreensão diante da situação na Argentina”. **O Globo**, 20 de março de 1962. p. 14. A grafia original foi mantida em todas as citações dos jornais analisados.

²³ Conhecido também pelo seu pseudônimo Tristão de Ataíde, Alceu Amoroso Lima foi um intelectual, literário e jornalista. Esteve ligado ao longo de sua trajetória ao pensamento católico e a uma posição política próxima aos preceitos liberais. Foi um dos principais membros do Centro Dom Vital. Cf.: MORAES, Marieta de Ferreira. In: ABREU Alzira (org.). Op. Cit. p. 3129 – 3132.

²⁴ “Preocupado e triste o Govêrno com a deposição do Presidente Frondizi”. **O Globo**, 30 de março de 1962. p.2.

nem todos os elementos que compuseram as manifestações desses sujeitos realmente estivessem em sintonia com aquilo que se procurou estabelecer pelo discurso do jornal, no entanto, não foram postas lá aleatoriamente. Também não se identificou a existência de uma estratégia no sentido de legitimar uma possível neutralidade do jornal através da concessão de espaço para opiniões de origem antagônicas, pelo contrário, como já afirmado, trata-se de indivíduos inseridos em uma mesma matriz doutrinária.²⁵

Além da “visibilidade” conferida a indivíduos atuantes da trama política brasileira, outra estratégia utilizada foi o uso da repercussão internacional da crise argentina na legitimação de uma interpretação própria daqueles eventos. No caso de **O Globo** houve a busca de “autoridade”²⁶ através do uso das interpretações que o “New York Times”, um veículo midiático de grande prestígio, fez dos acontecimentos no país platino. Em peça editorial, o jornal nova-iorquino teria concluído que a situação em Buenos Aires inspirava grandes cuidados, uma vez que a saída encontrada pelo governo para lidar com a situação não teria sido adequada. Pelo contrário, a “intervenção” no jogo democrático apenas conduzia o país platino a um caminho oposto:

A vitória peronista nas eleições argentinas de domingo último para deputados e governadores provinciais foi quase revolucionária, ainda que seus resultados estejam anulados, afirmou hoje o “New York Times”. O periódico acrescentou que o pleito honesto, livre, secreto e democrático e que o resultado foi um golpe para a democracia argentina e sua anulação não representa uma solução. Adianta que o resultado é um sério golpe nas esperanças da Aliança para o Progresso e no plano de estabilização econômica do Presidente Frondizi.²⁷

Através da análise dessas estratégias talvez não se encontrem elementos que venham a esclarecer um entendimento de democracia sustentado pelo jornal. Porém, contribuí-nos nesse sentido ao propor aquelas que seriam as consequências do não cumprimento de suas regras, ou simplesmente constatando as práticas que não seriam condizentes com a democracia. Assim, quando se propôs que a quebra dessas regras, em

²⁵ A título de constatação, um exemplo do uso desse tipo de estratégia, onde opiniões distintas são postas lado a lado como uma estratégia de legitimação do veículo de comunicação como um agente neutro, é o Jornal do Brasil nos dias atuais. Na mesma página se pode ver as colunas de José Genuíno e Olavo de Carvalho. Não é difícil encontrar exemplos semelhantes nas mídias brasileiras nos dias atuais.

²⁶ O “campo jornalístico” não possui autoridade para legitimar as suas idéias por si próprias. Diferentemente de outros campos, como, por exemplo, o científico, onde os sujeitos nele inseridos podem se justificar através do conhecido por eles produzido. Portanto, os veículos midiáticos têm como uma estratégia recorrente buscar essa legitimidade por meio da concessão de espaço a pessoas especializadas naquele tema que está tratando. Mais sobre o “campo jornalístico” e suas relações como os demais em BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

²⁷ “O New York Times critica a situação argentina”. **O Globo**, 20 de março de 1962. p. 14.

hipótese nenhuma, era uma solução plausível para os problemas institucionais – no caso argentino, a vitória peronista – ocorreu o uso de uma estratégia ideológica denominada por John Thompson como “naturalização”.²⁸ Portanto, o discurso analisado tratou a democracia como sendo um regime político “ahistórico”, inerente as sociedades civilizadas e não como uma construção sócio-histórica. A plena vigência de suas instituições seria fundamental para o bom funcionamento do sistema político.

Em uma possível leitura, constituiu-se uma ideologia que pode ter pretendido dar respaldo para a “solução parlamentarista” brasileira de 1961. Assim, através do exemplo negativo vindo da Argentina, operou-se uma possível operação ideológica que visou sustentar, portando, a plena vigência das regras constitucionais como único caminho possível para a resolução dos impasses políticos. Qualquer caminho diferente representaria a sua quebra e o desvio da ordem natural, que resultaria apenas na geração de uma situação prejudicial para a sociedade, como a crise argentina acabara de demonstrar. Portanto, as declarações de notórias personalidades em **O Globo** não atuaram como simplesmente uma concessão de espaço com o objetivo de projetar publicamente esses indivíduos: suas declarações foram um subsídio na elaboração desse discurso de reverência às instituições democráticas.

O mesmo evento foi percebido de forma semelhante pelo **Correio da Manhã**, que repercutiu negativamente a violação da constitucionalidade na Argentina. Segundo o jornal carioca, era mais plausível entregar os cargos aos grupos “antidemocráticos” (peronistas) do que interferir em um pleito eleitoral limpo, que, em última instância, representou o exercício da soberania popular. Antes mesmo do início da crise argentina, o periódico carioca havia posto em sua pauta as eleições que estavam por se realizar, frisando aquele momento como crucial para a política argentina. Na leitura proposta, o país platino estava em uma encruzilhada entre a opção pela “estabilidade” democrática e o retorno do cenário “caótico” que outrora fora protagonizado pelos peronistas:

²⁸ Segundo John Thompson, “naturalização” é um “modus operanti” da ideologia, onde “*um estado de coisas que é uma criação sócia e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais, do mesmo como, por exemplo, a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres pode ser retratada como um resultado de características fisiológicas nos sexos, ou de diferença entre os sexos*”. (THOMPSON, op. cit. p. 88)

“Domingo próximo a Argentina decidir-se-á pela paz política ou por uma situação de conseqüências imprevisíveis”, declarou, ontem a noite, o ministro do Interior, Alfredo Vitolo. Acrescentou que se os peronistas ganharem em algumas províncias, deverão escolher entre a democracia ou um movimento do tipo de Fidel Castro. O Governo – afirmou – entregar-lhe-á as províncias que venham a ser conquistadas nas urnas. Mas se não atuarem democraticamente e se chegarem a por em prática a violência que agora apregoam, o govêrno os substituirá com interventores federais.²⁹

A questão central foi até que ponto seria o peronismo capaz de se inserir no jogo democrático. Os fantasmas da “ditadura peronista” eram recentes, mas era entendido, pelo discurso do jornal, que a solução dos dilemas argentinos passava pela aceitação por parte dos quadros peronistas das regras democráticas. Assim como no caso de **O Globo**, essas interpretações da conjuntura no país platino ofereceram uma “naturalização” da idéia de democracia. A resolução das tensões que assolavam o governo Frondizi não se daria por caminhos alternativos aos da constitucionalidade. Assim, a idéia de democracia, sustentada no **Correio**, teve como um de seus pilares a plena vigência do processo eleitoral, que seria a manifestação do desejo popular e “natural” as sociedades civilizadas.

No entanto, a previsão de Alfredo Roque Vítolo não somente se confirmou, como a vitória peronista extrapolou todas as expectativas, acarretando na anulação das eleições. Dois pontos entraram na pauta da produção discursiva do jornal carioca. Primeiramente, como seria possível que o povo argentino continuasse a dar respaldo a um grupo político que não representaria seus interesses – uma vez que o peronismo não se consistia em um movimento democrático, portanto, dentro dessa lógica, não era um defensor dos interesses populares. Frente à repercussão desse “infeliz deslace”, em peça editorial, descreveu-se a situação da seguinte forma: *“Passa a Argentina por um rude e duplo golpe, consubstanciado na vitória das fôrças totalitárias em eleições democráticas, e na ação totalitária de um govêrno democrático depois dessas eleições”*. No seguimento do texto, propõe-se a seguinte indagação:

Vence o peronismo, embora oito anos tenham decorrido desde que o país conseguiu livrar-se do sinistro ditador. Como explicar o resultado das urnas? Como entender que parte ponderável do eleitorado argentino se apreste a renunciar voluntariamente – masoquisticamente – às garantias e liberdades que o povo, até a custa de sangue conquistou? E, em contrapartida, admitir que o presidente Frondizi tenha redigido decreto anulando as eleições – modificando no final da partida as regras do jôgo?³⁰

²⁹ “Govêrno argentino adverte peronistas antes do pleito.” **Correio da Manhã**, 15 de março de 1962. p.1.

³⁰ “Democracia Tutelada”. **Correio da Manhã**, 21 de Março de 1962. p. 2.

“La Libertadora”, conforme o discurso do jornal, foi uma conquista não apenas das elites opositoras do peronismo, mas também das camadas populares, que teriam logrado a “liberdade” frente ao governo “usurpador” de Perón. A idéia do retorno do justicialismo seria, portanto, um paradoxo. De certa maneira, mesmo que não tenha sido explicitado diretamente no texto do jornal, infere-se que esse agente histórico questionou através dessa “racionalização” a capacidade dos populares de protagonizar os processos políticos. Mesmo o **Correio** tendo tido como um dos seus compromissos históricos a defesa da democracia, como vimos no capítulo um desse estudo, não necessariamente isso signifique que a extensão do sufrágio a todos os segmentos sociais fosse uma de suas bandeiras. Todavia, entende-se que em torno das indagações do discurso do jornal sobre os porquês do respaldo nas urnas do peronismo, tenha se constituído uma ideologia que questionou a capacidade popular de protagonizar a política nacional.

O outro ponto destacado pelo **Correio** foi quais seriam as implicações do ato “arbitrário” praticado por aqueles que deveriam ser os defensores de tais princípios. A principal “racionalização” aqui elaborada foi como as atitudes, tanto daqueles que apoiaram o peronismo nas urnas, quanto a ação do governo indo de encontro aos “processos democráticos”, teriam desviado o país platino do caminho “natural”. A Argentina se encontrava em uma bifurcação onde, independente do caminho escolhido, o resultado seria negativo:

Quem uma vez capitula – e tanto faz fugir como submeter-se – capitulará outras vezes. O drama da Argentina, no momento, é mais sério porque se chegou àquele ponto onde praticamente não há opção. Ou o país será devolvido aos homens e vícios de Perón – ou anuladas as eleições, restará um aleijão da democracia, tendo como chefe não mais exatamente um presidente da República, mas um *marionette* [grifo do autor] que só se move se alguns generais e almirantes mexem os cordões.³¹

Mesmo o peronismo, “manifestação totalitária”, “inimigo da liberdade e da justiça”, sendo uma “severa ameaça”, o discurso do jornal sugeriu que o caminho por onde se lograria a consolidação das instituições democráticas não seria o da “força”, como era proposto pelos militares argentinos. Se por um lado a anulação das eleições representou a queda da democracia na Argentina, a confirmação da vitória eleitoral dos correligionários de Perón, igualmente, teria como decorrência o rebaixamento do frágil sistema político daquele país a uma situação débil. Em qualquer um dos cenários, os

³¹ “Democracia Tutelada”. **Correio da Manhã**, 21 de Março de 1962. p. 2.

princípios que regem o modelo considerado como “ideal” estavam sendo postos de lado em prol da ascensão de governos viciados:

O espectro monstruoso e, o que é pior, *vivo* de Perón, nem isso pode justificar o crime de ser negada a posse aos eleitos. Antes que o espectro volte – nas eleições presidências do ano vindouro – ainda há tempo e meios, dentro da ordem legal e democrática, de se salvar o país.

Entretanto, a “solução” dos militares de conter o peronismo pela força foi interpretada pelo discurso do jornal como sendo “antidemocrática” e apenas elucidaria o quanto estes aprenderam ao longo da ditadura de Perón a exercer uma atuação “arbitrária”:

Não é válida a idéia de uma *peronada* [grifo do autor] contra os testas-de-ferro de Perón. E nem é impossível que, no resultado das eleições, tenham tido um papel de relêvo os sucessivos pronunciamentos políticos dos militares argentinos, submetendo o presidente Frondizi a pressões, recuos e contradições. Agora, não será pelo emprêgo da fôrça que aquêles vão disfarçar o êrro; com isso apenas conseguirão provar que aprenderam com Perón a sua lição.³²

Essas “racionalizações” operaram como uma ideologia ao entenderem a democracia como um regime político “natural” das sociedades. O discurso do jornal interpretou o sufrágio nas urnas em prol do peronismo como um reflexo da falta de preparo dos votantes argentinos. No entanto, a solução não ia no sentido do rompimento com os preceitos democráticos. Assim, o **Correio da Manhã**, em uma possível leitura, postou-se contra o golpismo militar como solução ao “problema” do peronismo. A ideologia foi mobilizada aqui no objetivo de combater a possível emergência de uma solução semelhante no Brasil, uma vez que havia ocorrido recentemente uma situação análoga, com desfecho distinto.

No **Jornal do Brasil**, assim como nos exemplos anteriores, a possível mobilização de um sentido de democracia passou, em um primeiro momento, pela repercussão da anulação da vitória dos peronistas nas urnas. Nos dias antecedentes ao pleito, destacou-se que essa eleição seria crucial para o futuro político da Argentina,

³² “Democracia Tutelada”. **Correio da Manhã**, 21 de Março de 1962. p. 2.

uma vez que se projetaria a sucessão presidencial que ocorreria em dois anos. Porém, a principal indagação foi qual seria a resultante do retorno do peronismo ao jogo democrático. Desde “La Libertadora” o justicialismo havia sido proscrito e o resultado da votação elucidaria, afinal, qual era a verdadeira força política do movimento.

O discurso do jornal elucidou a aparente crença de que, devido à sua fragmentação, dificilmente o movimento peronista lograria maiores êxitos nas urnas. Em texto de Pierre Brissard, diretor da “France Press”, especialmente para o **JB**, tal questão apareceu da seguinte maneira: “*Todos observadores concordam em atribuir ao pleito que se ferirá domingo na grande nação do sul do Continente, uma importância tãda especial, tendo em vista, sobretudo, a influência que poderá exercer sôbre as próximas eleições gerais de 1964, de onde sairá o sucessor do Presidente Arturo Frondizi*”. Seguiu-se afirmando:

Apesar de tãda as indicações que se podem colhêr do final da campanha eleitoral, as perspectivas ainda são bastante confusas e é praticamente impossível estabelecer qualquer prognóstico mais seguro. Como em tãdas as eleições que se realizaram na Argentina desde 1944, a de domingo é também dominada por um grande problema: *o peronismo*.³³ [Grifo do autor]

O analista francês ainda comentou que, “*o pleito de domingo poderá revelar uma nova dominante (sic) capaz de criar uma definição diferente do quadro político da nação*”.³⁴ Como foi visto, a previsão se confirmou; os peronistas obtiveram esmagadora vitória, elegendo um amplo quadro de deputados e conquistando cinco governos provinciais, entre eles a de Buenos Aires.

Por meio da repercussão da anulação das eleições, esse agente histórico constituiu uma “racionalização” onde esse ocorrido demonstrava que a democracia na Argentina não passava de uma ilusão. Essa “arbitrariedade”, que teria sido conduzida por Frondizi por imposição das forças armadas, foi uma situação “dramática”. Essa serviu de referência para se chegar à conclusão que naquele país, há tempos, as instituições estavam “viciadas” e os princípios os quais regiam a democracia não mais estariam presentes na política argentina. O texto chamou a atenção de que o exemplo da crise argentina era um alerta e uma lição para o Brasil, que poucos meses antes havia passado por conjuntura semelhante. Assim, de certa maneira, o **JB** também destacou que as ameaças à política nacional não haviam cessado.

³³ “Frondizi vs. peronismo”. **Jornal do Brasil**, 17 de março de 1962. p. 7.

³⁴ “Frondizi vs. peronismo”. **Jornal do Brasil**, 17 de março de 1962. p. 7.

Os acontecimentos na Argentina devem servir de lição e de advertência a todos os brasileiros. A esmagadora vitória dos peronistas nas eleições de domingo e a reação dos chefes militares acabaram de provar, da maneira mais crua possível, que a democracia representativa, na Argentina, só existe na aparência. E mais dramática se torna quando é o próprio Presidente Frondizi (que, há pouco mais de um mês, declarava que não chefiaria um governo títere) quem anula eleições e determina a intervenção estatal e militar nas províncias.³⁵

Foi atribuído pelo discurso do jornal notório destaque à maneira como a Argentina seria vista pelos formuladores da “Aliança para o Progresso”. O país platino teria sido o exemplo mais bem sucedido de regime democrático no continente, enquanto o Brasil, com suas “soluções de remendo”, ainda precisaria evoluir nos caminhos democráticos. Com a anulação das eleições argentinas, o **JB** destacou o quanto era equivocada essa interpretação da conjuntura política na América do Sul. Pelo contrário, o Brasil vinha nos últimos anos sendo exemplo, principalmente pela forma como teria lidado com as tensões políticas. Mencionando o exemplo da crise da renúncia de Jânio Quadros e trazendo à tona a comparação com a crise no país vizinho, expôs-se a seguinte “racionalização”:

Logo após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, desencadeou-se, nos Estados Unidos e em todos os demais países do Continente, uma campanha de propaganda que apresentava o Presidente Arturo Frondizi como “o verdadeiro líder da América Latina”. Fazia-se a promoção – aquilo a que, em inglês, se dá o nome de *build-up* – de Frondizi. Substituía-se uma imagem de marca por outra. Só a Argentina, na América do Sul, era digna de confiança – *reliable* – no contexto da Aliança para o Progresso. O Brasil era por demais instável, talvez até mesmo irresponsável.³⁶

O discurso do jornal sustentou que o Brasil era uma democracia sólida. O país havia demonstrado isso pela maneira com que superou a crise de agosto-setembro de 1961. O que caracterizava, então, um regime democrático não era apenas a presença dos seus mecanismos formais, como a vigência de uma constituição e as eleições periódicas. Seria primordial a capacidade das forças democráticas de conciliar os antagonismos e de atuar no sentido de impedir a ascensão de governos “autoritários”, o que foi descrito como sendo a grande virtude do regime político brasileiro:

Felizmente, as tentativas que se fizeram, aqui no Brasil para a polarização das forças políticas nas posições extremas de direita e esquerda, malograram.

³⁵ “Argentina em perigo”. **Jornal do Brasil**, 20 de março de 1962. p. 6.

³⁶ “Argentina e Brasil”. **Jornal do Brasil**, 21 de março de 1962. p. 6.

Felizmente, na crise de agosto-setembro de 1961, a vontade de uns quantos chefes militares não prevaleceu sobre a do povo. Felizmente, em nosso País, o getulismo não se viu obrigado a ter atividade ilegal ou semilegal, os militares nunca quiseram organizar juntas, os resultados de eleições não foram anulados por golpes de força. Felizmente (e quantas vezes repetimos, com alegria, esta palavra...), tem sido mais forte, em nosso País, a tendência à conciliação.³⁷

Além das virtudes brasileiras, outro elemento discursivo adotado foi a “racionalização” da quebra do jogo democrático. Assim como nos demais jornais analisados, o **JB** sustentou que, embora as forças políticas atuaram por fora dos limites da democracia para chegar a uma solução – no caso o uso de força dos militares –, apenas houve o acúmulo de prejuízos para a nação platina. Não teria sido apenas a política que foi usurpada, mas o clima de insegurança gerado pelo golpe ocasionou o afastamento dos investidores estrangeiros e projetado de forma negativa a Argentina na esfera internacional. Mesmo que em contrapartida isso tivesse representado uma boa projeção do exemplo recente do Brasil, o discurso do **JB** ressaltou que os brasileiros não viram com agrado o desfecho daquela situação, pelo contrário, esta causara “grande desgosto”. Porém, o país que até então era visto por Washington, segundo o discurso do jornal, de paradigma para a “Aliança” se encontrava agora em situação delicada e sem mais prestígio diante dos mercados internacionais:

O pêso caiu aos níveis mais baixos no mercado de Nova Iorque. Criou-se um estado de *suspense* na área dos investidores estrangeiros interessados na Argentina. Sob certos aspectos a crise argentina ajuda a projetar o Brasil, faz por onde muitas fontes estejam a esta hora revendo suas posições frente ao nosso País, num contraste que não nos apraz porque os acontecimentos que conduziram à deposição de Frondizi em mais um golpe-de-mão valem apenas para que lamentemos o uso indevido da força.³⁸

Portanto, infere-se da leitura do **Jornal do Brasil** uma interpretação de democracia que teve como uma de suas principais elaborações a questão de que “não somente pelos princípios doutrinários se constituía uma democracia; não bastaria haver eleições, um presidente e uma constituição”. Assim, constituiu-se uma “racionalização” onde a falta de capacidade dos líderes argentinos de lidar com os problemas do seu regime político foi o promotor daquele cenário. Pelo contrário, no Brasil, as lideranças democráticas souberam conter as ameaças que surgiram na política nacional, o que garantiu o pleno funcionamento da democracia.

³⁷ “A Argentina em perigo”. **Jornal do Brasil**, 20 de março de 1962. p. 6.

³⁸ “Revolução e economia”. **Jornal do Brasil**, 30 de março de 1962. p.6.

Assim, o uso discursivo do “sentido de democracia” por esse agente histórico teve uma possível mobilização por onde se procurou de alguma maneira “legitimar” a conjuntura brasileira de então, vendo de forma positiva a resolução proposta em setembro de 1961 e as linhas doutrinárias do atual governo. Não se está afirmando que o **JB** foi um aliado do governo Goulart em moldes semelhantes que, por exemplo, compuseram o apoio da **Última Hora** ao governo Vargas.³⁹ Mas, nesse momento histórico específico, houve uma possível convergência de interesses, a qual podia ter apenas consistido em semelhanças nas formas como se interpretava a política, idéia essa que vai de encontro, como foi apontado no primeiro capítulo desse estudo, que ao longo da segunda república o **Jornal do Brasil** teria sido adepto de uma prática discursiva ligada ao pensamento conservador.

2.3. Segundo ato do rompimento democrático: o golpe militar de 29 de março

Curioso notar que **O Globo**, após a deposição de Frondizi, deixou de privilegiar a repercussão dos acontecimentos argentinos em sua pauta editorial. Essa atitude acabou sendo uma exceção perante os demais jornais analisados, que persistiram repercutindo os acontecimentos argentinos após a queda do presidente constitucional, adotando mesmo um discurso que via como negativa àquela conjuntura política. No entanto, isso não significou que a solução dos militares argentinos não ficou isenta de uma breve crítica nesse jornal.

Não houve uma maior repercussão da posse de José Maria Guido e nem uma manifestação explícita de reprovação a esse arranjo. No entanto, infere-se uma leitura do discurso do jornal na qual ocorreu uma crítica à maneira como a situação foi contornada. Assim, houve a constituição de uma ideologia que partiu da “racionalização” de que os preceitos democráticos haviam sido severamente golpeados. A iniciativa de “substituir” o primeiro mandatário do país através de um ato de força não foi entendida como uma solução compatível com os princípios norteadores da política democrática:

³⁹ Mais sobre a **Última Hora** e a sua atuação como defensora das políticas do governo Vargas em: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, 2006.

José Maria Guido foi empossado ontem (...) como Presidente provisório da Argentina perante os autores do golpe militar que, na véspera, depusera o Presidente Arturo Frondizi. Durante a cerimônia de seis minutos, realizada no Salão Branco da Casa Rosada, houve lágrimas e ouviram-se gritos de “usurpador”. Enquanto o ex-presidente do Senado prestava o juramento de praxe, alguns dos espectadores deram viva a Frondizi, exilado pelos militares na ilha de Martín García, no Rio de Prata. Embora a cerimônia pusesse fim à crise de doze dias, não logrou dissipar os temores de uma luta civil.⁴⁰

O texto de uma reportagem procura passar a noção de neutralidade da notícia perante o fato. Contudo, entendemos que esse é um recurso que visa apenas a conceder legitimidade a prática discursiva. Assim, propõe-se aqui uma leitura onde os usos de certos termos pelo discurso do jornal podem ter atribuído um sentido crítico àquilo que estava sendo noticiado. O uso, por exemplo, do termo “presidente provisório”, ao invés de somente “presidente”, na reportagem citada acima, pode ter intencionado transmitir um significado que indicou um não reconhecimento pleno da posse de Guido. Somando-se ainda com o uso de “autores do golpe”, passa-se a idéia de “inconstitucionalidade” daquele acontecimento. Ao mesmo tempo em que não houve um reconhecimento legal da posse, o uso da expressão “a cerimônia de seis minutos” visou retirar o “glamour” e o prestígio que um cargo presidencial acarreta.

Portanto, a cerimônia de posse não passou da formalização de uma “quartelada”, sem apoio popular, idéia sustentada no discurso pelo uso de termos como “lágrimas”, “gritos de ‘usurpador’” e “deram viva a Frondizi”. Lembrando sempre que dentro da “matriz liberal” a soberania emana do povo. Assim, uma vez que o discurso do jornal apontou que o povo não reconhecia a posse de Guido, houve a constituição de uma idéia de ilegitimidade à “solução militar”. Mesmo os demais representantes da ordem política do país se recusavam a reconhecer o ato “arbitrário” dos militares em depor o presidente constitucional e a solução encontrada na promoção de seu sucessor:

Os governadores e ex-governadores de 14 das 23 províncias argentinas qualificaram de ilícita a deposição de Frondizi e prometeram lutar pela sua re investidura. Os militares, por sua vez, declararam-se confiantes em que a posse de Guido apresentará o restabelecimento da estabilidade e da paz interna. O Ex-Ministro do interior, Alfredo Vitolo, comparou a situação criada na Argentina como regime de Vichy, na França.⁴¹

Com a “visibilidade” concedida à analogia proposta por Vitolo entre a Argentina após a deposição de Frondizi e a França de Vichy, procurou-se reforçar a

⁴⁰ “Empossado Guido na presidência da Argentina”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p.12.

⁴¹ “Empossado Guido na presidência da Argentina”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p.12.

idéia do não reconhecimento do novo governo, insinuando que esse não passaria de um simples fantoche dos militares, assim como o governo de Pétain teria sido para a Alemanha.⁴² Assim, segundo o discurso do jornal, José Maria Guido não passava de uma “títere” das forças armadas, posto no lugar do verdadeiro mandatário da nação. Logo, não havia nem democracia e nem mais uma representação dos “verdadeiros” interesses nacionais na Argentina.

Outra estratégia discursiva na constituição de uma “racionalização” negativa da deposição de Frondizi foi conduzida por meio da repercussão daquele evento na esfera sulamericana. Tanto em **O Globo**, quanto nos outros dois agentes históricos analisados, as reações do governo venezuelano adquiriram destaque. Segundo o discurso do jornal, o governo de Rômulo Betancourt teria adotado uma postura crítica frente à questão argentina:

O Presidente Rômulo Betancourt fêz uma exortação ontem ao Presidente norte-americano, John Kennedy, e aos chefes dos Estados de quatorze nações latino-americanas para que repudiem o nôvo govêrno argentino. Em diversas mensagens enviadas aos presidentes de todos os países democráticos da comunidade interamericana, Betancourt diz que seu país foi um dos primeiros a adotar uma posição de beligerante repúdio ao regime comunista de usurpação existente em Cuba, e que essa mesma posição adorava agora em face do regime instaurado na Argentina.⁴³

Mediante o exemplo de Caracas, **O Globo** buscou mostrar que a deposição de Frondizi teria sido alvo de críticas da comunidade latino-americana. Além disso, ressaltou-se a disposição de um notório líder de uma nação democrática em combater a ascensão de governos “antidemocráticos” na região. Esse foi mais um discurso que visou subsidiar a “racionalização” que visou formular uma imagem negativa da “solução militar” na Argentina.

Por trás dos discursos de crítica à crise argentina, **O Globo** formulou, como exposto anteriormente, uma “naturalização” da democracia como regime político. Se em um primeiro momento o ponto central dessa estratégia discursiva foi a questão da necessidade de se seguir as premissas constitucionais, após a deposição do presidente argentino ocorreu um alternância em sua ênfase. A situação havia se agravado. Assim,

⁴² Durante a ocupação da França pelos alemães na Segunda Guerra Mundial houve a separação da administração do país em duas zonas. O norte ficou sobre o controle dos invasores, enquanto se estabeleceu no sul um governo francês, com sede na cidade de Vichy, que era conivente com os nazistas, o regime “Regime de Vichy” governado por Philip Petain, que após a guerra foi condenado por traição em virtude da colaboração com os alemães.

⁴³ “Caracas exorta as Américas a não reconhecerem o Govêrno argentino”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p.6.

constituiu-se uma ideologia que atuou dentro do contexto sócio-estruturado brasileiro como um alerta para a necessidade dos indivíduos se unirem em defesa das instituições democráticas.

Os fins dessa mobilização do sentido do discurso do jornal ficará mais nítida quando verificarmos as maneiras como as imagens dos atuantes da trama política argentina foram elaboradas por esse periódico, tarefa essa a ser executada no capítulo quatro desse estudo. Por enquanto é importante termos nítido o compromisso histórico de **O Globo** com o ideário democrático, como já vem sendo sustentado desde o primeiro capítulo.

Assim como visto anteriormente, a “solução militar” foi interpretada como prejudicial para a composição política do país platino na ótica do **Correio da Manhã**. De acordo com esse agente histórico, a posse de Guido não teria passado de uma “encenação”, com o claro objetivo de atribuir constitucionalidade a um “ato ilegal”, protagonizado pelas forças armadas daquele país. O novo chefe de Estado, então presidente do senado, era o sucessor constitucional de Frondizi; contudo, do modo como a situação teria sido conduzida, a sua posse não passara uma manobra teatral:

As formalidades e cerimônias da sucessão presidencial na Argentina não iludem a ninguém. O novo pseudopresidente pode prestar juramento, pode receber cumprimentos de amigos, pode nomear ministros e fazer todo o resto: como se ele fosse realmente o presidente da Argentina. Mas não passa de uma lamentável títere dos que derrubaram e prenderam seu predecessor.⁴⁴

Além de ser descrito como uma mera marionete das forças armadas, a exemplo de **O Globo**, Guido teve seu caráter posto em dúvida. Ao repercutir a cerimônia de posse, foi indagado até que ponto a conivência do novo presidente com a situação era decorrente de seu oportunismo ou teria se sucedido por medo perante a pressão dos militares. No entanto, segundo o discurso do jornal, quaisquer que fossem as motivações, aquele teria sido um ato eticamente duvidoso, uma vez que Guido não teria tomado uma decisão tendo o bem-comum da sociedade argentina como parâmetro. Através dessa reflexão, **O Globo** questionou a legalidade da “solução militar” argentina:

⁴⁴ “Ditadura e reconhecimento”. **Correio da Manhã**, 1º de abril de 1962. p.6.

O homem que, por vaidade ou por ambição, por medo ou por outros motivos inconfessáveis, aceitou o cargo, das mãos dos generais inimigos do peronismo e também da democracia, pode prestar juramento, receber cumprimentos, nomear ministros, etc, etc, Mas também pode receber embaixadores?⁴⁵

A desconfiança constituída em torno da imagem pública de Guido foi um elemento de uma “racionalização” que visou a passar a idéia de incredibilidade à referida “solução militar” argentina. Portanto, a saída viabilizada por fora das “regras do jogo” representou um revés às instituições democráticas daquele país e, dentro dessa leitura, qualquer tipo de solução conduzida além da margem da constitucionalidade apenas levaria ao retrocesso político. Outro exemplo da “negatividade” desse evento pode ser encontrado em outro texto que procurou descrever a posse do novo presidente argentino:

A breve cerimônia realizada hoje na Casa Rosada, ficou marcada por um grito solitário de “Viva Frondizi”, bem como por alguns aplausos e por algumas lágrimas. Quando Guido assinava o registro da posse, um indivíduo não identificado manifestou seu apoio a Frondizi. O grito provocou aplausos no salão. A sra. Mercedes Villada, viúva do falecido presidente provisório Eduardo Lonardi, não pôde conter-se e chorou. Lonardi foi quem conduziu a rebelião militar que pôs fim a ditadura de dez anos de Perón, em 1955. Membros do último gabinete de Frondizi assinaram o termo de posse na qualidade de testemunhas formais da transferência do poder.⁴⁶

A narrativa da cerimônia foi composta por duas metáforas que visaram a atribuir o caráter de “ilegalidade” ao ato de posse do novo presidente. O primeiro foi o grito solitário de “Viva Frondizi”, onde o desagrado popular e sua reprovação estariam representados. Na versão de **O Globo**, houve uma salva de manifestações em prol do presidente deposto, no entanto, da mesma forma, os aplausos e lágrimas no seguimento da versão de o **Correio da Manhã** transmitiram a idéia segunda a qual, mesmo sendo apenas de poucos indivíduos, esse ato transmitiu os sentimentos dos presentes, de toda a coletividade argentina.

A outra metáfora foi a descrição na narrativa do pranto da viúva do ex-presidente Eduardo Lonardi, líder do movimento que depôs Perón. Em uma possível leitura, essa atitude da sra. Mercedes visou a contribuir na constituição de uma “racionalização” de que aquele momento representou a desconstrução das conquistas de seu marido, a idéia de que os militares naquele momento estariam indo na contramão do

⁴⁵ “Ditadura e reconhecimento”. **Correio da Manhã**, 1º de abril de 1962. p.6.

⁴⁶ “Empôssado o novo presidente da Argentina”. **Correio da Manhã**, 31 de março de 1962. p. 1.

“espírito democrático” da “Revolución Libertadora” e, de certa maneira, se aproximando do caráter “antidemocrático” atribuído ao peronismo.

Portanto, a maneira como a situação foi contornada na Argentina foi descrita como sendo um exemplo negativo. Perante o seu comprometimento com um pensamento político predicado ao liberalismo, o **Correio da Manhã** conduziu uma interpretação dos acontecimentos argentinos por onde sustentou uma ideologia que, em uma possível leitura, visou “expurgar” as práticas políticas a margem da constitucionalidade. Mesmo identificando que o sentido de democracia constituído em torno da deposição de Frondizi tenha sido “conservador”, uma vez que questionou a capacidade popular de protagonizar os processos democráticos, via como prejudicial, igualmente, a intervenção militar na esfera decisória, ainda mais quando essa participação fosse resultante de atos de “arbitrariedade”.

No primeiro dia da repercussão da queda de Arturo Frondizi, o **Jornal do Brasil** chamou a atenção para a gravidade da situação e abriu questionamento sobre qual seria a reação dos Estados Unidos. Se a questão cubana girava em torno da ameaça à democracia que o país caribenho passara a representar por ter optado por seguir uma doutrinação política classificada como “totalitária”, qual seria a reação estadunidense frente ao caso argentino? Segundo o periódico da Guanabara, o Departamento de Estado vinha indicando o país platino como a mais bem sucedida democracia do continente, até mesmo em contraposição ao Brasil, que há pouco tempo tinha atravessado uma crise sucessória. Frente à queda do regime democrático e a possível ascensão de um governo “militar” na Argentina, comentou-se o seguinte:

Depois daquele cômico de indignações de Punta del Este (antes, durante e depois da Conferência de Chanceleres), poderão os Estados Unidos dar ajuda econômica maciça a uma ditadura militar argentina ou a um regime em que a democracia é, a todo instante, violada? que dirá Cuba? que dirão todos os adversários dos Estados Unidos? que dirão os próprios *experts*, que se tiverem a lembrança de consultar as suas consciências e se lembrarem de que, depois da Conferência de Punta del Este, quando Frondizi necessitava de ajuda e os militares argentinos eram estimulados à insubordinação por elementos da extrema direita norte-americana, eles cometeram o pecado da omissão?⁴⁷

⁴⁷ “E agora?” **Jornal do Brasil**, 29 de março de 1962. p. 6.

Essa ambigüidade da política estadunidense – que será um ponto de referência em mais de um momento do discurso do jornal analisado – tornou-se uma destacada questão. Com base nessa, constituiu-se a “racionalização” de equivalência entre o caso cubano e o argentino; independentemente das doutrinas políticas que cercaram a ascensão de Fidel Castro e a deposição de Arturo Frondizi, ambas representariam um retrocesso na consolidação da democracia na América Latina. Dessa maneira, o **JB** chamou a atenção de que os “gorilas” argentinos e os “barbudos” castristas são, igualmente, fenômenos políticos que devem ser combatidos e questionou até que ponto Washington iria tratar com a mesma veemência os dois casos:

Podem omitir-se agora? Podem deixar, os *experts*, as autoridades norte-americanas, a máquina do Departamento de Estado, de dizer aos militares reacionários da Argentina que a Aliança para o Progresso não se associa a aventuras antidemocráticas? Em suma: esperamos que na Aliança para o Progresso, os *gorilas* argentinos sejam tratados em igualdade de condições os *barbudos* de Fidel Castro.⁴⁸

Uma vez consolidado o golpe o militar na Argentina, a solução encontrada na posse de José Maria Guido também recebeu uma notória negatividade. A repercussão de sua posse, assim como nos exemplos anteriores, também foi descrita como um acontecimento “lúgubre”. Houve caracterizações semelhantes: o choro, a vergonha, a descrição da cena como semelhante a um funeral – no caso, o funeral do regime democrático na Argentina. Observa-se que a narrativa da cerimônia de posse pelo **Jornal do Brasil**, além desses elementos, ressaltou a presença dos “militares golpistas”, indicando a fraude que ali estava ocorrendo:

“Choro de vergonha” – disse um homem que assistiu à solenidade de posse do Presidente José Maria Guido, realizada ontem na Casa Rosada, com a presença dos três militares que depuseram o Presidente Arturo Frondizi. Enquanto assinava o termo de posse, que também levou as firmas dos três ministros militares, o Presidente José Maria Guido, de 51 anos, ouviu esta frase melancólica de um assistente não identificado: “Isso parece mais um velório que uma solenidade de posse”.⁴⁹

As repercussões de importantes jornais também foram utilizadas para sustentar as “racionalizações” propostas. Não houve o uso desse recurso como no caso de **O Globo**, mas da mesma maneira, idéias como “as duas faces do autoritarismo” e a “má

⁴⁸ “E agora?” **Jornal do Brasil**, 29 de março de 1962. p. 6.

⁴⁹ “Em triste cerimônia e sob apupos José Maria Guido toma posse na Casa Rosada”. **Jornal do Brasil**, 31 de março de 1962. p.2.

atuação dos Estados Unidos na América Latina” tiveram respaldo na “autoridade” dessas matérias. Com relação à primeira dessas idéias, o jornal destacou trecho do comentário de “New York Times” sobre os acontecimentos recentes na Argentina, onde sustentou a tese de que, assim como Janos,⁵⁰ os golpes sobre as instituições democráticas não possuem corpo doutrinário único; tanto o “conservadorismo reacionário” de direita, quanto o “comunismo” e o “nacionalismo radical” podem representar ameaça às democracias. Por sua vez, em breve frase sobre a repercussão no “New York Tribune”, efetuou-se a relação, já tratada anteriormente, e que ainda será foco da presente análise, onde o apoio e o respaldo estadunidense à política daquele país talvez tenha se originado de leituras equivocadas da sua realidade:

O New York Times e o New York Herald Tribune comentaram a situação na Argentina. O Times lamentou a derrota da democracia, afirmando: “Esquecemos, demasiado amiúde, que a Revolução, como Janos, tem duas faces. Os movimentos de esquerda nos inquietam tanto (peronismo, no caso argentino) que nos esquecemos de que os golpes contra a democracia podem vir também da direita. Na verdade, da direita procedem, em geral, êsses golpes na América Latina”. O Tribune acentuou que a situação “é de molde a desarmar os Estados Unidos, que apoiaram a política econômica de Frondizi, causa de sua queda”.⁵¹

Da mesma maneira como nos exemplos anteriores, as declarações do presidente venezuelano, Rómulo Betancourt ganharam “visibilidade”. Destacou-se a posição beligerante adotada pelo governo de Caracas e sua determinação em combater os regimes autoritários no continente. Esse conclamou, por mensagem enviada aos governos dos demais países democráticos, o não reconhecimento do governo oriundo do golpe na Argentina. A mencionada mensagem aos presidentes americanos e a postura agressiva adotada pela Venezuela foram destacados:

Em mensagem aos Presidentes dos países americanos (exceto Cuba, Nicarágua, Haiti, Paraguai e a própria Argentina), o Presidente Rómulo Betancourt afirmou que “um govêrno legítmo foi derrubado” e que “nos parece oportuno adotar uma posição firme, para que os autores do golpe de Estado argentino se sintam isolados e sem a tolerância internacional”. “Meu Govêrno adotou (um dos primeiros da América Latina) uma posição de beligerante repúdio ao regime comunista da usurpação, que existe em Cuba, e

⁵⁰ Janos: entidade mitológica que guardava os portões do paraíso de acordo com a mitologia romana. Tinha duas cabeças, um representando o passado e outra o futuro.

⁵¹ “Venezuela pede as Américas que não reconheça o Govêrno Guido”. **Jornal do Brasil**, 31 de março de 1962. p. 2.

essa mesma posição de repúdio beligerante adota agora em face do regime instaurado na Argentina”.⁵²

No entanto, diferentemente do que ocorreu em **O Globo** e no **Correio da Manhã**,⁵³ a postura “agressiva” da Venezuela não obteve o mesmo respaldo, pelo contrário; de certa maneira, essa iniciativa de beligerância ao reconhecimento não era o caminho ideal para se combater as ameaças que cercavam as democracias latino-americanas. Através dos comentários feitos pelo jornal em torno das declarações de Tancredo Neves e San Tiago Dantas, ressaltou-se que a conjuntura do país vizinho inspirava cuidados. A manifestação dos dois homens do governo brasileiro, segundo o **JB**, evidenciou a essência daquele acontecimento, conduzido por “militares desorientados” e “elites retrógradas”:

As declarações do Primeiro-Ministro Tancredo Neves e do Ministro do Exterior San Tiago Dantas sôbre a situação argentina demonstram que o Governo brasileiro não se regozija com o que ocorre naquela nação irmã. Muito pelo contrário: é com preocupação que as autoridades do Brasil vêem um Governo civil e constitucional ser deposto por uma poderosa – embora minoritária – coalizão de chefes militares desorientados e de grupos econômicos retrógrads.⁵⁴

Entretanto, mesmo não tendo sido explicitado em nenhum momento, a iniciativa venezuelana foi rechaçada através da referência à questão da “autodeterminação dos povos”. Esse é um princípio que tem sua afirmação na carta das Nações Unidas e que também se encontra presente no corpo doutrinário da “Política Externa Independente” (PEI)⁵⁵. Segundo este, cada nação tem o direito inviolável de se autogovernar, de exercer sua soberania. Segundo o discurso do jornal, mesmo esse direito tendo sido violado no próprio âmbito interno argentino por uma “pequena”, mas “poderosa oligarquia”, em associação com as forças armadas, dando origem a uma pseudo-constitucionalidade, não cabia, nem ao Brasil e nem a qualquer outro país, interferir na situação argentina.

Segundo o **JB**, o não reconhecimento do novo governo argentino representaria uma forma diplomática de intervenção. O equívoco teria sido o imediato

⁵² “Venezuela pede as Américas que não reconheça o Governo Guido”. **Jornal do Brasil**, 31 de março de 1962. p. 2.

⁵³ A repercussão das declarações de Rômulo Betancourt no **Correio da Manhã** será verificada no capítulo seguinte.

⁵⁴ “Confirmação”. **Jornal do Brasil**, 30 de março de 1962. p. 6.

⁵⁵ Ver mais sobre os fundamentos da PEI em: VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Vozes, 1995.

reconhecimento do novo governo platino. Adotá-lo foi uma maneira íntegra de demonstrar que aquele ato não fora aceito. Uma vez que o governo oriundo do golpe garantia a integridade nacional, nada restava a fazer: *“O Brasil reafirma o seu apoio à autodeterminação do povo argentino, violada pela minoria oligárquico-militar, mas se abstém de intervir, diplomaticamente ou não, nos assuntos internos daquele país. Essa atitude já define a posição brasileira no caso da instauração de uma junta militar ou de um govêrno pseudoconstitucional na Argentina”*. Portanto:

Reconhecer com rapidez um tal regime seria atentar contra autodeterminação do povo argentino, especialmente após as eleições de 18 de março, em que os peronistas, os frondizistas e os radicais do povo foram votados, mas em que os políticos que se aliaram aos militares foram repudiados pelos eleitores. Deixar de reconhecer, por muito tempo, um govêrno que seja, pelo menos, capaz de manter a ordem nas ruas seria o princípio da não-intervenção.⁵⁶

Essa “racionalização” colaborou para o entendimento do sentido de democracia presente no discurso do jornal por duas vias: Primeiramente, assim como nos demais jornais analisados, um regime constituído de força não poderia ser visto como positivo, apenas na democracia, através do sufrágio, a soberania popular é exercida – qualquer coisa distinta é uma anomalia – e, também, na constituição da “racionalização” onde a democracia não é apenas uma instituição interna, a ela estariam relacionados elementos da atuação exterior. Da mesma forma que a interferência de um governo nos processos “naturais” da política se constitui em um ato “arbitrário”, a intervenção de outro país, mesmo que seja para combater usurpações, constitui-se, igualmente, em violação dos princípios que regem o Estado democrático.

A interpretação do **JB** ainda apontou que embora o reconhecimento brasileiro devesse ocorrer, o fato de o regime democrático argentino ter sido violado foi um indicativo de que o espírito de cooperação proposto em Uruguaiana⁵⁷ estava, temporariamente, posto de lado. Uma situação de cooperação internacional de um Estado democrático, necessariamente, dentro dessa lógica proposta pelas “significações” vinculada aqui, pressupõe que do outro lado esteja outro regime regido por princípios semelhantes:

⁵⁶ “Confirmação”. **Jornal do Brasil**, 30 de março de 1962. p. 6.

⁵⁷ Mais sobre os “Acordos de Uruguaiana” e as relações entre Brasil e Argentina ver em: FROTA, Luciana Silveira de Aragão. **Brasil-Argentina: Divergências e convergência**. Brasília: Centro gráfico do congresso nacional, 1991.

Assim, a ditadura militar na Argentina será, eventualmente, reconhecida pelo Governo brasileiro. Mas é preciso que todo mundo saiba que o nosso País fará isso a contragosto e que o espírito que presidirá a tais relações não será – de modo algum – o de Uruguaiana. O que não significa que o Brasil estará disposto a servir de instrumento para manobras antiargentinas. Assim como espera que se restabeleça em Cuba um regime democrático, o Brasil esperará, ansiosamente, o dia em que a democracia se reafirmar na Argentina, permitindo o ressurgimento do espírito de Uruguaiana.⁵⁸

2.4. As imagens da participação das forças armadas na crise argentina

Em **O Globo** a questão da intervenção das forças armadas na política argentina apareceu como sendo de longa data. Foi ressaltado que, anteriormente à crise de março, existiam tensões constantes entre o governo Frondizi e os militares. A demonstração dessa idéia foi conduzida através da descrição proposta dos conflitos decorrentes da posição argentina na reunião de Punta del Este: “*O Presidente Frondizi enfrentava uma crise potencialmente mais perigosa que a gerada quando as instâncias dos chefes das Forças Armadas rompeu relações com o regime comunista de Fidel Castro, a 8 de fevereiro*”.⁵⁹

A anulação das eleições, segundo o discurso do jornal, fora apenas mais um episódio de uma conjuntura que há tempos se estendia. As ações das forças armadas que culminaram na “Revolución Libertadora” eram exemplos positivos, agora ameaçados por atitudes equivocadas. Mesmo que as intervenções se justificassem pela iniciativa de combater os mesmos inimigos derrotados por Lonardi e os demais líderes do golpe de setembro de 55, os meios utilizados eram “inadequados”. A vitória sobre o peronismo fora uma luta pelos ideais democráticos e as ações “arbitrárias” de 1962 significavam um retrocesso:

Comprendemos que os militares argentinos, que sob comando dos Generais Lonardi e Aramburu e do Almirante Rojas se revoltaram em 55 contra os desmandos da ditadura, se revoltam, também, ante a possibilidade do retorno da antiga situação, que tantos males e humilhações causou à Pátria. Mas êsses militares não deveriam perder de vista que o supremo ideal que os animou na luta contra o peronismo foi o da restauração da democracia e da Constituição e que só pela fidelidade a êsse ideal poderão êles prestar a seu grande País os imensos serviços que êle necessita.⁶⁰

⁵⁸ “Confirmação”. **Jornal do Brasil**, 30 de março de 1962. p. 6.

⁵⁹ “Renunciou o Gabinete de Frondizi após o triunfo peronista”. **O Globo**, 20 de março de 1962. p.8.

⁶⁰ “A Argentina ameaçada”. **O Globo**, 28 de março de 1962. p. 1.

Essa sucessão de eventos se constituiu em um elemento de uma “racionalização” proposta pelo periódico carioca, onde a Argentina foi entendida como um país com problemas para se consolidar como uma “democracia”. Mesmo após a queda do peronismo, as dificuldades se mantinham, agora pela “ação arbitrária” das forças armadas. No entanto, o discurso do jornal entendeu como “paradoxal” o fato de uma nação como a Argentina passar por esse tipo de problema. Era um país “civilizado”, constituído em “moldes europeus”, mas que costumava resolver suas tensões através de métodos “pretorianos”:

“Há porém, uma moral sombria a deduzir da crise. A de que depois de 130 anos de independência, a Argentina de grande requinte, povoada em sua totalidade por descendentes europeus, ainda rejeita as disciplinas constitucionais, pois a primeira coisa que Frondizi fez ao interar-se do resultado das eleições, foi anulá-las, por insistência das Fôrças Armadas. Assim, a Argentina retornou ao govêrno da guarda pretoriana”.⁶¹

Ao atribuir um caráter “autoritário” às ações dos militares na política nacional, elaboraram-se significações que estabeleciam a imagem de um inimigo. Tanto no Brasil, quanto na Argentina, a conjuntura política naquele período se caracterizou pela instabilidade dos respectivos regimes democráticos, segundo o discurso analisado. Em ambos os países, os militares foram um dos protagonistas dessas tensões e as suas imagens associadas às instabilidades, sendo responsabilizados por vezes pela própria emergência dessas crises. Portanto, constituiu-se uma estratégia ideológica que visou “expurgar” um inimigo comum, no caso as forças armadas. Assim, através da conclamação dos indivíduos a resistirem a sua ameaça, rogou-se pela unidade em torno da democracia:

Admiramos a resistência do Presidente Frondizi, que com humildade e consciência do dever esgota todos os recursos para preservar o regime constitucional, do qual seu mandato é o símbolo, mas tememos pela sorte de seu govêrno e da própria Argentina, nesta hora em que a invasão da área política pelas Fôrças Armadas coloca o País ante o imprevisível, podendo representar a derrocada da ordem jurídica na República vizinha e irmã.⁶²

Essas elaborações ganharam destaque perante a exigência militar pela renúncia de Arturo Frondizi. Segundo a descrição dos acontecimentos argentinos presentes em **O Globo**, os militares responsabilizaram o presidente argentino pela situação ameaçadora.

⁶¹ “Frondizi aceitou as exigências militares”. **O Globo**, 20 de março de 1962. p.8.

⁶² “A Argentina ameaçada”. **O Globo**, 28 de março de 1962. p. 1.

Em um segundo momento, essas imagens ganharam novas significações, em decorrência da drástica ação das forças armadas frente à recusa de Frondizi em aceitar o ultimato dos comandantes das três armas.

Ao redor desses acontecimentos foi atribuída uma característica de “belicosidade” aos militares. As imagens de tropas com fuzis na rua, ocupando os símbolos do governo argentino, podem ter atuado como uma “racionalização” de que aquele ato era de uma “usurpação” da legalidade argentina. **O Globo** descreveu de forma dramática esse evento: *“Um destacamento avançado da Infantaria ocupou ontem à noite o Palácio do Govêrno. Soldados do III Regimento de Infantaria, em uniformes de campanha e armado de metralhadores, executaram a operação, enquanto os comandantes militares enviavam novas tropas para as posições estratégicas, como prelúdio a instalação de uma junta militar de governo”*. Por fim:

Os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica manobram rapidamente depois de verem rejeitado seu derradeiro ultimato para que Frondizi renunciasse voluntariamente. Momentos antes da ocupação, todos os civis, inclusive jornalistas e fotógrafos receberam ordens para abandonar a Casa Rosada, cujas luzes tinham sido apagadas.⁶³

Após a consumação do golpe, a justificativa dos militares para legitimar mais um ato “arbitrário”, segundo o discurso do jornal, passou a ser a “intransigência” do presidente argentino. A permanência de Frondizi no governo tinha se tornado “prejudicial” para o país platino e a sua resistência ao ultimato militar era um obstáculo para o restabelecimento da ordem. Alegavam que aquele era um golpe pela defesa da constitucionalidade. Assim, foi atribuída negatividade aos militares através da ironia da situação; embora em sua declaração se dissesse que os fins eram “democráticos”, as forças armadas estavam conduzido a Argentina para a “contramão da história”. Essa declaração foi destacada em reportagem sobre esse episódio da crise argentina:

O Presidente da República, Sr. Arturo Frondizi, foi deposto – anuncia o Exército argentino. Os três setores das Fôrças Armadas argentinas acabaram de dar a conhecer um comunicado conjunto, o qual diz: “As Forças Armadas assumiram hoje uma grande responsabilidade perante a História. Não o fizeram sem medir sua ação e sem antes haver esgotado todos os recursos que as situações judiciais e políticas lhes ofereciam”. A seguir, os comandantes das Fôrças Armadas dizem que depuseram o Presidente Arturo Frondizi. Acrescentam que, ao fazê-lo, acreditavam haver salvo a Constituição.⁶⁴

⁶³ “Consumado golpe militar na Argentina”. **O Globo**, 29 de março de 1962. p.6.

⁶⁴ “Queremos a concórdia nacional, afirmam os chefes argentinos em sua proclamação”. **O Globo**, 29 de março de 1962. p. 6.

Porém, não foi dado respaldo a essa justificativa. Em artigo para o jornal carioca, Augusto Frederico Schmidt⁶⁵ apontou que, embora Frondizi tivesse cometido erros, não cabia aos golpistas o julgarem, pois todos contribuíram para aquela situação. O articulista ainda destacou que, perante os olhos de especialistas, os caminhos tomados pelo governo deposto eram reconhecidos como os melhores para o país platino superar suas mazelas. Assim sustentou Schmidt:

Creio, dito isto, ser justo afirmando que se o Presidente Frondizi errou também os partidos e as forças armadas que não prestigiaram um presidente que deu provas seguidas de comedimento, de critério, de modéstia, de inteligência, e cujo grande engano foi ter-se curvado diante de uma política de austeridade – que contraria fundamentalmente as suas próprias idéias, mas que economistas argentinos e autoridades de toda espécie afirmavam ser a estrada estreita a única para salvação da Argentina.⁶⁶

O discurso do jornal, através de seu articulista, conclamou para que as forças armadas não se desviassem da causa da legalidade. Apenas através da democracia seria possível trazer progresso à América Latina e a margem da constitucionalidade os únicos resultados que poderiam ser logrados seriam a ascensão do “totalitarismo” e do “comunismo”. O sonho do desenvolvimento deveria ser atingido através da democracia e o “militarismo” apenas acarretaria a instauração de uma ordem nefasta para os países latino-americanos:

À margem da legalidade não há salvação para as nações da América Latina, todas elas empolgadas pelo sonho do desenvolvimento. Pois ou se fará o desenvolvimento democrático, fundado na legalidade, no cumprimento da Constituição e no respeito aos direitos individuais, ou se causa no militarismo, que no plano econômico geralmente conduz ao estadismo totalitarismo, para, afinal, desembocar no comunismo.⁶⁷

Por fim, em uma possível leitura, se constituiu o “expurgo” dos militares golpistas, os definindo como um “inimigo a ser combatido”. Essa imagem atuou como elemento de uma ideologia que visou a defender a “unificação” dos indivíduos por uma causa. No fim de lograr esse objetivo, estabeleceu-se tanto o que devia ser defendido, no caso a democracia, “naturalizada” no discurso do jornal como o regime político do

⁶⁵ Augusto Frederico Schmidt foi um escritor, político e diplomata brasileiro. Esteve envolvido na elaboração e aplicação da Operação Pan Americana durante o governo Juscelino Kubitschek. (Cf.: CALICCHIO, Vera In: ABREU, Alzira. Op. Cit. p. 5329 – 5332)

⁶⁶ “Crise argentina III”. **O Globo**, 29 de março de 1962. p.2.

⁶⁷ “A Argentina ameaçada”. **O Globo**, 28 de março de 1962. p. 1.

coletivo, como quais seriam os inimigos dessa ordem, no caso a ação arbitrária dos militares. Como vem sendo ressaltado, essas “racionalizações” se aproximaram da conjuntura brasileira onde, poucos meses antes, a legalidade estivera em xeque perante a ameaça de golpe militar.

Portanto, segundo o discurso do jornal, a postura das forças armadas frente à política nacional argentina estava ao avesso; a definição de diretrizes políticas e a administração da sociedade não eram papéis que lhe cambiam, mas sim a defesa da ordem democrática, ou seja, deveriam, ao contrário daquilo que estava ocorrendo na Argentina, proteger a constitucionalidade. Vale ressaltar que, no momento em que se constituiu uma imagem do “inimigo militar”, não se tratou de conceder uma significação negativa das instituições militares, mas sim de suas intervenções na política. Em texto de editorial, **O Globo** rogou que:

Gostaríamos que os militares se capacitassem de que fora da Constituição e do respeito às investidas legítimas será inviável a paz interna e de que sem paz interna não será possível resolver os graves problemas, herdados do peronismo, que ainda infelicitam e prejudicam a Argentina.⁶⁸

O Correio da Manhã destacou que a repercussão histórica dos acontecimentos políticos da Argentina possui um papel importante no Brasil. As forças armadas do país platino foram protagonistas desses eventos e os seus êxitos, no caso, tiveram papel crucial nas tomadas de decisão no Brasil; segundo o discurso do jornal, o golpe de Urriburu em 30, a deposição de Perón e, agora, a deposição de Frondizi teriam sido eventos que influenciaram crucialmente o andamento da política brasileira. Assim, alertou-se para como os militares brasileiros poderiam reagir ao golpe argentino, principalmente levando em consideração a conjuntura da “solução parlamentarista”:

É verdade que os grandes acontecimentos políticos na Argentina sempre repercutiram desfavoravelmente no Brasil. O golpe do general Urriburu, em setembro de 1930, teve efeito de sinal verde para a nossa revolução de outubro do mesmo ano. A deposição de Perón pelos militares, em setembro de 1955, parece ter inspirado as tentativas quase similares de impedir as eleições e, depois, a posse de Juscelino Kubitschek.

Por fim, destacando:

⁶⁸ “A Argentina ameaçada”. **O Globo**, 28 de março de 1962. p. 1.

Não se exclui a possibilidade da perturbação de uma ou outra cabeça, no Brasil, nas circunstâncias atuais. Mas seriam casos isolados. E, mesmo descontando diferenças (...) entre a Argentina e o nosso país, há motivos convincentes para acreditar em maior resistência da democracia brasileira e em mais forte espírito legalistas das nossas forças armadas.⁶⁹

O enviado especial do **Correio da Manhã**, Carlos Heitor Cony,⁷⁰ acompanhou as movimentações dos bastidores da crise no país platino e enfatizou o papel dos altos oficiais das forças armadas argentinas naquele contexto. Destacou-se a conspiração militar pela deposição de Frondizi, principalmente dentro da Marinha, que juntamente com setores do exército, maquinavam pela instalação de uma junta militar no poder. Nem mesmo a visita do duque de Edimburgo a Buenos Aires foi capaz de amenizar as tensões e fazer cessar as tramas militares:

Contrariando a expectativa geral, a chegada do príncipe Phillip não provocou uma trégua na crise atual, a qual recrudescer inesperadamente, uma vez que a Marinha – que lidera um movimento pela deposição de Frondizi – esteve reunida justamente na hora do desembarque do Duque de Edimburgo. O fato apanhou de surpresa não só a opinião pública, mas o próprio Frondizi. Também parte do Exército está disposta a exigir do presidente êste sacrifício.⁷¹

A atribuição de características às forças armadas argentinas passou pela constituição de uma imagem dos seus comandantes. Um exemplo da elaboração dessas significações pode ser encontrado em uma das reportagens de Cony, que relatou o seguinte: *“Durante o banquete oferecido pelo govêrno ao príncipe Philip, êste viu um almirante exageradamente condecorado e medalhado. O duque perguntou ao almirante onde e em que batalhas havia ganho tantas medalhas. O almirante riu e informou que ‘felizmente, há muito tempo que a Argentina não trava batalha alguma’. O duque não entendeu”*.⁷²

Por meio desse relato se estabeleceu a “racionalização” de uma imagem dos militares onde esses não mais atuavam dentro daquilo de suas atribuições. Ao invés de

⁶⁹ “Golpe na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de março de 1962. p.6.

⁷⁰ Carlos Heitor Cony, conhecido jornalista do Rio de Janeiro, nesses dias era um dos responsáveis pela sessão de assuntos internacionais do **Correio da Manhã**. O ainda jovem jornalista foi enviado a Buenos Aires nos dias seguintes a anulação das eleições, retornando pouco antes da deposição de Frondizi. Além das matérias escritas como enviado especial, foi autor ainda de um editorial publicado alguns dias após o acontecimento, que se intitulou “opção argentina”. Cf.: KUSHMIR, Beatriz. In: ABREU, Alzira. Op. Cit. p. 1587.

⁷¹ “Movimento militar para depor Frondizi”. **Correio da Manhã**, 23 de março de 1962. p.1.

⁷² “Primeiros nomes do novo Gabinete na Argentina”. **Correio da Manhã**, 25 de março de 1962. p.1.

lutar nos campos de batalha, agora logravam medalhas em manobras políticas e “conspirações palacianas”. A deposição de Frondizi seria mais uma dessas “guerras”. O discurso do jornal apontou a intenção de conceder uma faceta constitucional ao golpe através da pressão pela renúncia de Frondizi. A resistência do presidente argentino obrigou os golpistas a conduzirem a deposição nos moldes clássicos, acarretando a vitória moral de Frondizi, mas inserindo novamente o país a época dos “pronunciamentos”:

Embora os chefes militares esperassem, ainda, encontrar a fórmula do golpe de Estado legal, que lhes permitiria dar à sua ação uma aparência constitucional, já estavam decididos a depor o presidente. Como no fim da manhã o presidente continuava se negando a renunciar, os militares tentaram o supremo esforço de intimidação mediante o ultimato que não surtiu efeito, entretanto.

Não surtindo efeito o ultimato, foi consumado o golpe:

As Fôrças Armadas argentinas completaram esta noite o golpe de Estado desfechado durante a manhã, com a ocupação de todos os serviços públicos do país. Os observadores políticos concluíram que a luta foi vencida pelo presidente Frondizi que moralmente levou a melhor sobre o dispositivo montado para obrigá-lo a apresentar a renúncia. Frondizi forçou os militares ao clássico golpe de Estado, que coloca, novamente, a Argentina, na época dos “pronunciamentos”. O comunicado dado ao público esta noite pelos três chefes do Exército, entretanto, declara que toda a responsabilidade pela atual situação recai sobre o presidente.⁷³

Segundo o discurso do jornal, o papel dos militares na derrocada da legalidade argentina foi crucial, sendo as suas atuações decisivas nos eventos que marcaram a crise de março de 1962. Como destaca peça editorial no **Correio da Manhã**, “*sob o pretexto de defender a Constituição e a democracia, as Fôrças Armadas da Argentina acabam de rasgar a Constituição: anulando eleições, depondo e prendendo o presidente da república. É um fato consumado.*”⁷⁴ Portanto, se constituiu uma ampla “racionalização” das imagens da atuação militar, onde foram atribuídas características como a “belicosidade” e “arbitrariedade”.

Esses elementos visaram, assim como no exemplo do jornal anterior, a “expurgar” a ação política das forças armadas. Um dos caminhos para a constituição dessa estratégia foi a associação dos militares com uma série de imagens, como, por

⁷³ “A intransigência do pre. Frondizi deixou os militares sem alternativa”. **Correio da Manhã**, 29 de março de 1962. P. 1.

⁷⁴ “Golpe na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de março de 1962. p.6.

exemplo, os “generais das Caraíbas”; “exageradamente condecorados”, condutores de políticas “arbitrárias” e não dispostos a abdicarem de seus privilégios. Através dessas significações, elaborou-se não somente uma leitura da conjuntura argentina, mas de toda a América Latina.⁷⁵ Militares desse perfil seriam um empecilho para a consolidação das democracias em todo continente. Com isso, elaborou-se uma ideologia fundada na crítica às intervenções na ordem democrática.

As “quarteladas” e os “pronunciamentos” teriam se tornado quase instituições no continente e o caso argentino era um motivador para a repetição desse fenômeno em outros países. Esse receio ganhou respaldo quando, poucos dias depois da deposição de Frondizi, ocorreu uma crise militar semelhante no Equador. Assim, conclamou-se a necessidade de uma reação a essa ameaça, através da constituição da imagem de um “inimigo comum”:

Instituto dêesses não existe em outros continentes, menos sujeitos às quarteladas e *pronunciamentos*. Pode-se mesmo duvidar das bases teóricas dos dispositivos. Mas existe. Já é Direito consuetudinário nas Américas. E ainda é capaz de prestar serviço em casos tão desesperados como o da Argentina. Pois ontem mesmo chegou a notícia de que no Equador um general fêz a primeira tentativa de imitar o exemplo dos seus camaradas argentinos. A epidemia é capaz de alastrar-se rapidamente pelo Continente inteiro, sacudindo-o profundamente. É preciso agir.⁷⁶

A “ameaça em comum” foi tratada como sendo uma verdadeira “epidemia” que assolava o continente. O discurso do jornal não se restringiu a alertar, mas a conclamar os indivíduos a reagirem a esse perigo. Talvez essa “racionalização” não tenha se restrito à crítica aos militares, mas apontou no sentido de que nenhum ator social devia exercer atuações fora de suas atribuições constitucionais. No momento em que os militares optaram, portanto, por intervir em temas que não eram de sua “jurisdição”, passaram a representar uma iminente ameaça à ordem constitucional. A formulação dessa ameaça foi um elemento da “naturalização” da democracia, tanto pela idéia de que cada um deveria cumprir com suas devidas atribuições constitucionais, quanto pela necessidade de haver uma unidade do coletivo em sua defesa.

⁷⁵ A questão da inserção da crise argentina em um amplo contexto latino americano será objeto de análise mais detalhada no capítulo três.

⁷⁶ “Ditadura ou reconhecimento”. **Correio da Manhã**, 1º de abril de 1962. p. 6.

O **Jornal do Brasil** diagnosticou, já nos momentos que antecederam a crise, a possibilidade de uma intervenção das forças armadas. Conforme o jornal, o antagonismo ao peronismo era um dos eixos da posição política dos militares e o êxito eleitoral do movimento poderia desencadear uma reação violenta. Essa idéia ganhou destaque na “visibilidade” conferida a uma declaração do ex-ministro da economia: *Não poucos observadores se perguntam o que acontecerá se o peronismo vence. Uma das respostas mais ilustrativas foi dada pelo Ministro da Economia, Alvaro Alsogaray: “Se o peronismo vencer, na Província de Buenos Aires, teríamos de imediato um golpe militar.”*⁷⁷ Após a anulação das eleições o discurso do jornal continuou vislumbrando a crise como mais um episódio da luta entre os peronistas e as forças armadas:

Sete anos depois da queda do General Perón, na Argentina, os peronistas conseguiram, na primeira eleição em que tiveram o direito de apresentar candidatos, uma vitória esmagadora. Com a reação imediata de uma poderosa minoria militar e a capitulação do Presidente Frondizi, a crise nacional argentina chegou àquele ponto em que não há mais retôrno possível. Mais uma vez, os mesmos adversários se defrontam, mantendo posições irredutíveis. De um lado, está a massa de trabalhadores urbanos, agrupada nos 62 sindicatos que formam o poderoso núcleo da Confederação Geral do Trabalho. Do outro, está a cúpula das Fôrças Armadas, apoiada por pequenos, mas influentes grupos conservadores.⁷⁸

O resultado desse conflito poderia ser perigoso. Perante o atual rumo que a situação vinha tomando, o **JB** apontou que a Argentina estava a caminho, ou de uma ditadura militar, ou do retorno dos peronistas ao poder. A democracia no país platino estava em xeque e a omissão dos Estados Unidos teria contribuído para chegar-se nesse ponto. Ao não exercer seu papel de liderança hemisférica, Washington permitia a brecha para a ascensão de regimes “antidemocráticos” na América.

Abrem-se para a Argentina as perspectivas de ditadura militar, ostensiva ou disfarçada, e de revolução popular, demagógica ou de esquerda. E, quanto mais viáveis se tornam essas duas hipóteses, mais riscos corre o plano norte-americano da Aliança para o Progresso. O Presidente Kennedy, dos Estados Unidos, quando ouviu em silêncio o apêlo que o Presidente Frondizi lhe dirigiu no discurso de Paraná, contribuiu – por omissão – para enfraquecer o Governo democrático.⁷⁹

Essa crítica ganhou maiores elaborações após a deposição de Frondizi. A ameaça de expansão de uma onda “totalitária” no continente foi atribuída à ambigüidade

⁷⁷ “Votam Argentina e Colômbia”. **Jornal do Brasil**, 17 de março de 1962. p. 7.

⁷⁸ “A lição argentina”. **Jornal do Brasil**, 21 de março de 1962. p.6.

⁷⁹ “Argentina em perigo”. **Jornal do Brasil**, 20 de março de 1962. p.6.

da política estadunidense. Ao mesmo tempo atuavam no país forças progressistas, ligadas ao governo Kennedy e uma oposição “reacionária”, estimuladora de uma reação “conservadora” na América Latina contra as conquistas e lutas da “Aliança para o Progresso”.

O resultado mais evidente dessa política de contradições nós o tivemos, agora, na Argentina. Os *gorilas* que pressionaram Frondizi para que rompesse com Cuba, contaram com o apoio dos setores mais nervosos da administração norte-americana e com a omissão da Casa Branca. A velocidade adquirida levou os militares a reagirem, de maneira idêntica, diante da votação maciça que os peronistas receberam.⁸⁰

Esses setores “reacionários”, descritos como sendo motivados pelos grupos mais “conservadores” dos Estados Unidos, seriam os mesmo que lideraram a derrocada do regime Perón. Logo, diferentemente dos jornais analisados anteriormente, o golpe de 1955 não representou um “ato democrático” na ótica apresentada pelo **JB**, mas sim o início da tutela das forças armadas sobre o governo, que impedia a implementação das medidas necessária para a consolidação da democracia na Argentina. Em editorial, o discurso do jornal fez a seguinte descrição da conjuntura política no país vizinho:

Os chefes militares que fizeram a chamada Revolução Libertadora não permitiram que a democracia – com tôdas as suas vantagens e os seus problemas – fôsse implantada na Argentina. O hábito da tutela, do *pronunciamiento*, indiretamente apoiado por uma grande imprensa que não soube manter-se à altura das exigências do país, criou obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento econômico, à formulação e à execução de uma política externa independente, às tentativas de incorporação dos peronistas à vida política nacional, à redução das despesas supérfluas e suntuárias, ao florescimento de um sindicalismo livre – a todo, enfim, que representa progresso, que significava saída.

Por fim, os resultados da hegemonia militar na Argentina pós Perón não eram satisfatórios:

Hoje, os chefes militares têm o Poder nas mãos. E estão num beco sem saída. quem lucrou com isso? Sòmente Perón. quem perdeu? A democracia, a Argentina, a América inteira. Em suma: devemos aprender a lição que a Argentina nos dá e esperar que os militares argentinos aprendam a lição que o Brasil, em setembro do ano passado, lhes deu.⁸¹

Contudo, foi destacado pelo periódico analisado que a exigência militar pela renúncia de Frondizi significava ter a crise adquirido proporções extremas. A ameaça de

⁸⁰ “Equador e Argentina”. **Jornal do Brasil**, 3 de abril de 1962. p.2.

⁸¹ “A lição argentina”. **Jornal do Brasil**, 21 de março de 1962. p.6.

ascensão de uma nova ditadura no país vizinho era iminente. Tanto a marinha quanto o exército, estavam tramando a queda de Frondizi e pressionavam pela sua renúncia voluntária. O jornal descreveu que os golpistas argumentavam que esse seria o dever patriótico do presidente, uma vez que com seu afastamento os fatores da crise seriam contornados. No entanto, segundo a leitura proposta da situação, tudo não passava de uma manobra para atribuir legalidade ao ato “autoritário” dos militares:

A Marinha, que instalou baterias antiaéreas nos principais distritos navais, insiste na exigência de que “o maior dever patriótico” de Frondizi é a renúncia, enquanto o Exército anunciou que só faria um pronunciamento à meia-noite de ontem. Os chefes da Fôrça Aérea reuniram-se com o Embaixador dos Estados Unidos, Robert Maclintock, porém não fizeram nenhum pronunciamento. Círculos oficiais desmentiram que o I Regimento de Cavalaria, sediado a 330 quilômetros da Capital, esteja em preparativos para marchar sôbre Buenos Aires.⁸²

A intervenção militar, segundo o **Jornal do Brasil**, vinha na contramão da história. A tomada do poder pelas forças armadas na Argentina foi um retrocesso, estimulando o conflito entre as classes sociais e abrindo caminho para a entrada de grupos “subversivos” na América Latina. A ameaça representada pela penetração da doutrina comunista se daria apenas pelo exercício dos valores democráticos. Porém, os setores “reacionários”, presentes em todo o hemisfério, por meio da promoção de ações “arbitrárias”, lograram o enfraquecimento das instituições livres:

Estamos diante de um conluio contra a liberdade nas Américas, pois paralisou e enfraqueceu uma das nações-chave do Continente, no momento exato em que mais se tornam necessários os exemplos de confiança na democracia e na sua capacidade de integração e absorção de todos os setores sociais. Em suma: se os chefes militares argentinos quisessem prestar um grande serviço ao comunismo internacional não poderiam, a esta altura dos acontecimentos, ter feito coisa melhor. Conseguiram abrir novas perspectivas para a luta de classes na Argentina, desmoralizaram os poderes constituídos, impeliram os peronistas para a extrema esquerda, renegaram o conceito de democracia representativa.⁸³

A mobilização dessas significações atuou no sentido de propor uma “racionalização” da existência de um conluio “conservador” no continente. Essa foi uma reação de setores reacionários, ligados a estruturas tradicionais, contra o “progresso” e o “desenvolvimento” dos países latino-americanos.⁸⁴ Atribuiu-se negatividade ao papel

⁸² “Novo Govêrno argentino toma pose sob ameaça”. **Jornal do Brasil**, 27 de março de 1962. p.1.

⁸³ “A hora final”. **Jornal do Brasil**, 28 de março de 1962. p.6.

⁸⁴ Essa “racionalização” será analisada por nós mais efetivamente no capítulo 3.

exercido pelos militares por estarem em sintonia com os interesses “reacionários”. O golpe argentino teria sido um exemplo negativo, uma vez que os militares depuseram um autêntico democrata e promotor do desenvolvimento nacional, Frondizi ⁸⁵, em prol dos interesses de uma “poderosa minoria”.

Os setores militares responsabilizados pelo golpe – denominados de “gorilas” – teriam demonstrado sua inaptidão política. O discurso do jornal destacou as consequências negativas de sua “arbitrariedade”, baseadas em pensamentos pseudo-intelectuais (talvez uma referência a algo semelhante a Escola Superior de Guerra no Brasil). No momento em que se diziam ser os “tutores da democracia”, ratificavam o cunho “autoritário” de sua conduta, uma vez que, conforme o jornal, um regime constitucional não possuiria tutores:

Como se tudo isso não bastasse, deram uma demonstração pública de incompetência e falta de compreensão dos interesses nacionais permanentes na Argentina – que não são os das fantásticas elucubrações geopolíticas de alguns professôres ociosos e militares reformados, mas os de uma realidade americana que ninguém pode fugir. Agindo como macacos – talvez fôsse melhor dizer *gorilas* – em loja de louças, causaram um grande dano a todo o Continente. Não é à toa que se julgam tutores da democracia argentina. Se há regime que abomina os tutores, que os rejeita e – inevitavelmente – os expele, êsse regime é a democracia. Aquêles que desejam tutelá-la é porque ou não a entendem ou, simplesmente, porque querem, com hipocrisia, violá-la. ⁸⁶

Por fim, destaca-se que a imagem dos militares atuou como um elemento na formulação de uma ampla “racionalização” que operou de maneira semelhante aos demais jornais analisados. A “negatividade” atribuída à instituição militar visou a constituição de um “inimigo comum”. Essa ameaça não se restringia à Argentina, mas englobava todo o continente, encontrava respaldo em Washington e, juntamente com as elites conservadoras, formavam um “conluio reacionário” que se opunha ao desenvolvimento sócio-econômico dos países da região. Essas significações operaram como uma ideologia no sentido de defender um modelo específico de modernização nacional, através da “criação” de inimigos, a fim de conclamar a união dos indivíduos.

O exemplo equatoriano acabou atuando como um complemento do argentino. A crise militar ocorrida naquele país, poucos dias depois do golpe argentino, teria sido um reflexo das ações do conluio conservador na Argentina. O governo de Carlos Julio Arosemena foi descrito, pelo discurso do jornal, como “comprometido” a buscar

⁸⁵ A imagem pública de Frondizi será objeto de análise no capítulo 4.

⁸⁶ “A hora final”. **Jornal do Brasil**, 28 de março de 1962. p.6.

solução para os problemas do Equador, dentre eles as dificuldades econômicas. Assim como o país platino e o Brasil, optou pela abstenção do seu voto na resolução sobre a expulsão de Cuba da OEA, desagradando os setores conservadores.

Por mais confusa que pareça, a situação no Equador se torna compreensível, quando, para analisá-la, partimos do que ocorreu na Conferência de Chanceleres, em Punta del Este. A crise equatoriana é, de certa maneira, uma continuação de Punta del Este e um prolongamento da crise argentina que se seguiu a essa Conferência e que serviria, também, de rastilho para o movimento que acabou depondo o Presidente Frondizi e colocando a Argentina na dramática situação que agora se encontra. O Equador foi um dos Seis – e esta é a melhor das explicações. A campanha de direita, apoiada por certos setores militares, pelos velhos interesses latifundiários e por grupos econômicos e políticos norte-americanos que se opõe a formação da Aliança para o Progresso.⁸⁷

2.5. Uma breve comparação entre os posicionamentos dos jornais analisados

Houve divergências na maneira como cada um dos jornais analisados interpretou a crise argentina. Porém, o ponto de partida da formulação de uma visão dos acontecimentos no país vizinho foi semelhante: o regime democrático havia sofrido severos golpes; o primeiro com a anulação das eleições e, dez dias depois, com a deposição do seu presidente. No entanto, se as interpretações do que estava ocorrendo eram próximas, a maneira como foi vista atuação dos agentes políticos argentinos naquele contexto e as devidas responsabilidades de cada um pela gestação da crise, foram interpretadas de forma distinta por esses jornais.

As distinções e convergências entre algumas posições são importantes referenciais para a compreensão das possíveis mobilizações ideológicas dos discursos analisados. É possível verificar que, em momento algum, houve uma postura semelhante entre o **Correio da Manhã** e o **Jornal do Brasil**. Por sua vez, **O Globo**, ora se aproximou da posição de um, ora do outro. Isso indica, em uma possível leitura, a proximidade do **Correio da Manhã** com um determinado posicionamento, no caso o discurso “liberal”, em oposição ao discurso próximo ao “desenvolvimentismo” apresentado pelo **JB**. Por sua vez, **O Globo** demonstrou uma prática discursiva “híbrida”, onde, ao mesmo tempo, idéias “liberais” e “progressistas” foram elementos na constituição da sua prática discursiva. A questão da proximidade do discurso dos jornais com uma “matriz doutrinária” vai ser um dos eixos do próximo capítulo, por

⁸⁷ “Equador e Argentina”. **Jornal do Brasil**, 3 de abril de 1962. p.2.

enquanto limitamo-nos a sugerir algumas proximidades e, através da tabela a seguir, uma comparação entre os elementos das práticas discursivas dos agentes históricos analisados em torno da deposição de Frondizi.

Tabela 1: Posicionamento dos jornais sobre a crise argentina:

Temas	Correio da Manhã	O Globo	Jornal do Brasil
La Libertadora - 1955	POSITIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Anulação das eleições de 03/62	NEGATIVO	NEGATIVO	MUITO NEGATIVO
Queda de Frondizi	NEGATIVO	MUITO NEGATIVO	MUITO NEGATIVO
Atuação das forças armadas	NEGATIVO	MUITO NEGATIVO	MUITO NEGATIVO
Posse de Guido	MUITO NEGATIVO	MUITO NEGATIVO	NEGATIVO
Reconhecimento do novo governo argentino	MUITO NEGATIVO	MUITO NEGATIVO	AMBÍGUO
Postura venezuelana	MUITO POSITIVO*	POSITIVO	NEGATIVO

* Dado esse presente no próximo capítulo

Na leitura proposta por **O Globo** sobre os eventos argentinos foi constituída uma imagem do sistema democrático a partir dos desafios para a sua consolidação. Os militares tinham dado um importante passo no objetivo “resgatar” os seus princípios após os anos de “ditadura” peronista. Com isso, percebe-se a operação de uma possível ideologia através da “naturalização” da democracia. No entanto, mesmo derrotado o inimigo peronista, a consolidação desses princípios estariam ameaçados. Os mesmo militares que derrubaram os “usurpadores” do governo, agora se constituíam em ameaça por suas ações arbitrárias.

O discurso do jornal ressaltou que a “cruzada” posta pelas forças armadas contra o peronismo os desviaram do “bom caminho”. Mesmo que essa atuação estivesse justificada por sua iniciativa de conter uma iminente nova ascensão peronista, o

intervencionismo se tornou um obstáculo para o “funcionamento natural” da democracia na Argentina. Infere-se que a defesa dos ideais democráticos, que eram representadas pela legalidade do sistema político, teria sido uma causa digna de luta. Portanto, a derrubada do regime constitucional no país vizinho foi um elemento de uma ideologia que conclamou os indivíduos, na sociedade brasileira, a defesa desse “ideal”, sobretudo frente à ameaça que os militares poderiam representar quando desviados de suas atribuições constitucionais.

Já o **Correio da Manhã** percorreu caminho distinto na mobilização de uma interpretação do sentido de democracia. Da mesma maneira que no exemplo anterior, constituiu-se uma imagem da democracia representativa como um modelo político ideal e essa “naturalização” deu-se através da identificação das falhas do regime político argentino. O discurso do jornal evidenciou a ilegalidade da “solução militar”; as regras do jogo tinham de ser seguidas fossem quais fossem os vencedores e não era papel das forças armadas intervir. Ainda em comparação com o exemplo anterior, embora o resultado da equação tenha sido o mesmo, o caminho percorrido foi outro. A ação abusiva e “antidemocrática” dos militares não era a causa, mas a consequência de uma situação paradoxal – como um povo, que alguns anos antes havia conquistado a “liberdade”, poderia agora sufragar em eleições livres os usurpadores derrotados?

Portanto, a ideologia, em uma possível leitura, operou através da constituição da imagem de despreparo do povo argentino para exercer a cidadania. Assim, essa “significação” atuou como um elemento de uma “racionalização” onde a tal falta de preparo dos votantes foi posta como um empecilho para a consolidação da democracia na Argentina. Ao mesmo tempo, a “solução militar” argentina foi vista de maneira negativa e elaboraram-se imagens calamitosas da intervenção das forças armadas na política.

Por sua vez, o **Jornal do Brasil** sustentou que os acontecimentos em torno da crise foram um demonstrativo de que as instituições democráticas daquele país já estavam corrompidas antes mesmo das eleições do mês de março. A simples vigência formal dos mecanismos que a compunham não seria um indicativo do seu funcionamento. A elite argentina, portanto, país paradigma da “Aliança para o Progresso”, não teve a mesma perspicácia que houve no Brasil para lidar com as tensões que envolviam o seu regime político, o que comprometeu o seu funcionamento, causando o colapso que culminou na derrocada do governo Frondizi.

Porém, ao mesmo tempo em que a trágica “solução militar” foi uma opção errônea, não cabia aos demais países do sistema americano intervir no caso platino; a democracia era um sistema que englobava não somente a realidade interna, mas as relações externas entre os Estados. Assim, como a ascensão de Guido teria sido um erro, da mesma maneira seria equivocado o não reconhecimento do novo governo, por tal atitude consistir-se em uma forma de interferência nos assuntos internos argentinos. Essas significações consistiram-se em uma ideologia devido à atuação dessas estratégias discursivas defenderem as diretrizes do sistema político brasileiro – tanto a “solução parlamentarista”, que culminou na sua emergência, quanto a sua “Política Externa Independente”.

CAPÍTULO 3

AS CAUSAS DA DEPOSIÇÃO DE FRONDIZI

O presente capítulo se destina a analisar outra estratégia utilizada pelos jornais cariocas no objetivo de formular uma leitura dos eventos argentinos e a possível constituição de uma ideologia. Em associação com as próprias formulações do conceito de democracia, vistas no capítulo anterior, surgiu uma série de interpretações com relação aos fatores que teriam gerado a crise no país platino. Essa foi uma pergunta recorrente nas práticas discursivas dos agentes históricos analisados e a formulação de uma explicação para a ocorrência desses eventos variou consideravelmente de um jornal para outro.

Foram tantas as distinções entre as interpretações dos jornais sobre as causas daquele cenário no país platino que não foi possível construir um modelo analítico semelhante ao aplicado no capítulo anterior. Não foi possível estabelecer eixos comuns entre essas práticas discursivas, o que nos fez optar por um modelo de análise que desse conta de cada caso isoladamente. Conduzir uma leitura de práticas distintas é uma árdua tarefa e nem sempre é possível estabelecer paralelos entre as estratégias discursivas adotadas. O único ponto em comum foi a “indagação” das causas daquela conjuntura; os caminhos percorridos na elaboração dos porquês foram completamente antagônicos.

As interpretações desses eventos não atuaram apenas como simples descrições de um contexto isolado em um país vizinho, pelo contrário. Ao estabelecer as causas que teriam levado ao colapso da democracia argentina, os discursos dos jornais formularam uma leitura ampla do contexto latino-americano e associaram aquele cenário à própria conjuntura brasileira. Assim, foram apontadas por esses discursos quais teriam sido as características que compunham a política na América Latina e, por consequência, os perigos que assombravam a conjuntura nacional brasileira.

A fim de procurar entender as motivações dos interesses dessas formulações e os pontos de convergência com o cenário nacional brasileiro, iremos estabelecer algumas breves ponderações sobre os antagonismos entre distintos projetos de desenvolvimento no Brasil. Partindo da idéia de que essas interpretações atuaram como ideologia na política brasileira, torna-se imprescindível verificar o contexto sócio-

histórico estruturado onde esses discursos se inseriram e qual era a correlação de forças que compunham os embates onde esses agentes históricos estavam inseridos.

3.1. Os antagonismos no Brasil ao longo da segunda república

Essa seção visa caracterizar as tendências antagônicas que compunham a trama política brasileira na virada da década de 1950 para a de 1960. A primeira pergunta que nos fazemos é porque cedermos um espaço a esse tema e qual sua relevância para a constituição de uma análise da prática discursiva desses agentes históricos? Primeiramente é preciso levar em consideração que esse estudo tem como um elemento fundamental de sua proposta a situação dos possíveis discursos ideológicos desses jornais no contexto brasileiro. Para isso, torna-se fundamental que busquemos uma maior compreensão de quais eram os embates políticos que nortearam essa trama política e as fundamentações doutrinárias que regeram a atuação desses atores e mesmo aquelas práticas que antagonizavam com esses jornais.

Também se torna necessária essa breve ponderação em virtude de evitarmos generalizações e reducionismos. O contexto da segunda república brasileira é muitas vezes descrito como o embate entre “entreguistas” e “nacionalistas”. No entanto, o que esteve por trás dessas nomenclaturas, elaboradas pelos atores daquela trama, muitas vezes com o pretexto de invalidar o discurso do adversário, foi bem mais complexo do que muitas vezes aparentou ser. Houve a oposição entre diversas tendências do pensamento político-econômico, que embora convergissem em algumas questões embasavam pólos antagônicos da política brasileira.

Nosso objetivo aqui passa ser caracterizar essas tendências, mas sempre alertando que não pretendemos simplesmente classificar as práticas discursivas analisadas e muito menos associar de forma direta as práticas discursivas desses agentes históricos a essas matrizes doutrinárias, mesmo que em alguns casos essas ligações estejam óbvias. Ao pontuarmos esse tema nossa preocupação é caracterizar os embates que nortearam a política do período, tarefa que passa a ser imprescindível, sobretudo, pelo fato de o “campo jornalístico”, como já foi pontuado, muitas vezes necessitar do respaldo de outras esferas sociais para legitimar suas práticas.¹

¹ Cf.: BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão**: a influência do jornalismo e dos jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

3.1.2. A gênese da oposição oligárquica

Talvez a principal característica da cena política brasileira nos anos 50 tenha sido a emergência de uma nova corrente do pensamento político-econômico a esfera estatal. Ricardo Bielschowsky descreve o desenvolvimentismo brasileiro como sendo a “ideologia” de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe de pontos fundamentais, tais como: a industrialização como alternativa para a superação do subdesenvolvimento; a necessidade da intervenção do Estado no objetivo de lograr o desenvolvimento industrial; o planejamento econômico.² Mesmo que o autor tenha enfatizado o pensamento econômico ao propor essa definição, iremos tratar o desenvolvimentismo nesse estudo também como uma tendência política, uma vez que acreditamos que a influência dessas concepções foi fundamental para a formulação de diretrizes por diversos grupos que compunham a trama política brasileira do período.

O principal centro de formulação e divulgação do ideário desenvolvimentista foi a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo ligado a Organização das Nações Unidas (ONU) e que objetivou auxiliar os países latinos no desenvolvimento de estratégias e programas que visassem o progresso da região.³ No entanto, não podemos cair no equívoco de que essa corrente do pensamento latino-americano teve nos cepalinos seus fundadores. Como nos indica Pedro Cesar Dutra Fonseca, a CEPAL foi responsável pela sistematização de toda uma tradição do pensamento latino-americano que vinha desde a virada do século XIX para o XX, baseado na crítica à hegemonia dos setores oligárquicos e os fundamentos da teoria neoclássica.⁴ Essa crítica aos pressupostos liberais esteve presente em toda a América Latina e foi influenciada pela conjuntura do período, marcada pela ocorrência das duas grandes guerras e pela crise internacional do capitalismo nos anos 30.⁵

² BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. p.7.

³ Cf.: HAFFNER, Jacqueline. **Cepal: uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

⁴ Cf.: FONSECA, Pedro Cesar Dutra. As origens teóricas do pensamento da Cepal. In: POLETO, Dorivaldo Walmor. **50 anos do manifesto da Cepal**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

⁵ Cf.: HOBBSBAWN, Eric. **A.era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Não nos deteremos em averiguar quais foram as principais influências do pensamento cepalino e desenvolvimentista dos anos 50. O que nos cabe nessas breves reflexões é caracterizar esses grandes pólos do pensamento econômico e político brasileiro no objetivo de pontuar quais as principais idéias que influenciaram os agentes históricos que compunham a trama política brasileira.

3.1.2 As vertentes do desenvolvimentismo e a oposição ao liberalismo no Brasil

Em linhas gerais, o desenvolvimentismo foi, como exposto anteriormente, um projeto que visou superar o subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal.⁶ A sua prática política teve no neoliberalismo seu principal contrataste. Entende-se como neoliberais aqueles setores que defendiam que o caminho para desenvolver o país estava na livre movimentação das forças do mercado. Esse grupo não necessariamente era contrário à industrialização, mas entendia que as intervenções do Estado no desenvolvimento eram prejudiciais, uma vez que “desestruturavam” o equilíbrio do mercado. Muitos dos seus segmentos defendiam a idéia da vocação agrária do Brasil e considerava a industrialização planejada e induzida uma anomalia.⁷

Por sua vez, o desenvolvimentismo não pode ser entendido como uma corrente homogênea. Mesmo havendo pontos comuns, havia divergências entre as maneiras de se pensar o caminho por onde se lograria a industrialização. A grande divergência entre as correntes do desenvolvimentismo foi sobre a maneira como se daria a participação do capital estrangeiro nesse processo. Em linhas gerais, podemos distinguir duas interpretações com relação a essa questão por parte dos pensadores ligados a essa corrente.⁸ Por um lado, havia aqueles que advogavam em prol de que o Estado deveria ser o responsável pelas inversões necessárias para o desenvolvimento nacional. Portanto, caberia ao poder público conduzir os investimentos em setores estratégicos como, por exemplo, energia, transporte, mineração, telecomunicação, etc. Por outro,

⁶ BIELSCHOWSKY. Op. Cit. p. 33.

⁷ Cf. Idem. Cap. 4.

⁸ De certa maneira estamos simplificando a proposta de Bielschowsky sobre as tendências do desenvolvimentismo. Esse autor distingue três tendências do pensamento desenvolvimentista: uma ligada ao setor empresarial e outras duas ao setor público - uma “nacionalista” e outra “não-nacionalista”. No entanto, nos cabe aqui apenas distinguir de forma mais geral, mesmo que corramos o risco de generalizar, a maneira como esses interpretavam a relação entre o desenvolvimento nacional e o capital estrangeiro. Cf.: (BIELSCHOWSKY, Op. cit. cap. 5).

havia uma corrente do desenvolvimentismo que partia do pressuposto onde para se consolidar a industrialização era necessária a participação do capital estrangeiro. Devida a frágil estrutura do capitalismo nacional, a consolidação do processo de industrialização dependia das inversões oriundas de fora.⁹

Vale ressaltar novamente que o nosso objetivo não é associar a prática discursiva dos jornais analisados a nenhuma dessas correntes político-econômicas. Essas ponderações têm por objetivo apenas situar qual era o debate que envolvia o período, principalmente no que se refere às alternativas existentes para se lograr o desenvolvimento nacional. É imprescindível ter em mente quando procuramos situar os discursos desses agentes históricos as diretrizes que guiavam o debate público. Juntamente com a contextualização da solução parlamentarista feita no capítulo anterior, acreditamos que arregimentamos recursos para pontuar as maneiras como a repercussão da deposição de Arturo Frondizi pode ter atuado como uma ideologia no contexto sócio-histórico estruturado brasileiro. Mesmo que não tenhamos esgotado essas discussões – e nem é esse o objetivo desse estudo – é possível visualizar os elementos que compuseram aquela trama e as possíveis inserções desses agentes históricos nos embates que envolveram o período.

3.2. O Globo: a unidade dos setores democráticos

As imagens sobre o peronismo na imprensa brasileira, pelo menos desde o início dos anos 50, foram negativas. Algumas vezes, a própria ação desse movimento político e de seu prócer, Juan Perón, foi explicitada como promotora das mazelas daquele país.¹⁰ A imprensa do Rio de Janeiro também fez uso desse recurso para propor uma “racionalização” dos eventos de março de 1962. Dentre os periódicos analisados nesse estudo, **O Globo** foi o que mais se preocupou com as influências históricas desse movimento político na gênese da crise que culminou na deposição de Frondizi.

No entanto, quando o discurso do jornal se indagou sobre “quais teriam sido as causas da crise argentina”, não se resumiu a explicar suas origens apenas pela influência dos peronistas. Esse agente histórico elaborou uma estratégia discursiva que procurou interpretar aquela conjuntura por caminhos além das influências desse movimento

⁹ Idem.

¹⁰ As imagens em torno do peronismo será objeto de análise no capítulo IV.

político na sociedade argentina. Para tanto, formulou-se uma “racionalização” que visou explicitar quais teriam sido os porquês daquela situação através de duas variáveis: uma “interna” e outra “externa”.

No que foi referente aos fatores “internos”, **O Globo** apontou para a falta de unidade entre os “setores democráticos” como a principal causa da emergência daquele cenário crítico na Argentina. Essa “racionalização” buscou se embasar na “autoridade” da maneira como repercutiu a anulação das eleições argentinas na imprensa estadunidense. Segundo a peça editorial de “New York Times”, comentada por esse jornal, a ameaça de ascensão de grupos “não democráticos” pela via eleitoral não era uma peculiaridade do país platino. Tanto na França, quanto na Itália, ocorriam exemplos semelhantes, onde os Partido Comunistas locais costumavam receber expressivo número de votos. No entanto, o que distinguia o caso desses dois países era a unidade de seus “setores democráticos”, ao contrário do que ocorria no país platino:

(...) a votação dos peronistas foi similar à alcançada pelos comunistas e socialistas da esquerda na Itália, até sua divisão este ano, e que na França e Itália ficou demonstrado que enquanto os partidos democráticos se mantiveram unidos, os elementos antidemocráticos foram dominados

Por fim, parafraseando o texto do jornal estadunidense, concluiu-se o seguinte:

“A Argentina poderia ter feito o mesmo. Porém, não há Nação no Hemisfério em que a política, no sentido pior da palavra, tenha sido manipulada mais escandalosamente do que na Argentina em favor das vantagens pessoais e de interesse errados”. Se não tivesse havido a divisão no Partido Radical os peronistas não teriam ganhado numa só província.¹¹

Essa interpretação foi apropriada por **O Globo** e utilizada como uma estratégia que objetivou conceder “autoridade” ao seu discurso. O que era uma leitura do contexto argentino feita por um veículo midiático estrangeiro passou a ser um elemento central de uma ideologia. Tal apropriação pode ser constatada em peça editorial publicada uma semana depois da citada reportagem do “New York Times”. Segundo o texto, a vitória dos grupos ligados à ameaça “totalitária” ocorreu frente à desarticulação dos “partidos democráticos” argentinos, o que acarretou a ampla divisão dos votos entre diversos partidos. A união que foi decisiva para a derrubada da ditadura em 1955 agora não mais

¹¹ “Divisão do Voto Democrático” **O Globo**, 23 de março de 1962. p.8.

existia. Assim, o discurso do jornal apontou o peronismo não como “causa”, mas como “o resultado”:

Foi a primeira vez, desde a queda do ditador, em 1955, que seus partidários puderam concorrer com chapas próprias e obtiveram cêrca de 35% dos votos depositados nas urnas, o que lhes valeu a conquista de alguns governos provinciais e a formação de uma nutrida bancada de deputados. O resto – incontestemente na maioria – dividiu-se entre os vários partidos democráticos, os quais, como freqüentemente, ocorre, souberam unir-se durante a ditadura, na luta comum em prol da democracia e do respeito ao direito e à justiça, mas não souberam manter-se unidos, depois, para concluir a tarefa iniciada.¹²

Ainda dentro do tema da desarticulação dos “setores democráticos”, Augusto Frederico Schmidt, em artigo escrito ao periódico carioca, especificou essa “racionalização”, apontando a divisão do radicalismo como o fator político que possibilitou a ampla vitória peronista. Segundo o articulista, as implicações da falta de unidade foi um severo baque na ordem democrática argentina, que estivera sendo reorganizada após a “ditadura” peronista e que agora se encontrava em perigo e, conseqüentemente, a Argentina se deparava frente à “trágica” possibilidade de retornar à ordem caótica do “totalitarismo”, como nos tempos de Perón:

Aceitar o veredicto de menos de metade do eleitorado argentino, porque os partidos ditos radicais se comportaram imprudentemente, divididos diante do perigo comum e levar muito longe a mística da vontade do povo manifestado nas urnas. Além do mais as fôrças armadas e os seus chefes estão jogando a própria sobrevivência. A volta do peronismo é o início de uma nova era de aviltamento de falta de liberdade, de execuções, de vingança de tãda espécie. Duvido muito que, diante da demonstração de que o peronismo se aproxima do poder novamente, não se esquecessem quaisquer outros homens das sacralidades democráticas que ensejam um retorno que é qualquer coisa de realmente insustentável.¹³

Essa formulação teve um possível intuito de alertar os “setores democráticos” brasileiros de quais seriam as conseqüências da falta de unidade. A ideologia teve uma possível operação através de uma estratégia denominada por John Thompson como “unificação”. Esse “modus operanti” consiste em *“relações (...) estabelecidas e sustentadas através da construção, do nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões*

¹² “A Argentina ameaçada”. **O Globo**, 28 de Março de 1962. p.1.

¹³ “Crise Argentina III”. **O Globo**, 29 de março de 1962. p.2

que possam separá-los".¹⁴ Portanto, a defesa da democracia era um referencial por onde se conclamou a unidade dos indivíduos dentro do contexto brasileiro. No momento em que o peronismo, assim como a "má conduta militar", foi descrito como uma ameaça a ser combatida. Essas interpretações acerca do peronismo podem ter sido constituídas no objetivo de indicar que no Brasil havia um movimento político análogo, que pretendia instaurar ordem semelhante, no caso, o trabalhismo de João Goulart, oposição essa que se tornou uma bandeira histórico do jornal, como vimos no capítulo um.

Essa não foi uma estratégia inédita dentro da esfera discursiva brasileira. Não nos deteremos em averiguar as maneiras como **O Globo** pode ter feito essa associação entre o peronismo e o trabalhismo e a constituição de uma ideologia. O que cabe destacar agora é que através dessas imagens que, possivelmente, pretenderam-se análogas ocorreu a atribuição de características a um modelo político-econômico específico, fundado em uma versão "radical" do nacionalismo, ou aquilo que, em uma possível leitura, foi denominado por Bielschowsky de "corrente nacionalista do desenvolvimentismo". No entanto, por meio da análise da questão da deposição de Frondizi, esse estudo procurará verificar que, ao mesmo tempo em que essa matriz doutrinária foi repudiada, o que era defendido pelo jornal analisado não eram os "pressupostos liberais", como veremos na análise do segundo eixo dessa estratégia discursiva.

Contudo, antes de tratar do que o jornal identificou como os "fatores externos" da crise argentina, é necessária uma reflexão ampla das leituras feitas por esse agente histórico sobre a realidade argentina. Novamente as relações estabelecidas por **O Globo** entre o justicialismo com a conjuntura do país vizinho foram o ponto de partida. Os elementos centrais dessa "racionalização" estão, por um lado, nos porquês do respaldo popular ao peronismo e, por outro, nas causas que impossibilitaram o governo Frondizi de lograr um desenvolvimento econômico e social que abrangesse todas as classes no país platino. Mesmo que essa discussão sobre o peronismo seja aprofundada no próximo capítulo, alguns pontos das interpretações feitas por esse jornal da atuação desse movimento político na trama argentina são necessárias.

Assim, o fato de o peronismo ter logrado êxito nas urnas consistiu em um ponto recorrente da produção discursiva de **O Globo**. Quais eram as causas que motivavam os segmentos populares da sociedade argentina a insistir em aderir aos

¹⁴ THOMPSON, John. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 86.

apelos de um movimento político que representava o antônimo dos valores democráticos? Uma provável elucidação que poderia ter sido oferecida seria o fato das imagens de Juan e Eva Perón e a retórica populista por esses aplicada ainda se encontrarem arraigadas na consciência popular. No entanto, a prática discursiva desse agente histórico em nenhum momento ofereceu leitura semelhante como motivadora do êxito eleitoral do peronismo, mas sim no fato de que durante o governo do ex-“ditador” os populares tinham acesso a melhores condições de vida:

O triunfo peronista não significa necessariamente que o povo argentino esteja oferecendo outra vez o poder a Juan Perón. Significa que sente saudades dos dias de esbanjamento em gastos públicos, poderio exagerado dos sindicatos e um nacionalismo incandescente, embora infrutífero.¹⁵

Assim, o peronismo mantinha seu prestígio diante dos segmentos populares em virtude da associação entre os tempos do governo Perón com a prosperidade. Em artigo para **O Globo**, Augusto Frederico Schmidt contribuiu para a formulação dessa “racionalização”. Em seu texto, além de se inferir uma descrição da existência de uma “nostalgia popular”, apontou que em grande parte o “apego” ao peronismo se deveu ao fato dos demais grupos políticos que detiveram o poder (leia-se uma antiga elite política e econômica) terem negligenciado as demandas populares. Por isso, de nada adiantavam as campanhas que visaram a alterar a opinião popular sobre o justicialismo:

As massas lembravam-se, não dos desmandos de Eva e Perón, mas da importância que tiveram na agitada e vergonhosa ditadura dos recursos de que dispunham, das vantagens que alcançaram depois de terem sido esquecidos e abandonados durante tantos anos pela “aristocracia”, pela alta burguesia, pelos homens dos governos de épocas tranqüilas do passado. A campanha de esclarecimento popular, empreendida depois da queda de Perón, não conseguiu mudar a opinião dos populares.¹⁶

No prosseguimento da explanação do articulista, foi exposto que, não obstante os frutos usufruídos fossem resultantes das políticas irresponsáveis dos tempos de Perón, as privações imposta após “La Libertadora” geraram uma forte desconfiança popular perante os governos que se sucederam. Schmidt descreveu em seu texto uma conversa que teria tido com um “garçon” argentino, onde esse defendia o peronismo se embasando no fato de que naqueles tempos “podia se comer quando se quisesse”:

¹⁵ “Fronidzi aceitou as exigências militares”. **O Globo**, 21 de março de 1962. p. 8.

¹⁶ “Crise Argentina III”. **O Globo**, 29 de março de 1962. p. 2.

Os problemas de ética são realmente irrelevantes diante de benefícios materiais palpáveis, muito embora êsses benefícios tivessem resultados catastróficos ao país. Perguntei a um “garçon” a razão de continuar o povo fiel a Perón. O homem não teve dúvida, bateu com as duas mãos na barriga e disse: “É que durante o peronismo se podia comer quando se quisesse”. Essa gente que reclamava alimentação barata e farta não queria e não podia pensar em idéias do Fundo Monetário Internacional, não admitia uma política *econômica baseada no sacrifício dos trabalhadores e no jejum.*¹⁷ [grifo do autor]

A explicação “externa”, portanto, encontrou seu eixo na formulação segundo a qual as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) impossibilitaram o governo Frondizi de proporcionar condições melhores para a população. A “dieta” do FMI, representada pelo “plano de austeridade” posto em prática pelo governo argentino, segundo o discurso do jornal, fundamentava-se em uma política de arrojo econômico que impunha sacrifícios, impedindo a aplicação de um modelo de desenvolvimento que possibilitasse ao conjunto da sociedade daquele país comungar do progresso. Ainda dentro desse tema, Schmidt passou a seguinte percepção sobre a atuação do organismo internacional na política latino-americana:

Agora mesmo – com trágicas conseqüências para o nosso continente – ficou bem provado o perigo de se aceitarem a doutrinação e os conselhos dêsses verdadeiros loucos que são os homens do Fundo Monetário Internacional, que desejam salvar os doentes anêmicos prolongando-lhes o jejum até ao desespero. O Presidente Frondizi, por exemplo, admitiu heroicamente em benefício de seu país um tratamento que, pretexto de sanear a moeda, *acabou foi assassinando a democracia na nossa fraterna Argentina.*¹⁸ [grifo nosso]

Portanto, a ideologia referenciada na explicação “externa” da crise argentina operou pela “racionalização” de que a vigência de uma democracia somente seria possível acompanhada por um desenvolvimento sócio-econômico da nação e que abrangesse todos os setores sociais. Essa idéia estava em sintonia com aquilo que foi sustentado tanto pela Operação Pan Americana (OPA), quanto pela Aliança para o Progresso. Portanto, segundo **O Globo**, enquanto o desenvolvimento não se refletisse sobre as camadas baixas da sociedade latino-americana, as portas para a emergência do “comunismo” e de seus similares estariam abertas. O fantasma do “totalitarismo”

¹⁷ “Crise Argentina III”. **O Globo**, 29 de março de 1962. p.2.

¹⁸ “Carta Aberta ao Presidente Goulart”. **O Globo**, 3 de abril de 1962. p. 2.

apenas deixaria de assombrar os povos “democráticos” da América no momento em que essa condição fosse realizada.

É inegável a influência pessoal de Schmidt na elaboração desse pensamento. Contudo, ao longo dessa análise vem se percebendo que essa questão apresentou maior complexidade. Seria um reducionismo atribuir apenas às concepções pessoais do articulista essas elaborações e não às próprias tendências do discurso do jornal. Portanto, defende-se aqui uma leitura onde houve a operação de uma ideologia que visou “legitimar” um modelo político-econômico fundamentado em dois eixos: a democracia e o desenvolvimento econômico. Assim, ocorreu a formulação de uma “naturalização” onde ambos, democracia e desenvolvimento econômico, complementavam-se; por um lado a democracia como sistema político ideal e, por outro, um modelo de desenvolvimento que abarcassem tanto os interesses dos grupos abastados, quanto das classes baixas. Portanto, sem democracia não haveria desenvolvimento e sem desenvolvimento não existia condições para a vigência de um regime democrático.

3.3. Correio da Manhã: uma “rapdósia sulamericana”

A identificação das causas da crise argentina no **Correio da Manhã** foi distinta de **O Globo**. O principal ponto de diferenciação entre as duas interpretações consistiu no fato de que, para o primeiro, o cenário no país vizinho era parte de uma ampla conjuntura que englobava todo o continente. A cena latino-americana foi descrita pelo **Correio** de maneira “pessimista” e era caracterizada por práticas políticas que vinham de encontro aos “princípios democráticos”. Portanto, nessa perspectiva, a deposição de Arturo Frondizi não passou apenas de mais um fenômeno relacionado com as próprias facetas da política na América Latina. Em um artigo assinado por Murillo Nunes de Andrade, com um texto em estilo literário, essa “racionalização” da conjuntura latino-americana foi elaborada:

Colcha de retalhos de Repúblicas só no nome, onde ocorrem revoluções todos os fins de tarde. Desatualização constante das listas oficiais dos ministérios das Relações Exteriores. Território onde se dão tiros para o ar acompanhados de gritos selvagens. Tequila. Enquanto intramuros palacianos paisanos avaselinados, encasacados e generais gordalhufos cheios de berloques, dragonas, espadas cintilando, e esporas tilintando, condecoram-se

uns aos outros em faixas e crachás de nomes retumbantes. Champagne. A Gran Orden Suprema de las Aguias. A Cruz dourada do Libertador...¹⁹

Essa “racionalização” não ficou apenas na “especulação simbólica” e foi ilustrada através da menção de nomes de chefes de Estados e líderes destacados dos países da região. Além da alusão a Perón e Frondizi, verifica-se também a citação do nome de outros “pseudolíderes”, entre eles o de Jânio Quadros. A partir dessas imagens, o discurso do jornal propôs a existência de uma aproximação entre as diversas conjunturas políticas dos países americanos, onde os “valores democráticos” estariam a perigo.

Assim, houve uma “racionalização” de uma conjuntura na América Latina, ou seja, o contexto político da região foi descrito através de uma relação de idéias, onde a sua conjuntura presente era preocupante pelo desvirtuamento da “ordem natural” (a democracia tratada no capítulo anterior). O discurso do jornal descreveu a América Latina como um continente conivente com golpes, renúncias e quarteladas, conjuntura protagonizada por generais semelhantes a Facundos e aos ditadores das “Caraíbas”. Portanto, constituiu-se a idéia do predomínio de governos instáveis e de um cenário sinistro, de desordem. O que estava ocorrendo na Argentina poderia acabar se consistindo em um motivador para que outros governantes de “fracas democracias” tomassem iniciativas semelhantes: *“As repercussões serão imensas. Várias repúblicas hispano-americanas encontram-se agora em perigo, graças ao espírito de mutações que poderia inspirar, por toda a parte, os ambiciosos tutores de democracias fracas”*.

²⁰ Assim, o cenário do continente recebeu a seguinte descrição:

Frondizi, Perón, Jânio, Trujillo, Manuéis, Jimenez, Ortigas, Quiroga, ou outros que tais. Líderes caídos. Pseudolíderes surgindo do fermento forte do analfabetismo e da doença. Títeres. Arremêdo de política social. Faixas enfunadas ao vento. Comícios. Crianças chorando de filme em primeiro plano.²¹

Essa definição “pessimista” da sociedade latino-americana, porém, veio acompanhada por uma leitura paralela, que associava os seus vícios à sua “juventude”. A América Latina estava em vias de um processo de “amadurecimento” político e os conflitos presentes eram decorrência da falta de “maturidade”, como, por exemplo, os

¹⁹ “Rapsódia Sul-americana (em ritmo de cha-cha-cha)”. **Correio da Manhã**, 2 de abril de 1962. p.6.

²⁰ “Golpe na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de março de 1962. p.6.

²¹ “Rapsódia Sul-americana (em ritmo de cha-cha-cha)”. **Correio da Manhã**, 2 de abril de 1962. p.6.

embates entre os peronistas e os “setores duros” das forças armadas argentina. Assim, constituiu-se uma possível ideologia onde, “naturalmente”, a América Latina, era um continente, assim como a Europa e os Estados Unidos, por essência “democrático”, “antitotalitário”, “livre”, porque essa seria a natureza das sociedades. No entanto, passava por um período de aprendizado ou na metáfora proposta por Nunes de Andrade, como um “potro selvagem, jovem e rebelde”:

Cuba SI! Ianque NO! Cuba NO! Ianque SI! Farândula de opiniões. Sarabanda de paixões. Minueto: Fidelismo x Antifidelismo. Peronismo x Antiperonismo. Comunismo x Anticomunismo. Erupção de espinhas na face do adolescente. Sintomas de voz de falsete e pêlos viris surgindo no peito de povos jovens. Nasce uma sociedade que é por excelência o anti-rebanho. Antitotalitária. A negação completa do instinto que leva dócilmente ovelhas ao pasto. Potro arisco que não suporta cócegas de sela nas costas.²²

O mesmo discurso foi desenvolvido também através do uso de uma estratégia distinta da que se acabou de analisar; a apelação a uma “autoridade científica”. Em peça editorial do **Correio**, o tema da inserção dos acontecimentos argentinos como sendo um desdobramento de uma crise de proporções maiores foi sustentado por bases distintas da “retórica literária” de Nunes de Andrade. Houve menção à obra de um cientista social estadunidense chamado Marle Kling, que em artigo científico intitulado “A instabilidade do poder político na América Latina” ofereceu uma distinção entre dois tipos de governos ditatoriais, um mais “refinado” e o outro mais “chulo”. O primeiro consistiria em um modelo sustentado pelo pensamento nacionalista e na mobilização das massas, exemplificado em Perón, Vargas e Jânio, enquanto o segundo caracterizar-se-ia por “homens de fardas” atendendo interesses externos, como o caso dos ditadores centro-americanos:

Os ditadores do Sul do continente, que costumam ser demagogos nacionalista, apoiados pelas massas urbanas; e os ditadores do Norte do continente, que costumam ser generais a serviço de interesses particulares. Típico ditador *sulista*, naquele sentindo, foi Perón. Havia algo disso na ditadura de Getúlio Vargas, Também o desgraçado do Jânio Quadros sonhava provavelmente numa ditadura assim. Mas no Norte do continente e na zona das Caraíbas, os Batistas, Pérez Jiménez, Castillo Armas são de um outro tipo. São os famosos generais das Repúblicas de Bananas; são tudo, menos nacionalistas.²³

²² “Rapsódia Sul-americana (em ritmo de cha-cha-cha)”. **Correio da Manhã**, 2 de abril de 1962. p.6.

²³ “Ditadura e reconhecimento”. **Correio da Manhã**, 1 de abril de 1962. p.6.

Essa formulação discursiva, por fim, almejou consolidar uma interpretação de um “caráter” do golpe argentino. Além do atribuído “antidemocrático”, como um elemento da “racionalização” negativa da deposição de Frondizi, o discurso do jornal relacionou esse evento com o que havia de mais “esdrúxulo” em termos de política. O **Correio**, portanto, conduziu uma severa crítica a ascensão de um governo “autoritário”, oriundo de outras manifestações que não fossem a soberania popular, exercida em eleições livres, o que significava um retrocesso da política argentina. Essa estratégia foi além de simplesmente caracterizar aquele acontecimento como um ato “arbitrário”: dentre todas as manifestações possíveis da “ditadura”, o caso platino era uma exemplificação do “tipo mais retrógrado”, pois não havia nem o “requinte” da doutrina nacionalista e nem da sua “clássica” demagogia, comum ao getulismo e ao peronismo.

Infere-se uma leitura do discurso do jornal onde se estabeleceu uma hierarquização da política latino-americana; em primeiro lugar, as democracias, seguidas pelas “ditaduras nacionalistas” e, por fim, as ditaduras do “tipo das Caraíbas”. A deposição de Frondizi, portanto, representou o decréscimo do país platino a uma situação mais “deplorável” do que a dos tempos do ex-“ditador”, ou à luz do discurso do jornal: *“a evolução da Argentina se apresenta assim: a presidência Frondizi foi um intermezzo, entre tipo sul, a de Perón, e sua substituição por uma ditadura do tipo das Caraíbas”*.²⁴ Ou seja, a Argentina estava mais próxima, naquele momento, de Batista, Somoza e Trujillo do que de Vargas e Perón. Em mais uma elaboração discursiva do jornal é possível notar as relações estabelecidas entre a crise no país vizinho e a conjuntura latino-americana:

É um fato consumado. Mas não é uma solução. Pois ainda vale o velho adágio de que se pode fazer tudo com as baionetas, menos sentar-se em cima delas. Só podemos admirar-nos da falta de patriotismo e de inteligência de homens que não vêem a repercussão inevitável dos seus atos: mais uma vez, a Argentina e o continente Latino-americano (...) estão perante o mundo tristemente (...) como interno de quarteladas e paraíso de sargentos supercondecorados – supermedalhados.²⁵

Outro elemento dessa “racionalização” foi a cogitação dos possíveis resultados da permanência dessa situação em Buenos Aires. Segundo o discurso do jornal, o “caos social” incitado pelos embates entre os peronistas e as forças armadas estava

²⁴ “Ditadura e reconhecimento”. **Correio da Manhã**, 1 de abril de 1962. p. 6.

²⁵ “Golpe na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de Março de 1962. p. 6.

encaminhando a Argentina para uma situação ainda mais drástica; a emergência de uma “ditadura comunista”. O exemplo cubano trouxe essa preocupação e promoveu um grande temor entre as elites políticas e econômicas da América Latina. Segundo o periódico analisado, os elementos que compunham a crise política na Argentina, de alguma forma, assemelhavam-se aos da conjuntura em Cuba, antes da ascensão de Fidel Castro:

O problema argentino é assim o de uma opção entre o peronismo robustecido pelas urnas e a ditadura militar, facilitada pelas omissões do poder civil. Entre os dois, um povo oprimido pelo custo de vida vertical, desorientado pela falta de líderes e de informações. A qualquer observador de fora, fácil seria diagnosticar para a Argentina o estado pré-revolucionário. Em outra qualquer nação do mundo a coexistência desses dados faria prever uma Sierra Maestra próxima.²⁶

As declarações do presidente venezuelano, Rômulo Betancourt, constituíram-se em outro elemento na formulação desse discurso pelo jornal. A sua postura combativa contra o golpe na Argentina contribuiu para a formulação da “racionalização” da conjuntura política latino-americana. O discurso do jornal entendeu como positiva a atitude do governo venezuelano. Consistiu-se na ação de um regime democrático que, no pleno exercício de suas virtudes, posicionou-se de forma combativa perante a uma iminente ameaça à consolidação da democracia na América Latina. A Venezuela, portanto, foi um exemplo positivo dentro da “ordem caótica”, e as declarações do primeiro mandatário daquele país receberam destaque no **Correio**:

“(…) o presidente Frondizi foi deposto, prêso e confinado numa ilha pelas forças armadas de seu país. O governo legítimo foi deposto. Esta ação violenta de realizar mudanças de governo é um obstáculo que vem entrar o desenvolvimento progressivo e pacífico das nações latino-americanas. Parece oportuno adotar uma posição firme para que os executores do golpe de estado se sintam sem apoio da tolerância internacional. (...) Negaremos reconhecimento diplomático ao governo formado em Buenos Aires. Meu governo adotou, e foi dos primeiros na América Latina, uma posição de beligerante repúdio ao regime comunista existente em Cuba. Essa mesma posição de beligerante repúdio é adotada agora ante o regime instalado na Argentina”.²⁷

Além do presidente venezuelano, diversos atores da cena política brasileira “receberam voz” nas páginas do **Correio da Manhã**. Através da concessão de espaço

²⁶ “A crise Argentina”. **Correio da Manhã**, 29 de março de 1962. p.6.

²⁷ “Venezuela não reconhecerá regime de força argentino”. **Correio da Manhã**, 31 de março de 1962. p.1.

para as declarações de determinados políticos, procurou-se sustentar a interpretação da crítica a conjuntura latino-americana e situar o papel do Brasil nessa. Entre as personalidades públicas que receberam “visibilidade” estiveram Gilberto Marinho, senador pelo PSD da Guanabara, Antônio Carlos Magalhães, deputado pela UDN da Bahia e Tancredo Neves, então primeiro ministro, também do PSD. O ponto em comum de suas declarações foi a denúncia ao caráter “antidemocrático” do afastamento de Arturo Frondizi e a conclamação ao não reconhecimento do ato “arbitrário” conduzido pelas forças armadas argentinas. A reportagem, primeiramente, descreveu a declaração de Marinho em sessão do Senado, onde esse acentuou que em uma democracia os

“governantes e governados, civis e militares, estão, por igual, sujeitos ao cumprimento da lei”, devendo-lhe estrita obediência. Afirmou, o parlamentar carioca, que “quem quer que pretenda justificar uma ditadura em nome da democracia, ou invocando qualquer outro tipo de interesse por superior que pareça, ignora, ou finge ignorar, que onde há governo de forças não existe democracia, nem justiça e nem liberdade”.²⁸

Magalhães fez a mais agressiva das declarações concedidas ao periódico carioca. O político baiano rogou para que o primeiro-ministro não reconhecesse o novo governo argentino. O parlamentar ressaltou a questão do contexto latino-americano e contribuiu para a elaboração de uma imagem do Brasil como um país líder da ordem democrática e, como tal, tinha a obrigação de combater no cenário internacional, sobretudo na América Latina, em prol da democracia:

“Se reagirmos assim (...) o Brasil que, incontestavelmente, tem a liderança política na América Latina, estará colaborando no sentido de evitar a instalação de ditaduras no continente. Espero que o chefe do governo saiba interpretar os sentimentos democráticos do povo brasileiro, contra a ditadura que se que se instalou na Argentina.”²⁹

Através da declaração de Tancredo Neves o discurso do jornal reforçou a racionalização da idéia de que o Brasil ocupava um papel importante na política latino-americana e, por isso, tinha uma responsabilidade na defesa da “ordem democrática”. Assim, o **Correio** ressaltou que o primeiro-ministro desejava que, assim como o Brasil, que em episódio recente havia mostrado maturidade para lidar com as tensões políticas,

²⁸ “Governador e parlamentares contra o golpe na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de março de 1962. p. 4.

²⁹ “Governador e parlamentares contra o golpe na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de março de 1962. p. 4.

que a Argentina conseguisse transpor os entraves da situação e retornar aos “caminhos democráticos”:

Só nos cabe, portanto, lamentar sinceramente, que a Nação argentina esteja passando horas tão amargas de sua história, em contraste com as páginas brilhantes que tem vivido e de que nos orgulhamos todos nós, povos americanos. Devemos confiar, entretanto, que a maturidade e equilíbrio ao que temos dado prova eloqu沿海 na superação das nossas próprias crises, não abandonem, igualmente, nesta hora, os responsáveis pelo destino político e social da gloriosa nação irmã, para que possamos continuar a contar sempre com a Argentina ao lado do Brasil na luta constante e pacífica pela consolidação do aprimoramento das instituições democráticas no continente e no mundo”.³⁰

Dessa maneira, por meio tanto da “visibilidade” conferida ao presidente venezuelano quanto a determinados políticos brasileiros se constituiu uma ideologia que atuou através da composição de imagens específicas de um pólo da política brasileira. Assim, o grupo representado partidariamente pela UDN e o PSD teve suas imagens relacionadas com a combatividade perante a emergência de ameaças a ordem democrática. Vimos no capítulo anterior que a democracia foi entendida no discurso do **Correio** como algo a ser defendido, portanto, no momento em que um determinado grupo foi associado a sua defesa ocorreu a associação entre esse e as “virtudes democráticas”.

Destarte, o jornal analisado não se resumiu em apenas caracterizar o cenário político na América Latina. Dentro dessa leitura, interpretamos que a maneira como foi posta as declarações de homens públicos da época visou inserir os grupos políticos brasileiros dentro dessa conjuntura. Não houve uma associação explícita, ou mesmo a sugestão, como fez **O Globo**, entre algum desses grupos com “a ameaça” a democracia. No entanto, houve a “racionalização” da ligação dos setores à direita do espectro político com a luta pela defesa da democracia no continente. A concessão de voz a políticos como Gilberto Marinho e Antônio Carlos Magalhães visou, possivelmente, publicitar suas imagens no contexto sócio-estruturado brasileiro, associando-os com a defesa dos princípios democráticos.

A “racionalização” da conjuntura latino-americana, portanto, atuou como uma ideologia ao propor que o sistema político brasileiro estava sob ameaça. Mesmo que não tenham sido estabelecidos quais eram os “inimigos” da ordem democrática no Brasil,

³⁰ “Governador e parlamentares contra o golpe na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de março de 1962. p. 4.

conclamou-se para a necessidade de os indivíduos estarem prontificados a reagirem. O exemplo argentino era apenas mais um episódio de um perigo que se alastrava e o Brasil, no status de exemplo democrático, deveria liderar a reação, sem perder de vista que não estava livre de ocorrências análogas:

(...) não sejamos orgulhosos. Não e está a hora para nos sentirmos superiores a quem quer que seja. Sentimos, sim, com a Argentina. Não com esta que esta aqui, subjugada e humilhada. Mas com a Argentina de amanhã que voltará a ser nossa aliada no caminho da democracia.³¹

3.4. Jornal do Brasil: há petróleo na raiz da crise!

Quando se tratou de pensar as origens da crise argentina, o **Jornal do Brasil** comungou de um princípio com o agente histórico analisado anteriormente: a sua inserção em uma ampla conjuntura que ameaçava toda a América Latina. Contudo, a essência desse cenário de crise foi posta de uma maneira diferenciada, até mesmo antagônica. A grande questão que cercava a cena política no continente não era o “caráter esdrúxulo” dos governantes locais, mas foi o embate entre os distintos interesses entre as denominadas “elites tradicionais” e as lideranças políticas engajadas em um amplo projeto de modernização de suas nações. Segundo do discurso do jornal, esses grupos, que surgiam em oposição aos interesses oligárquicos, tinham por objetivo superar essas antigas relações a fim de lograr para os seus países um cenário de desenvolvimento econômico e, em decorrência, o social. Nessa leitura, o governo Frondizi foi visto como uma dessas forças que agiam em prol do desenvolvimento latino-americano, conduzindo mudanças no sentido de modernizar a Argentina, como pode ser visto no seguinte trecho de peça editorial:

A Argentina realizou, nos últimos anos, importantes reformas econômicas. Foi pôsto em prática um programa de austeridade, que importou a elevação brutal do custo da vida; o país abriu mão de sua política nacionalista no tocante a petróleo e, com a admissão de capitais e técnicas estrangeiros, atingiu o grau de autosuficiência, passando mesmo à eventual exportador de óleo cru e gás, aliviando a pressão de suas importações a ampliando suas fontes de renda em divisas. Lançou se num processo de industrialização, com êxito bastante, usando a cooperação de capitais e técnicas estrangeiras.³²

³¹ “Golpe na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de março de 1962. p.6.

³² “Revolução e economia”. **Jornal do Brasil**, 30 de março de 1962. p.6.

As denominadas “elites tradicionais” foram descritas de maneira negativa pelo jornal analisado. O “expurgo” desse grupo foi constituído através de uma estratégia fundada na atribuição de características negativas, como, por exemplo, “reacionária” e “oligárquica”. Por sua vez, quando foi feita menção aos “agentes modernizantes” – no caso argentino o radicalismo intransigente – ocorreu uma descrição positiva de suas ações no contexto local. O processo de industrialização, conduzido por Frondizi, que teve como seu carro chefe a implantação de uma indústria petrolífera, foi entendido como sendo o promotor de uma situação de desenvolvimento, que acarretou progresso para a nação. Nota-se que a questão do amálgama entre os interesses nacionais e o capital estrangeiro teria sido a grande virtude desse projeto. O **JB** apontou que o governo conseguia superar uma situação crítica através de um “caminho do meio” entre o “tradicional” e o “nacionalismo radical”:

O esquema de Frondizi produziu resultados: deu maior flexibilidade aos trabalhos de pesquisa, criou condições para a emulação e competição entre grupos. Em termos práticos, os gastos da Argentina com a importação de petróleo baixaram de 28 milhões de dólares, em 1958, para 97 milhões, em 1961. Nesta altura, as perspectivas são de que possa a Argentina, a curto prazo, não só lograr a auto-suficiência, como também passar à condição de exportadora de petróleo cru.³³

Entretanto, de acordo com o discurso analisado, essa política de modernização nacional não era bem vista pelos setores “conservadores” da sociedade argentina. Segundo essa “racionalização”, os interesses desses grupos estavam ligados às “velhas” estruturas, ou seja, vinculados à produção primária para a exportação. Portanto, as políticas que tinham por intuito consolidar um processo de industrialização na Argentina se opunham aos interesses dessas elites. Em entrevista concedida ao **JB**, o ex-homem forte do governo deposto, Rogelio Frigerio, sustentou que o problema argentino consistia justamente no embate entre esses projetos antagônicos. Essa não teria sido uma peculiaridade do país platino: em todo o continente seria possível perceber esse conflito e que os “reacionários” estavam se opondo à emancipação dos povos americanos e iam de encontro àquilo que a “Aliança para o Progresso” objetivava:

Essas são as forças que olham para o passado e que estão em nosso país, como em todas as nações do Hemisfério, nutrindo-se da filosofia oposta à da Aliança para o Progresso, formulada pelo Presidente Kennedy e sustentada por ele, contra a resistência dos reacionários em seu próprio país, se negam a

³³ “Petróleo na Argentina”. **Jornal do Brasil**, 12 de Abril de 1962. p.6.

permitir que a garantia da liberdade política só se pode lograr pela imediata elevação dos níveis dos povos do Continente. Frigerio disse que uma minoria predominante nas Fôrças Armadas argentinas está servindo de “braço executor” para a política dos grupos reacionários. Mas os recusa a aceitar a tese de que tal atitude representa o pensamento dessas mesmas Fôrças Armadas.³⁴

Outro elemento apontado como instigador da crítica desses setores ao modelo desenvolvimentista frondizista foi o alto custo que esse projeto teve para a Argentina. Segundo a explicação oferecida pelo discurso do jornal, ao mesmo tempo em que se privilegiava o desenvolvimento de uma indústria pesada, carecia-se-ia de uma produção voltada aos produtos básicos, que tinham de ser exportados, tendo por consequência um déficit na balança comercial. Para a população, a resultante desse processo era o aumento brutal do custo de vida, que prejudicava, principalmente, as camadas médias e baixas. Em mais de uma peça editorial foram assinalados os pontos negativos da industrialização argentina. Em um desses exemplos, comenta-se a questão de que a exploração petrolífera era feita por meio de contratos com empresas estrangeiras, que exploravam e forneciam petróleo ao governo em troca de divisas – enquanto o comum era que essas empresas pagassem pelo direito de explorar os recursos naturais. No entanto, segundo a peça citada, *“tais compromissos resultam, em grande parte, do desequilíbrio do balanço de pagamentos, gerado pela crescente importação de produtos básicos, não compensado pelas exportações”*.³⁵ Em outro editorial, essa questão foi complementada da seguinte maneira:

Em termos gerais, o déficit orçamentário para 1962 é estimado em 30 ou 40 milhões de pesos. No ano passado, o balanço comercial foi encerrado com um saldo negativo de 450 milhões de dólares. O país tem compromissos a saldar no exterior, entre 1962 e 1965, orçados em 1,5 bilhão de dólares, isto segundo dados do Govêrno deposto, o qual se preparava para negociar ampla consolidação e novos esquemas para tais compromissos.³⁶

Essa “racionalização” teve uma de suas elaborações através do comentário, em peça editorial, sobre uma declaração do ministro da economia do gabinete de José Maria Guido, Federico Pinedo. Segundo o político argentino, a crise tivera sua gênese no governo Perón, porém foram nos anos de Frondizi que as questões que envolviam a

³⁴ “Frigerio diz que há petróleo na raiz da crise argentina” **Jornal do Brasil**, 27 de março de 1962. p.3.

³⁵ “Petróleo na Argentina”. **Jornal do Brasil**, 12 de Abril de 1962. p.6.

³⁶ “Crise na Argentina”. **Jornal do Brasil**, 13 de Abril de 1962. p.6.

situação precária da economia argentina conheceu sua face mais alarmante. Sobre as iniciativas do novo governo a fim de sanar as mazelas argentinas afirma-se:

Sobre o terreno movediço da crise política lança-se o Governo argentino num processo de revisão de sua política financeira, com profundas repercussões nos planos econômico e monetário, interno e externo. Segundo a exposição do Ministro da Economia, Federico Pinedo, tudo remonta à situação herdada do peronismo e as dificuldades com que luta o país ter-se-iam agravado com os rumos seguidos a partir de 1960. Vincula-se aquela situação, posta pela ditadura, à outra, mais recente, estabelecida pelo Governo Frondizi, quando foram postas em prática medidas visando ao restabelecimento da realidade econômica, a mais importante das quais no plano de exploração petrolífera, paralelamente com o fomento da industrialização.³⁷

Mesmo indicando essa deficiência do modelo frondizista, o discurso do jornal partiu em defesa da política econômica do governo deposto. A crítica ao posicionamento do governo Guido, com relação às causas da crise argentina, partiu da idéia de que os êxitos do processo de industrialização estavam sendo sonegados. O periódico analisado indicou que o argumento central na condenação da política econômica foram os gastos em torno da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF). No entanto, além do progresso que esses investimentos acarretaram para a Argentina, como, por exemplo, o desenvolvimento de certos setores da indústria, em relação à balança comercial era uma questão de equivalências, ou seja, o atual déficit, no final das contas, correspondia àquilo que o país outrora desembolsava com a importação de petróleo, além de ter logrado condições para a vinda de investimentos estrangeiros em larga escala:

Conquanto não tenha sido tomada qualquer providência de estrutura, tudo indica, que a ação dos Yacimientos Petrolíferos Fiscales, mais dia menos dia, será objeto de profunda intervenção. Esta autarquia é apontada como uma das responsáveis pelo pesado déficit orçamentário, desconhecendo-se agora que, graças aos esforços de Frondizi, no particular os gastos da Argentina com o petróleo, no exterior, baixaram de mais de 300 milhões em 1958 para menos de 70 milhões em 1961. Ignora-se que nos últimos quatro anos entraram na Argentina investimentos estrangeiros estimados em 400 milhões de dólares, em sua grande maioria aplicados na indústria pesada, particularmente nos setores da química, da construção de veículos automotores e na mecânica.³⁸

Portanto, o **JB** destacou que a Argentina tinha agora uma infra-estrutura, tanto no que era alusivo a transportes como à base energética, que possibilitava a entrada de

³⁷ “Crise na Argentina”. **Jornal do Brasil**, 13 de Abril de 1962. p.6.

³⁸ “Crise na Argentina”. **Jornal do Brasil**, 13 de Abril de 1962. p.6.

recursos estrangeiros e, no momento da derrubada de Frondizi, estava progredindo nesse sentido. Importante notar que nos discursos produzidos sobre esse tema o governo deposto não era posto como “nacionalista”; pelo contrário, uma de suas grandes virtudes teria sido a superação desse a fim de buscar uma fórmula de desenvolvimento que condissesse com as demandas do país vizinho. Assim, implementou-se um modelo que tinha por base a internacionalização da economia argentina, abrindo espaço para a cooperação do capital estrangeiro, que se dava tanto por via de investimentos diretos na indústria como por meio da concessão de empréstimos de longo prazo. Teria sido essa situação que possibilitara o sucesso desse modelo. Em artigo escrito especialmente para o **Jornal do Brasil**, Omer Mont’Alegre sustenta o seguinte sobre o caso argentino:

A atenuação do nacionalismo econômico reabriu as portas do País para o capital estrangeiro, e, de 1958 a 1961, entraram cerca de 400 milhões de dólares, a metade dos quais procedentes dos Estados Unidos, para investimentos em indústrias básicas. Foram mais beneficiadas as de produtos químicos (118 milhões), a de automóveis (97 milhões) e a de metalurgia (44 milhões). Com a participação de empréstimos internacionais a longo prazo e investimentos de capitais privados estrangeiros formou-se um parque siderúrgico com capacidade prevista para 2,5 milhões de toneladas de aço até 1965. Foram postos em marcha projetos de expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrica, visando uma meta de 60% mais até 1965.³⁹

Esse era um projeto de modernização, que, apesar dos problemas que se geraram em torno de sua aplicação, foi assinalado como um exemplo positivo, tendo por base o princípio da autonomia. A sua independência, segundo Frigerio, em sua já citada entrevista, podia ser exemplificada no fato de o governo argentino ter buscado negociar os contratos de exploração petrolífera não só com as empresas detentoras do monopólio internacional, mas pelo contrário, ter procurado estabelecer acordo com investidores à margem desse monopólio. Essa “virtude” teria sido uma afronta aos interesses monopolistas; a crise vir em um momento como esse não seria coincidência, mas uma reação a essa política. Frigerio sustentara em sua entrevista que: *“é por demais sintomático (...) que no momento em que o Govêrno que reforça seu programa de exploração petrolífera e gasífica com emprêsas americanas, italianas e francesas que*

³⁹ “Crise econômica ameaça a Argentina de reversão no processo industrial” **Jornal do Brasil**, 15 de abril de 1962. p. 17.

*não fazem parte do monopólio internacional, se provoca uma das crises mais profundas que o país já conheceu.”*⁴⁰

Não somente de fatores econômicos consistia a modernização conduzida pelo governo Frondizi. Segundo o **JB**, o projeto de consolidação da Argentina como um país moderno também pressupunha sanar outras enfermidades do sistema político argentino, entre elas, a questão do peronismo. Esse teria sido outro ponto que ocasionou desagrado entre os grupos que compunham os “setores conservadores”. A maneira encontrada para lidar com tal situação veio em oposição à adotada pelo governo anterior: ao invés de buscar “eliminar” o peronismo através de sua exclusão do jogo político, os radicais intransigentes teriam partido da tese de que essas massas deveriam ser reincorporadas ao jogo eleitoral, uma vez que era um movimento político que mobilizava um amplo eleitorado. Portanto, para o êxito do projeto frondizista era também crucial igualmente a reinserção dos quadros peronistas na vida política. Enquanto estivessem fora do jogo eleitoral nunca a democracia funcionaria plenamente, uma vez que o termo pressupõe “governo de todos” e o peronismo era parte considerável do todo da sociedade argentina. No entanto, segundo o jornal analisado, Frondizi foi infeliz na tentativa de impor essa visão às oligarquias de seu país:

Na Argentina, infelizmente, Frondizi não conseguiu impor os seus pontos-de-vista. A tese de *integração*, que visava à reincorporação pacífica dos peronistas na vida política do país, foi vetada, sabotada, esfarinhada por uma minoria de ultra-montanos que contava com o apoio dos chefes militares. Em vão, o Presidente Frondizi tentou convencer os conservadores e as Forças Armadas de que o programa de desenvolvimento econômico era mais importante do que as atitudes emocionais em política.⁴¹

O jornal analisado constituiu uma ampla “racionalização”, onde os setores “oligárquicos”, juntamente com as forças armadas, formavam um “conluio reacionário” contra a modernização argentina. Uma vez que houve a caracterização positiva do modelo frondizista, descrito como promotor do progresso, a atuação política dessa oposição “conservadora” passou a representar mais do que um mero antagonismo, mas uma afronta ao desenvolvimento nacional argentino. Esses grupos estariam colocando obstáculos à prosperidade do todo em prol dos seus interesses particulares, ligados às estruturas tradicionais e o comércio com o estrangeiro.

⁴⁰ “Frigerio diz que há petróleo na raiz da crise argentina” **Jornal do Brasil**, 27 de março de 1962. p.3.

⁴¹ “A Argentina em perigo”. **Jornal do Brasil**, 20 de março de 1962. p.6.

Em torno da constituição da “racionalização” da existência de um “conluio conservador”, o **JB** indicou que o exemplo argentino consistia em um alerta a todo o continente. Não era somente “pela esquerda” que emergiam obstáculos para a consolidação da democracia. A resistência de Frondizi à tentativa de golpe apontou justamente para esse tema. Existia, portanto, segundo o discurso do jornal, um amplo movimento, oriundo da “direita”, contra as instituições livres na América:

Frondizi está prestando um inestimável serviço a todos os democratas da América Latina. Cada minuto de resistência, na Argentina, é precioso para todos nós – especialmente para aqueles que, por vêzes com a melhor das intenções, julgaram que a democracia, atualmente, nas Américas e no mundo, é ameaçada apenas pelo comunismo, pelo fidelismo, pelos grupos da chamada extrema esquerda.⁴²

Assim, o jornal analisado ressaltou a existência desse potencial “autoritário” na direita, “conservadora” e “reacionária”. Esse era o caráter da conjuntura do golpe de Estado sofrido por Frondizi; uma reação dos setores “conservadores” argentinos, ligados à sociedade tradicional, contra as reformas propostas pelo governo. Deste modo, elaborou-se uma “racionalização” que visou a alertar para a existência de um potencial “autoritário” nos setores ligados as estruturas “tradicionais”. Esse não era um risco inerente apenas aos grupos à esquerda do espectro político. Portanto, os defensores da democracia deveriam ter ciência de que as ameaças à ordem legal poderiam emergir também à direita do espectro político:

A trama reacionária, na Argentina, ficou exposta em toda a sua brutalidade, a partir do dia 18 de março. E que os conspirados têm apoio no estrangeiro, não se pode negar. Ontem, publicamos entrevista ao assessor mais chegado a Frondizi, o economista industrial Frigerio, que mostrava que há um conluio de monopólios internacionais, anticomunistas profissionais, políticos condenados ao ostracismo, latifundiários e importadores empedernidos e militares desorientados – um conluio contra o futuro da Argentina.⁴³

Em outros momentos da presente análise, foi possível verificar que o **JB** descreveu a “Aliança para o Progresso” como sendo um movimento inserido nos esforços de consolidar o desenvolvimento e a democracia na América Latina. No entanto, é possível reparar também algumas ressalvas. Até que ponto a “Aliança” era uma cooperação dos Estados Unidos com os países latino-americanos? Ao longo da

⁴² “A hora final”. **Jornal do Brasil**, 28 de março de 1962. p.6.

⁴³ “A hora final”. **Jornal do Brasil**, 28 de março de 1962. p.6.

cobertura da questão argentina, essas indagações transpareceram. O primeiro ponto nesse sentido foi a ponderação sobre até onde as políticas para o continente, encabeçadas pelos políticos de Washington interferiram na autonomia da política externa, ou mesmo interna, da Argentina. Descrita como um princípio fundamental na consolidação de um modelo democrático e para atingir um desenvolvimento pleno e autônomo, a consolidação de uma “política externa independente” esteve presente nos preceitos do governo Frondizi, mas teve na interferência estadunidense um empecilho:

Frondizi tentou dar à Argentina a política externa independente a que ela, pela sua importância de grande nação latino-americana, tem direito. A simples idéia de mediação entre Estados Unidos e Cuba provocou uma crise grave, sempre com os militares. A súbita visita de Ernesto Che Guevara (que ainda não perdeu a nacionalidade argentina) a Buenos Aires causou outra crise. A posição sustentada em Punta del Este quase provocou a deposição do Presidente. Por causa de Cuba, Cuba, sempre Cuba, um govêrno democrático foi aprisionado numa camisa-de-fôrça por uma minoria sem rumo e sem idéias.⁴⁴

Segundo o discurso do jornal, se os Estados Unidos tinham interesse em realmente combater uma possível ascensão de “doutrinas exóticas”, como o “nacionalismo radical” e o “comunismo” na região, era imprescindível o respeito à autonomia dos países locais. No momento em que a política de Washington fosse de encontro a esses princípios, apenas lograria o fortalecimento dos setores “conservadores”, o que representava um retrocesso em relação aos objetivos da “Aliança para o Progresso”. A Argentina, portanto, teria sido o grande exemplo das más consequências desse intervencionismo. A oposição feita à autonomia do país platino, representada pela pressão para o voto contra Cuba na reunião de chanceleres de Punta del Este, teria sido um dos elementos que fortaleceu a posição dos grupos “reacionários”, possibilitando que esses consolidassem um golpe contra Frondizi. Um golpe, portanto, não somente contra a democracia, mas contra a “Aliança”, o desenvolvimento e o combate ao comunismo:

E este é, em nossa opinião, o grande erro do Govêrno de Washington, que permitiu que certos setores oficiais, em determinado momento, dessem as mãos (ou, na melhor das hipóteses, as lavassem) aos grupos reacionários da América Latina, para conseguir o isolamento diplomático da ditadura revolucionária de Cuba. Assim, para isolar Cuba, a administração Kennedy

⁴⁴ “A Argentina em perigo”. **Jornal do Brasil**, 20 de março de 1962. p.6.

deu sinal verde aos grupos que se opõe à Aliança para o Progresso, que ela mesma propôs.⁴⁵

Uma das implicações dessa política, que por fim apenas teria favorecido a ascensão de um conservadorismo nocivo aos valores democráticos, seria a ameaça às próprias políticas brasileiras, que vinham apontando no sentido da autonomia e do desenvolvimento. Segundo o **JB**, desde os “Acordos de Uruguaiana”, firmados entre os presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, os dois países não mais apenas comungavam de princípios em comum, mas eram parceiros na tentativa de trazer aos dois países o “progresso” e a “democracia”. Os acontecimentos argentinos de março de 1962 eram, dentro dessa lógica, a manifestação da reação “reacionária” contra tudo que tantos o “espírito de Uruguaiana”, quanto a “Aliança para o Progresso” representariam. Essa ampla “racionalização” do “conluio conservador” contra as forças democráticas e modernizantes dos dois países foi assim posta:

Trata-se de um conluio também contra o Brasil, pois se opõe ao espírito de Uruguaiana, renegando aquilo que havia de fundamental nos acordos firmados pelos Presidentes Quadros e Frondizi: a certeza de que nações em processo de emancipação devem ter políticas externas independentes e de acordo com as duas conveniências e interesses. Trata-se de um conluio contra as teses básicas da Aliança para o Progresso, pois reúne tudo quanto há de retrógrado, de anti-reformista, de obsoleto na Argentina. Os setores que estão por trás do golpe são aqueles que se opõem à progressiva substituição das importações por produtos industriais argentinos, que são avessos ao planejamento econômico, que se opõe não só a uma melhor distribuição da renda, como, até mesmo, à solução dos conflitos entre capital e trabalho por meio de negociações.⁴⁶

Logo após a queda de Arturo Frondizi, o presidente João Goulart partiu aos Estados Unidos para um encontro com John Kennedy. Esse evento teve grande repercussão na imprensa do Rio de Janeiro, mas apenas o **JB** fez uma ampla relação deste com as “racionalizações” constituídas em torno da crise argentina. Dentro dessa perspectiva, o encontro entre aqueles que foram descritos pelo jornal carioca como sendo os “dois mais importantes líderes do continente americano” acarretou grandes expectativas. Foi entendido que a “Aliança para o Progresso” estava a perigo, principalmente em virtude de dois fatos que representavam um fracasso nos esforços do projeto estadunidense: a tentativa de invasão de Cuba, o conhecido “desembarque na

⁴⁵ “Equador e Argentina”. **Jornal do Brasil**, 3 de abril de 1962. p. 6.

⁴⁶ “A hora final”. **Jornal do Brasil**, 28 de março de 1962. p.6.

Baía dos Porcos”, e a deposição de Arturo Frondizi. Portanto, aquele foi um momento chave, de cujo êxito dependia o próprio sucesso da “Aliança”:

Neste momento, o que todo mundo – brasileiros e norte-americanos, canadenses e cubanos, argentinos e equatorianos, europeus, africanos e asiáticos – espera do encontro entre os dois Presidentes Goullart e Kennedy é nem tanto um desenvolvimento, uma progressão, como um recomeço. Depois de dois grandes fracassos da política latino-americana do Departamento de Estado – a invasão de Cuba e a queda de Frondizi – o que se espera da reunião entre os Chefes de Estado das duas maiores e mais influentes nações do Continente é uma verdadeira revolução: de objetivos, de meios, de estilos.⁴⁷

Através da análise dessas “racionalizações” é possível perceber que o **Jornal do Brasil** apresentou uma prática discursiva em torno da deposição de Frondizi no sentido de combater o pensamento conservador. Assim, verificamos aqui uma atuação distinta do que a bibliografia costuma apontar, como vimos no primeiro capítulo, relacionado esse agente histórico com o pensamento conservador. Mesmo que se trate apenas de uma prática em torno da repercussão de um acontecimento específico, no mínimo, aqui encontramos elementos que nos sugerem uma revisão mais cuidadosa em torno do tema das tendências políticas desse agente histórico no período da segunda república. Também é necessário levar em consideração que os discursos produzidos em torno da deposição de Frondizi, mais do que nos outros jornais analisados, tiveram maior relevância no **JB**. Como apontamos na introdução desse estudo, esse jornal foi o que deu maior cobertura a esse acontecimento, além de que as reflexões em torno da questão argentina terem servido de parâmetro para outros temas, como, por exemplo, a Aliança para o Progresso e a visita de João Goulart aos Estados Unidos, que por sinal foi vista como algo positivo e foi dado grande respaldo ao presidente brasileiro.

Portanto, o ponto central dessa ideologia foi a de perceber a crise argentina como um episódio dentro de um processo maior. Da mesma forma, o Brasil também estava dentro desse embate. A “solução parlamentarista” foi o começo de um momento da história nacional onde o país havia conseguido solucionar os problemas que envolviam a própria estabilidade do seu regime político e agora poderia pensar no seu desenvolvimento sócio-econômico de maneira mais incisiva, segundo a reiterada “racionalização”. A Argentina passava por situação semelhante; assim como no Brasil o seu sistema político sofreu com os embates que cercavam a definição de um modelo de

⁴⁷ “Aliança e progresso”. **Jornal do Brasil**, 1º de abril de 1962. p. 6.

desenvolvimento. No entanto, no país platino não teria havido o mesmo sucesso em se encontrar uma solução e o resultado foi o golpe “conservador”.

Segundo o discurso do jornal, essa “direita conservadora” foi entendida como a grande ameaça para o “progresso” das nações americanas. Era uma “velha elite”, ligada a antigos interesses e vinculada a um modelo econômico retrógrado e que não estava disposta a abrir mão dessas relações, apenas havia o interesse em manter os benefícios logrados dentro dessa estrutura. A visita do presidente Goulart a Washington representou a esperança de que o seu encontro com Kennedy fosse o “começo do fim” do dualismo estadunidense, que, com uma mão, vinha com todo o ideário da “Aliança para o Progresso” e, com a outra, apoiava os grupos “reacionários” do continente, como maneira de conter a ameaça “totalitária” de esquerda. Tais contradições da política do Departamento de Estado foram descritas da seguinte maneira pelo jornal carioca:

O resultado mais evidente dessa política de contradições nós o tivemos, agora, na Argentina. Os *gorilas* que pressionaram Frondizi para que rompesse com Cuba, contaram com o apoio dos setores mais nervosos da administração norte-americana e com a omissão da Casa Branca. A velocidade adquirida levou os militares a reagirem, de maneira idêntica, diante da votação maciça que os peronistas receberam. Mas, a esta altura, o Governo norte-americano interveio acertadamente e com melhores intenções. Em consequência, existe hoje na Argentina um Governo sem estabilidade, legal apenas na aparência, e ameaçado de derrocada a qualquer instante.⁴⁸

Destarte, no momento que o jornal analisado assumiu uma posição em prol do reformismo e sustentou o modelo desenvolvimentista de associação com o capital internacional como a melhor opção para se trazer progresso à nação, constitui-se uma ideologia que visou, dentro de uma possível leitura, defender as próprias propostas do governo brasileiro. O desenvolvimentismo, como vimos anteriormente, não foi uma corrente econômica que esteve apenas ligada aos grupos de nacionalistas mais exacerbados e somente restrita a articulação partidária do PTB. Como assinala com maestria Bielchowsky, houve mais de uma corrente desse pensamento.⁴⁹ Talvez o **Jornal do Brasil** não comungasse na íntegra com os planos reformistas de Jango, mas, naquele momento histórico, via em sua figura um aliado na implementação de reformas

⁴⁸ “Equador e Argentina”. **Jornal do Brasil**, 3 de abril de 1962. p. 6.

⁴⁹ Acreditamos não ser pertinente aqui apontar com maiores detalhes o pensamento do autor e sobre a que esse entende como as três correntes do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Apenas nos cabe ter nítido que essa foi menos homogênea do que se acredita ser e englobou perspectivas que iam desde o “mais radical dos nacionalismos” até um modelo internacionalista de industrialização. (Ver mais em: BIELCHOWSKY, Ricardo. Op. Cit.)

que julgava ser necessárias para o progresso brasileiro, como pode ser percebido no seguinte trecho de editorial:

O que se espera é a passagem da linha da ação de rotina para a de emergência. O que se espera é algo que inflame a imaginação e fortifique as esperanças dos reformistas democráticos sobre cujos ombros repousa a sorte da América Latina. Os comunicados formais, o palavreiro vazio, a troca de presentes e a gentilezas nos sorrisos – nada isso poderá ser, nem de longe, suficiente. O que o Presidente Goulart foi levar aos Estados Unidos foi a proposta de uma política nova, inteiramente nova – muito mais do que os próprios dólares da Aliança para o Progresso.⁵⁰

Por fim, ressalta-se a comparação recorrente que o discurso do **JB** fez das questões brasileira e argentina e a inserção proposta dessas realidades aos planos estadunidenses representados pela “Aliança para o Progresso”. Houve a “racionalização” de que o Brasil consistia em um exemplo de estabilidade democrática e estava pronto para dar o passo seguinte, o desenvolvimento sócio-econômico. Por outro lado, a Argentina representava o fracasso em atingir essas condições. Através do êxito brasileiro, ressaltou-se que o dever da “Aliança” não era impor modelos e planos, mas auxiliar os países da região para que cada um conseguisse os resultados que satisfizessem suas demandas. Esses viriam apenas se cada um dos Estados americanos conseguisse consolidar um modelo próprio, original, que estivesse em sintonia com suas demandas:

O que desejamos é que a Aliança para o Progresso se baseie num esquema de relações novas que só os Estados Unidos e o Brasil podem traçar. A ajuda norte-americana deve ser encarada como uma compensação pelas concessões e vantagens que oferecemos – durante decênios – aos Estados Unidos. E deve ser concedida para estimular a democracia e garantir o desenvolvimento, à maneira peculiar de cada país latino-americano. Resumindo: os Estados Unidos devem ajudar as nações da América Latina a encontrar os seus próprios caminhos e a preservar as suas características nacionais.⁵¹

3.5. Uma visão das tendências dos discursos analisados

As distinções entre os fundamentos dos discursos analisados ficaram ainda mais claros quando se verificou suas elucidações sobre as origens da crise argentina. Enquanto no capítulo anterior se procurou evidenciar o que esses entendiam como

⁵⁰ “Aliança e progresso”. **Jornal do Brasil**, 1º de abril de 1962. p. 6.

⁵¹ “Confirmação”. **Jornal do Brasil**, 30 de março de 1962. p.6.

democracia e as possíveis mobilizações de seu sentido, aqui vimos como essa foi inserida dentro da “racionalização” de uma trama bem mais complexa. Com exceção de **O Globo**, que partiu de pressupostos mais simples, os demais jornais entenderam a crise argentina como reflexo de uma situação estrutural que abrangia todo o continente latino-americano.

Em uma iniciativa de comparar a postura dos discursos dos jornais analisados, formulamos uma tabela que visou estabelecer um paralelo entre as interpretações desses agentes históricos, ressaltando as convergências e distinções entre as suas práticas discursivas. Identificamos nove temas que foram em sua maior parte recorrentes nas leituras do contexto argentino, são eles: o governo Frondizi, a incapacidade dos governantes em gerir os processos políticos, a participação dos setores populares, o peronismo, as forças armadas, a influência do FMI e dos Estados Unidos, a economia de forma geral, as elites políticas e econômicas e os empecilhos em consolidar uma política externa autônoma.

A cada abordagem por parte de um desses jornais sobre esses temas atribuímos uma classificação, onde “alta” significa que esse tema esteve recorrente nas explicações das origens da crise argentina, “alguma” que aparece entre as causas, mas não recebeu maior destaque na “racionalização” dos porquês da crise e “nenhuma”, quando esse tema esteve ausente entre as causas atribuídas para a emergência do cenário crítico na Argentina. Para “alta” foi usada a cor vermelho escuro, para “alguma” vermelho e nenhuma, cinza.

Através da comparação entre os temas estabelecidos pelos jornais e o grau de “responsabilidade” atribuído a cada um dos temas abordados na gênese da crise argentina, perceberemos que, novamente, o **Jornal do Brasil** e o **Correio da Manhã** constituíram interpretações antagônicas. Se notarmos a tabela 3, os temas relacionados com a prática discursiva do **JB** e do **Correio** se põe em amplo antagonismo. Por sua vez, **O Globo** transitou entre as duas tendências, caracterizando-se por uma postura híbrida, ora se associando a uma interpretação mais “liberal”, próxima ao **Correio**, outra a um pensamento mais progressista,⁵² próximo ao **JB**. Portanto, as cores vermelhas do **Correio** e do **JB** se põe em lados opostos da tabela, apenas se coincidindo

⁵² A menção de que uma postura discursiva tem como característica ser progressista visa descrever uma prática de oposição aos preceitos liberais e de afinidade com as propostas de modernização, industrialização, ou seja, uma proximidade com o pensamento desenvolvimentista.

na questão forças armadas, enquanto **O Globo** tem a presença do vermelho nas linhas centrais.

Tabela 3: Atribuições de influência pela crise na Argentina

Pautas	Correio da Manhã	O Globo	Jornal do Brasil
Governo Frondizi	ALGUMA	NENHUMA	NENHUMA
Incapacidade dos governantes	ALTA	ALGUMA	NENHUMA
Classes baixas	ALTA	ALGUMA	NENHUMA
Peronismo	ALTA	ALTA	NENHUMA
Forças Armadas	ALGUMA	ALTA	ALGUMA
FMI e interferência estadunidense	NENHUMA	ALTA	ALGUMA
Economia	NENHUMA	ALGUMA	ALTA
Elites*	NENHUMA	ALGUMA	ALTA
Empecilhos em consolidar uma política externa autônoma	NENHUMA	NENHUMA	ALTA

* Tanto políticas, quanto econômicas

Perante as conclusões e as comparações estabelecidas por essa análise nos capítulos dois e três, torna-se possível propor uma classificação do discurso-ideológico de cada um dos agentes históricos analisados. Não se pretende estabelecer aqui uma categorização rígida das tendências políticas de cada um dos periódicos estudados. Pelo contrário; apenas estamos sugerindo, através do mapeamento das posições defendidas por cada um desses com relação aos eventos argentinos, uma possível disposição política.

Quando no início dessas considerações afirmamos que **O Globo** partiu de elaborações mais singelas, não objetivamos afirmar que essas foram parcas. Apenas sugerimos que essas não se comprometeram a remeter-se a outros processos mais amplos. Também não intencionamos afirmar que as origens dos problemas da democracia argentina, dentro da leitura de **O Globo**, não foram contextualizadas; as duas vias elaboradas a fim de explicar a crise platina, as quais denominados de fator “interno” e “externo”, relacionaram-se com processos globais. Esse discurso se caracterizou por uma postura a qual podemos denominar aqui de **liberal-progressista**.

Classificamos, assim, a tendência dessa ideologia, por um lado, por sua ênfase na defesa dos preceitos democráticos-liberais e, por outro, por advertir que apenas através da garantia do progresso nacional e do usufruto de seus benefícios por todos os setores sociais seria possível garantir a sua estabilidade. Em comparação com os outros dois jornais, de certa maneira, como vimos identificando desde o capítulo anterior, a posição de **O Globo** e o caráter de suas “racionalizações” colocaram-se em um meio termo entre as práticas discursivas dos dois outros agentes analisados, como pretendemos verificar com mais cuidado ao longo do restante dessa análise.

As “racionalizações” da crise argentina presentes no **Correio da Manhã** podem ser caracterizadas como sendo “elitistas”. Como pode ser percebido através da leitura da tabela 3, a responsabilidade pela emergência da crise no país platino foi depositada no despreparo das massas em participar dos processos políticos. Porém, o mais impactante não foi por onde se explicou a crise, mas por onde não foi. Em nenhum momento foi questionado fatores conjunturais, como os econômicos ou a interferência das potências externas na política local, nem mesmo se cogitou o papel das classes abastadas.

Tanto no texto da “*Rapsódia sul-americana*”, quanto na “autoridade científica” de Marle Kling, percebeu-se a responsabilização pela crise continental à atuação abusiva de “líderes demagogos” e “ditadores das carafas”. Ambos os casos eram apenas possíveis pela falta de competência das classes baixas em conduzir esses líderes ao governo através de votos “errôneos” ou em conceder apoio para a sua manutenção no poder. Mesmo que os aspectos econômicos que compuseram essa conjuntura não tenham sido uma das principais pautas do **Correio**, ainda se verificará que essa visão “conservadora” foi também crítica ao desenvolvimentismo. Frente a essas constatações, classificamos essa ideologia como **liberal-conservadora**. Esse

posicionamento não se distingue das características que a bibliografia costuma atribuir a esse agente histórico.

Uma leitura das origens da crise argentina bem distinta foi feita pelo **Jornal do Brasil**. Ao contrário da visão “conservadora” do jornal anterior, colocou-se em defesa de um modelo desenvolvimentista, onde a modernização das forças produtivas, em associação com o capital estrangeiro, era o caminho para se lograr o progresso nacional. Assim como no **Correio da Manhã**, a questão argentina foi contextualizada dentro de uma esfera mais ampla, que englobava a América Latina; tanto pelo seu processo de condução do progresso da região através de projetos “modernizantes”, conduzido por líderes progressistas, quanto, como vimos, pela “reação conservadora”, protagonizada pelas elites oligárquicas, interessadas na manutenção das antigas estruturas – a ameaça antidemocrática que pode vir tanto das “esquerdas radicais” quanto das “direitas reacionárias”.

Por esses motivos, interpreta-se aqui que a ideologia mobilizada pelo **JB** seguiu uma tendência a qual denominaremos de **progressista-democrática**, por ter mobilizado “significações” no sentido de constituir uma ideologia que procurou defender um determinado modelo de desenvolvimentismo. O governo deposto era um exemplo de uma força modernizante; as políticas para o petróleo e a industrialização nelas baseadas serviam de modelo para os demais. Na aplicação desse projeto nacional, fundamentado na associação com o capital estrangeiro, a Argentina vinha logrando resultados promissores, atingindo altos níveis de desenvolvimento, progressos esses barrados pelas ações do “conluio”.

Identificamos aqui, através da crítica ao golpe sofrido pela democracia argentina, uma possível leitura das tendências políticas que orientavam esses jornais. Vale ressaltar que nossa intenção foi de apenas identificar as características de uma prática discursiva específica, constituída em torno da deposição de Frondizi. Assim, como cabe aqui apenas sugerir algumas reflexões sobre a atuação desses jornais em uma perspectiva mais ampla. Nosso objetivo principal é verificar como essas interpretações atuaram como uma ideologia e para isso entendemos que essas ponderações sobre as tendências e as trajetórias dessas práticas discursivas imprescindíveis.

Nosso objetivo no próximo capítulo será averiguar como as imagens dos agentes envolvidos na crise no país vizinho foram elaboradas e sua possível mobilização. No próximo capítulo o foco será nas imagens dos agentes modernizantes.

Esses seriam os grupos, partidos e movimentos políticos que estavam envolvidos em processos que almejavam o desenvolvimento nacional. Centramos em dois desses, protagonistas do evento que estamos estudando: o peronismo e os radicais intransigentes.

CAPÍTULO 4

AS IMAGENS DA OPOSIÇÃO OLIGÁRQUICA NA ARGENTINA

Um importante recurso na elaboração de uma interpretação da queda de Frondizi foi a maneira como o discurso dos jornais entenderam a ação dos agentes da trama política na Argentina. Ao definir essa como uma categoria analítica desse estudo, parte-se do pressuposto de que tais imagens foram um elemento crucial na composição de uma ideologia. Em diversos momentos históricos, personalidades como Getúlio, Jânio, Juscelino, Kennedy, Castro, Che, Jango – todos esses protagonistas da cena política americana – foram, ao mesmo tempo, através de suas imagens públicas, também um elemento na composição de discursos.

No entanto, o foco desse capítulo será naqueles atores da política argentina que estiveram relacionados com a oposição às estruturas oligárquicas, em especial o peronismo e o radicalismo. É possível perceber que os jornais analisados concederam notoriedade às maneiras como esses agentes atuaram nos processos políticos que culminaram na deposição de Frondizi. Os porquês desse foco podem ser explicados por distintas razões, mas principalmente pelo fato de que ambos os grupos se relacionaram intimamente com o poder na Argentina naquele período.

A maneira como as formulações discursivas em torno desses grupos políticos argentinos operaram em dois sentidos: por um lado, as interpretações sobre a atuação do peronismo e do radicalismo podem ter tido seu sentido mobilizado no objetivo de complementar outras estratégias discursivas mais amplas. Por exemplo, a “racionalização” do peronismo como um inimigo a ser combatido pode ter sido um elemento de uma ideologia que visou unificar os indivíduos em torno da democracia. Por outro lado, essas imagens podem ter operado como uma ideologia por si próprias. Antes de iniciarmos a análise dos discursos dos jornais, torna-se imprescindível pontuarmos as características desses movimentos políticos e situá-los historicamente.

4.1. A oposição oligárquica na Argentina

Ao longo do século XX, tanto no Brasil, quanto na Argentina, surgiram grupos políticos interessados em buscar o desenvolvimento sócio-econômico por uma via

distinta do esquema agro-exportador. Como vimos no capítulo anterior, através da introdução de um novo pensamento, esses setores protagonizaram os embates políticos ao longo dos anos 50 e 60. O debate político-econômico foi acrescido de novos termos e pontos de reflexão, tais como a noção de subdesenvolvimento e a industrialização como alternativa para superar as desigualdades entre o centro e a periferia.

Da mesma maneira, esses antagonismos regeram o contexto político no Brasil. Quando a grande imprensa do Rio de Janeiro se voltou para o acontecimento foco desse estudo, viu em seus atores um referencial na constituição de imagens dos agentes da trama brasileira. Portando, as interpretações sobre as maneiras como os agentes históricos que exerceram uma oposição ao sistema oligárquico, na Argentina, operaram no contexto sócio-histórico estruturado brasileiro, em uma possível leitura, atuaram no objetivo de estabelecer ou sustentar relações de dominação.

Mesmo correndo o risco de pecar pela generalização, é possível identificar, na Argentina, o desenvolvimento de duas grandes vias de oposição as práticas relacionadas a esse pensamento progressista.¹ Uma relacionada com um “nacionalismo exaltado”, representada pelo peronismo, e outra, o radicalismo, que também partiu de acepções nacionalistas, mas que em determinado momento passou a defender um desenvolvimento associado com o capital internacional.

No seguimento dessa seção iremos tratar sucintamente das origens desses movimentos políticos argentinos. Nosso objetivo é procurar compreender as principais características desses grupos, mapeando a sua atuação no contexto do país vizinho e suas plataformas políticas, com o fim de subsidiar a análise das maneiras como esses atores tiveram suas imagens constituídas pelos jornais analisados.

¹ Foram inúmeros os grupos, tanto no Brasil, quanto na Argentina, que se identificaram com a oposição às práticas relacionadas ao pensamento conservador. Em suma, o que estamos sustentando é que no Brasil apenas um desses grupos adquiriu maior notoriedade e conseguiu inserção política, o trabalhismo. Na Argentina houve dois grupos que lograram êxito político e puderam estabelecer uma prática anti-oligárquica por dentro do Estado: o peronismo e o radicalismo. Essas próprias correntes estabeleceram associações com outros grupos, sofreram com alterações doutrinárias e cismas ao longo do tempo. (Cf: ROCK, David (org.). **La derecha argentina:** Nacionalistas, neoliberales y clericales. Buenos Aires: Ediciones B, 2001. BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem:** Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. (1914 – 1945). São Paulo: Loyola, 1999.)

4.1.1. As origens e as bandeiras políticas do radicalismo

A Unión Cívica Radical surgiu no final do século XIX como um partido político que tinha por base a oposição à hegemonia das oligarquias e a sua prática “liberal-conservadora”.² Mesmo se tratando de uma dissidência oligárquica, sua principal bandeira foi a reivindicação por reformas democráticas na Argentina e a luta contra os privilégios das elites ligadas à terra. Seu surgimento esteve ligado com um evento conhecido como “Revolución del Parque”. Essa foi uma ampla revolta contra o governo conservador de Miguel Ángel Juaréz Celman, encabeçada por um movimento político denominado por Unión Cívica, que tinha uma heterogênea composição.³ Esse grupo contou com a participação de notórios líderes da política nacional argentina, como, por exemplo, Bartolomeu Mitre, ao mesmo tempo em que contava com jovens sem filiação partidária anterior e dissidências da oligarquia hegemônica. Após quatro dias de confrontos nas ruas de Buenos Aires, o motim foi sufocado pelas forças do governo. No entanto, o seu resultado foi a renúncia de Celman e marcou a fundação de um grupo político que encabeçou a luta por reformas democráticas no país platino nas décadas seguintes, a Unión Cívica Radical.⁴

Entretanto, o êxito eleitoral dos radicais só veio em 1916, com a ascensão de Hypólito Yrigoyen ao posto de presidente da Argentina. Anos de conturbada conjuntura internacional devido à Primeira Guerra Mundial, também representou o final do “unicato”, período de plena hegemonia do Partido Autonomista Nacional (PAN),⁵ que veio a se fragmentar em diversos partidos conservadores de abrangência provincial.⁶ Os êxitos dos radicais se deveram também ao crescimento da classe média argentina. Descontente com os privilégios das oligarquias e as recorrentes fraudes eleitorais, esses setores foram cooptados por seu discurso democrático. Também vale destacar a reforma

² Os historiadores vêm definindo a ordem predominante na política argentina entre 1880 e 1916 como “liberal conservadora”. Esse termo é utilizado em virtude desse grupo de políticos, ligados ao PAN, defender bandeiras como a liberdade de mercado, a europeização (imigração européia), educação pública, uma sociedade laica e que o governo fosse exercido por uma minoria abastada. (cf.: DEUSCH, Sandra McGee. **La derecha durante los primeros gobiernos radicales, 1916 – 1930**). In: La derecha argentina: Nacionalistas, neoliberales y clericales. Buenos Aires: Ediciones B, 2001. pp. 74)

³ Cf.: WASSERMAN, Cláudia. **Palavra de Presidente**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. P. 57 – 58

⁴ Após a “Revolución del Parque”, a Unión Cívica articulou a candidatura à presidência de Bartolomeu Mitre. No entanto, Mitre se aproximou dos conservadores ligados a Julio Roca, causando desagrado em amplos quadros do partido. O resultado foi o cisma do movimento, sendo que aqueles setores que não aceitaram o acordo com as oligarquias fundaram a Unión Cívica Radical. (Cf.: WASSERMAN. Op. Cit. p. 57 – 58.)

⁵ Foi o partido representante das oligarquias argentinas e esteve no poder interruptamente de 1880 a 1916.

⁶ Cf.: DEUSCH. Op. Cit.

eleitoral ocorrida em 1912, que aboliu o “voto cantado”, instituindo o voto obrigatório e secreto para todos os homens, não pardos, maiores de 18 anos.⁷

Ao longo da década de 20 houve a hegemonia da Unión Civica Radical, com os dois mandatos presidências de Yrigoyen (1916 a 1922 e de 1926 a 1930) e o de Marcelo Alvear (1922 a 1926). Nesse período, a plataforma política dos governos radicais se centrou em questões relativas à prática de políticas nacionalistas. Por mais que não tenham ocorrido grandes reformas estruturais, os esforços dos radicais representaram uma tentativa de rompimento com as práticas políticas conservadoras predominantes do país desde o final do século XIX. Procurou-se consolidar um regime democrático, que por maior que tenha tido suas limitações, representou um avanço em comparação ao sistema eleitoral anterior. Ao mesmo tempo, houve uma política econômica voltada para dentro, procurando favorecer uma incipiente industrialização e prezando pela participação do Estado na economia. Um exemplo foi a criação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) nesse período, a estatal petrolífera argentina.⁸

Os governos radicais foram interrompidos no contexto da crise mundial de 1930. Um golpe conservador depôs Yrigoyen e culminou na ascensão de um velho partidário das oligarquias, o militar José Felix Uriburu.⁹ Com esse episódio se inaugurou o período da história argentina conhecido como “década infame”, que se estendeu até 1943 e caracterizou-se pelo retorno da uma prática política ligada a um “liberalismo-conservador” e nas constantes fraudes eleitorais. Durante esse período, assim como ao longo do governo peronista, o radicalismo se pôs na oposição, não conseguindo, em virtude de seu discurso em prol da democracia, posicionar-se efetivamente no poder.¹⁰

No entanto, ocupou um destacado papel na queda de Perón, exercendo efetiva oposição nos momentos antecedentes a “La Libertadora”. A atuação de políticos radicais, como, por exemplo, Arturo Frondizi e Balbín foram cruciais para a vitória do movimento. No entanto, a derrubada do peronismo não representou uma solução

⁷ Idem.

⁸ Cf.: WASSERMAN. Op. Cit. DABÈNE. Olivier. **América Latina no século XX**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. pp. 67 – 68.

⁹ Mesmo tendo sido um golpe encabeçado por um membro das forças armadas, não podemos definir simplesmente a trama que culminou na deposição de Yrigoyen como sendo militar. Importante notar que esse foi um movimento, que mesmo que tenha contado com a simpatia dos círculos militares, foi composto por civis, diferentemente do golpe de 1943. (Cf.: ⁹ PLOTKIN, Mariano Ben. **El día que se inventó el peronismo: La constitución del 17 de octubre**. Buenos Aires: Sudamerica, 2007.)

¹⁰ Cf: ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

definitiva para o conturbado contexto político argentino. Mesmo dentro da Unión Cívica Radical houve divergências sobre qual deveria ser o posicionamento do partido na nova ordem, principalmente no que foi referente ao destino do peronismo. Os embates sobre essas questões foram o prelúdio de mais um cisma do radicalismo que, como apontado anteriormente nesse estudo, dividiu-se em duas agremiações: A UCR Intransigente e a UCR del Pueblo. A primeira, filiada a um pensamento mais progressista, defendeu a necessidade de um diálogo com o peronismo, enquanto o grupo denominado “del Pueblo”, se pôs a favor de uma plataforma mais conservadora e da exclusão dos partidários do “ex-ditador” da política nacional.¹¹

Após o término do processo desencadeado pela “Revolución Libertadora”, existiam na Argentina três grandes possibilidades de pensar a organização da nova ordem política. Por um lado, um novo retorno do pensamento “liberal-conservador” nos mesmos moldes do período entre 1880 e 1910. Por outro, um nacionalismo reformado, semelhante ao peronismo, mas acrescido pela idéia de lograr inversões externas e uma industrialização pesada. Entre essas duas se situou o que Pablo de San Román denominou como o “desarrollismo”. Essa tendência do pensamento político argentino teve em Arturo Frondizi e no radicalismo intransigente seus maiores expoentes. Sobre as características do pensamento desenvolvimentista argentino, San Román sustenta que:

(...) constituía la opción renovadora. Como una especie de tercer camino entre los principios clásicos y la doctrina peronista. Proponía impulsar la industria de base (petroquímica, siderúrgica, minera) como método para romper la “dependencia”, capitalizar la economía y edificar un mercado autosuficiente. Sostenía una postura más decidida a favor del capital extranjero y recuperaba la imagen de la empresa privada como motor del crecimiento.¹²

Nas eleições de 1958, as primeiras desde a “restauração democrática”, essas tendências políticas tiveram em oposição. Perante a sua proscrição, o peronismo estabeleceu uma aliança com os radicais intransigentes, que culminou na vitória de Frondizi. O novo governo tinha a difícil tarefa de lidar com os pólos antagônicos da sociedade argentina. O projeto desenvolvimentista, portanto, tinha de lidar com as

¹¹ Cf.: Idem e POTASH, Roberto. **El Ejército y la Política en la Argentina (1945 – 1962)**: de Perón a Frondizi. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

¹² Cf.: SAN ROMÁN, Pablo de. **Conflicto político y reforma estructural: La experiencia del desarrollismo en Argentina durante la presidencia de Frondizi. (1958 – 1962)**. Alcalá: Instituto de estudios latinoamericanos de la Universidad de Alcalá, 2009. p. 7.

pressões conservadoras, sobretudo nas forças armadas, que exigiam uma postura rígida do governo frente ao peronismo, e as reivindicações dos peronistas, responsáveis pelo êxito eleitoral.¹³

Talvez a maior exemplificação da prática por parte dos radicais intransigentes de um programa de governo de bases desenvolvimentista foi a questão petrolífera. A Argentina, assim como o Brasil, passava, na década de 50, por sérios problemas de geração de energia. O país que viveu um surto industrializante durante os governos Perón e um aumento considerável da população urbana. O processo de geração de energia elétrica estava fundamentado na queima de petróleo. Para atender a demanda nacional, o Estado comprometia boa parte de seu orçamento, cerca de 30%, para aquisição dessa matéria prima no exterior.¹⁴

A solução encontrada pelos radicais intransigentes foi a promoção do estímulo à exploração de petróleo na própria Argentina, que contava com reservas na região da Patagônia. Não havendo recursos internos para impulsionar tamanha iniciativa, o governo Frondizi buscou, através da aproximação com o capital estrangeiro, uma solução para essa questão. No entanto, a maneira como foi instituída essa associação foi distinta do que era comum na época aos países latino-americanos: esses optavam ou pela concessão a empresas estrangeiras para a exploração, ou, como no caso do Brasil, estatizavam o processo. Porém, o governo Frondizi formulou outra forma de associação, onde eram estabelecidos contratos com as empresas estrangeiras. Portanto, essas empresas exploravam e extraíam o petróleo e os entregava ao governo argentino em troca de divisas.¹⁵

Em torno dessa campanha, Frondizi conduziu um amplo discurso, ressaltando que tal questão era ponto essencial para o desenvolvimento econômico argentino. Com o seu êxito, passando o país platino de importadora para possível exportadora, os recursos que outrora eram depositados na compra de matéria prima para a produção de energia agora eram investidos na industrialização do país. Esses recursos foram postos principalmente na consolidação de uma ampla infra-estrutura, a fim de atender as demandas geradas pelo crescimento econômico no país. Assim, embasado por essa concepção de desenvolvimento internacionalizado, com a participação incisiva do

¹³ Idem.

¹⁴ Cf.: LUNA, Felix. **Argentina:** de Perón a Lanusse, 1943-1973. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

¹⁵ Cf.: SAN ROMÁN. Op. Cit

capital estrangeiro, durante o governo Frondizi, a Argentina conheceu um amplo desenvolvimento de sua indústria pesada, principalmente nos setores de química, automotiva e metalúrgica.¹⁶

4.1.2. A invenção do peronismo

O movimento político conhecido como peronismo é objeto de diversos estudos, tanto em seu país de origem quanto no Brasil. A sua trajetória na política argentina, relacionada como a ascensão de uma política de massas na América Latina, fenômeno denominado por muitos estudiosos como populismo,¹⁷ instigou diversos pesquisadores em ambos os lados da fronteira. Não somente acadêmicos, mas o justicialismo e seu prócer, Juan Domingo Perón, serviram de subsídio para formulações para as mídias do período. O historiador argentino Mariano Ben Plotkin ressalta que:

(...) el fenómeno de masas conocido como peronismo sigue intrigando por igual a analistas y observadores en general, tanto locales como extranjeros. La pregunta acerca de la “verdadera naturaleza” de este movimiento popular, que há ocupado un lugar central em la política del país desde de su mismo nacimiento, continúa estando tan vigente hoy como lo estava em 1945.¹⁸

As origens do peronismo como movimento político de massas estão relacionadas com o nacionalismo nas forças armadas durante a década de 1940. Em novembro de 1943, um golpe militar, liderado pelo general Arturo Rawson, derrubou o presidente Ramón Castillo, pondo fim a uma década de governos conservadores. O golpe foi gestado por um grupo de militares nacionalistas, que se organizavam em torno de uma “logia” semi-secreta, o Grupo de Oficiais Unidos (GOU). Entre as principais características doutrinárias desse grupo, além do nacionalismo, estava a simpatia com o fascismo europeu e a defesa da tese de que a Argentina deveria ocupar uma posição hegemônica na América Latina. O êxito do golpe em muito se deveu aos

¹⁶ Idem.

¹⁷ Como nosso objetivo é apenas pontuar as origens e as plataformas do peronismo, não entraremos no debate sobre o populismo na América Latina. Esse é um tema controverso na historiografia latino-americana, onde existe um intenso debate e as posições variam desde a sua definição como um período de transição entre as sociedades tradicionais para um capitalismo moderno (Cf.: LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. IANNI, Octavio. **Colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.), até a sua abolição como conceito científico (Cf.: A coletânea de textos em FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.)

¹⁸ PLOTKIN. Op. Cit.

descontentamentos gerados pelos governos da “década infame” e a emergência no panorama político argentino de grupos relacionamos com um pensamento nacionalista ou mesmo simpatizantes do fascismo europeu.¹⁹

Dentro desse clima de crítica ao liberalismo, os membros do GOU ascenderam ao governo e, ao longo dos três anos que lá permaneceram, conduziram uma política fundamentada em aspectos, tais como: o compromisso do Estado em reger a ordem social, evitando o conflito entre as classes sociais e impedir, assim, a ascensão de doutrinas exóticas entre as camadas populares argentino; uma retórica moralizante com relação à administração pública, em resposta a corrupção praticada ao longo dos governos da “década infame”; por fim, a necessidade de se conquistar a emancipação político-econômica do país, entendendo como condição para lograr esse objetivo a efetivação de um processo a industrialização no país.²⁰

Nenhuma dessas premissas eram novidades no contexto argentino. Muitas dessas idéias foram formuladas e defendidas pelo nacionalismo de direita ao longo da década de 30.²¹ Outras estavam inseridas dentro do próprio “clima da época”, frente ao fracasso do liberalismo, representado pela ocorrência das duas grandes guerras. Por sua vez, essas diretrizes influenciaram a própria doutrina peronista. Juan Domingo Perón foi um destacado membro desse grupo e teve um importante papel, chegando a exercer as funções de secretário do trabalho e de vice-presidente durante o mandato do sucessor de Ramirez, Eldermiro Julián Farrell.²²

A atuação de Perón na Secretaria de Trabajo e Previsión foi um marco na constituição de sua relação com as massas. Desde logo, os vitoriosos de junho de 1943 perceberam o potencial que poderia representar a adesão popular aos seus projetos políticos.²³ Em seus dias a frente da secretaria, o futuro presidente argentino colocou em prática uma série de políticas que visaram arregimentar esses apoios. Foram concedidos aumentos salariais, foi instituído o “aguinaldo” (uma espécie de 13º salário) e o cumprimento das leis trabalhistas, já elaboradas em tempos anteriores, mas nunca praticadas efetivamente.²⁴ Além de estabelecer uma base social nos trabalhadores

¹⁹ WALTER. Op Cit.

²⁰ Esses elementos compuseram o texto de uma proclamação feita pelos golpistas de 43 após sua ascensão ao governo. Nessa apresentaram sua leitura dos problemas que assolavam o país platino e apresentavam aquelas que seriam as soluções. (Cf: PLOTKIN. Op. Cit. pp. 24 e 25)

²¹ WALTER. Op. Cit. BEIRED. Op. Cit. PLOTKIN. Op. Cit.

²² Cf.: PLOTKIN. Op. Cit. PRADO. Op. Cit.

²³ Cf.: PLOTKIN. Op. Cit.

²⁴ Cf.: PRADO. Op. Cit.

urbanos, o objetivo também foi de desarticular os sindicatos mais politizados, combativos e independentes frente ao governo, de filiação doutrinária socialista, comunista e anarquista.²⁵

Após três anos de governos militares, foram realizadas as eleições que culminaram na ascensão de Juan Domingo Perón ao cargo de presidente da Argentina. Mesmo perante a forte oposição à sua pessoa, oriunda, sobretudo, da embaixada dos Estados Unidos, que o via como uma ameaça aos interesses dos capitais estadunidenses no país, Perón obteve um amplo êxito nas urnas.²⁶ O predomínio do peronismo na política argentina se estendeu até 1955, quando o “ditador do Prata” foi derrubado por um golpe militar, a já mencionada “Revolución Libertadora”. Ao longo dos quase 10 anos no governo, seguiu-se uma política nacionalista, que impulsionou a industrialização do país. Através da Confederación General del Trabajo o peronismo organizou uma base sindical que foi um dos seus principais instrumentos de sustentação política.

4.2. O peronismo e as interpretações de suas relações com a crise

A importância do peronismo para a composição de interpretações sobre a Argentina, e mesmo para a de imagens dentro do contexto brasileiro, é perceptível claramente. Houve importantes momentos onde, como já foi abordado por outros estudos, as interpretações referentes a esse movimento político foram amplamente tratadas pelos jornais brasileiros. A denúncia do “Pacto ABC” e a famosa carta, que se descobriu ser uma falsificação, onde João Goulart foi associado a uma conspiração antibrasileira, são exemplos onde o estabelecimento de relações entre os dois lados da fronteira serviu como estratégia para uma ideologia.²⁷

²⁵ Idem. pp. 43 – 44.

²⁶ No período antecedente as eleições houve uma forte batalha entre Perón e os grupos ligados aos interesses estadunidenses e ao conservadorismo. Esses eventos, sobretudo, culminaram na sua prisão e no confronto direto com o embaixador de Washington através de manifestos ao público. O livro azul do embaixador Spruillen Braden, que alertava a sociedade argentina sobre os perigos de uma vitória eleitoral do vice-presidente e o livro azul e branco, onde Perón se defendeu das acusações do embaixador e clamou as massas a se unirem perante a tentativa de intervenção externa. (Cf.: SCHOUTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão**. Bauru: Edusc, 2000. Cap. 16)

²⁷ O Pacto ABC foi uma tentativa entre os presidentes do Brasil, Getúlio Vargas, da Argentina, Juan Domingo Perón e do Chile, Carlos Ibañez, que firmar um tratado de cooperação entre esses países. As negociações foram articuladas pelo lado brasileiro pelo embaixador em Buenos Aires, João Batista Lusato, e mantido sob sigilo. O vazamento na mídia da existência de tais trâmites foi o motivador de um

No entanto, não somente as relações do peronismo com o Brasil foram instrumentos do discurso jornalístico; esse movimento foi identificado por consideráveis produtores discursivos brasileiros como sendo um resquício do “totalitarismo europeu”, como uma manifestação negativa na política, associado a “governos imprudentes”, “líderes demagogos” e à própria “barbárie social”.²⁸ Essas caracterizações, em alguns momentos, também se apresentaram como analogias subentendidas, uma estratégia na caracterização da atuação de atores na trama política nacional. Partido desses pressupostos, nesse primeiro momento da presente análise, verificar-se-á como a atuação dos peronistas foi descrita por esses jornais e as suas possíveis mobilizações ideológicas.

A produção discursiva de **O Globo** referente aos acontecimentos que cercam a deposição de Frondizi teve no peronismo um de seus principais pontos de reflexão. As relações desse movimento político com a própria vigência da crise, decorrente da anulação das eleições, foram um elemento essencial do discurso do jornal. Historicamente, boa parte da grande imprensa brasileira atribuiu à tríade formada pelo partido justicialista, a “Confederación General del Trabajo” (CGT) e o próprio Perón a responsabilidade pela promoção das mazelas sociais daquele país, relacionando-os com os vícios de sua política. Não foi diferente com relação à repercussão dos eventos analisados. Em peça editorial, publicada em um dos momentos de maior tensão da crise, intitulada “Compreensão e simpatia pela Argentina”, o peronismo recebeu as suas mais sofisticadas interpretações:

Antes, representa ele o tipo dos governos imensamente prejudiciais à coletividade não só por seu caráter pessoal, como pela teatralidade das atitudes destinadas apenas a manter acesa a chama dos entusiasmos fáceis, embora com sacrifício da boa ordem da administração.²⁹

grande “escândalo” que abalou o governo Vargas. Ver mais em: RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **O Pacto Abc**. Passo Fundo: UPF, 1996.

²⁸ Alguns exemplos de estudos que abordaram as maneiras como as imagens do peronismo foram elaboradas por produtores discursivos brasileiros podem ser encontradas em: RECKZIEGEL, Idem.

²⁹ “Compreensão e simpatia pela Argentina”. **O Globo**, 22 de março de 1962. p.1.

Dessa forma, o peronismo foi atribuído de uma série de valores negativos, postos em antagonismo aos de uma “democracia virtuosa”. Quando se tratou de estabelecer as ligações desse movimento político com a própria emergência da crise no país vizinho, o jornal carioca remeteu as origens da instabilidade política aos tempos em que Juan Domingo Perón esteve no governo. Através desses referenciais, em um possível leitura, o discurso do jornal promoveu o exemplo argentino como um instrumento para uma reflexão relativa à própria situação brasileira. Houve a preocupação de que algo parecido com o peronismo pudesse se repetir no Brasil, gerando situação semelhante na política nacional brasileira:

O Brasil é que não pode deixar que os acontecimentos sigam o curso que lhes imprimiram os nossos vizinhos sem testemunhar-lhe nossa afetuosa simpatia e compreensão, inclusiva porque o ditador “justicialista” sempre foi um inimigo do Brasil, de sua autoridade e até de sua independência. Que diga o célebre manifesto do G.O.U.³⁰

Outro caminho estabelecido por **O Globo** na constituição de uma imagem pejorativa desse grupo político foi a referência ao manifesto do Grupo de Oficiais Unidos (GOU), texto esse visto, pelo menos por esse periódico, como um dos marcos fundadores do peronismo. Em seus princípios, esse documento sustentava que a Argentina deveria ocupar um lugar privilegiado nas relações sul-americanas e que o Brasil era o seu principal rival na consolidação dessa hegemonia.³¹ Portanto, na ótica apresentada pelo discurso do jornal, dentro das ditas concepções do próprio peronismo, os dois países rivalizavam por uma posição privilegiada na cena política sulamericana. Logo, uma nova ascensão do peronismo representaria a promoção de um adversário do Brasil ao governo de um país irmão.

Em mais um texto de autoria de Augusto Frederico Schmidt, a imputação do peronismo como percussor do “caos argentino”, em todos os seus aspectos – político, social e econômico, foi mais uma vez referendada. Segundo o articulista de **O Globo**, antes mesmo de garantir a redemocratização do país platino, Frondizi tinha pela frente ao assumir o governo a complexa missão de lidar com as heranças dos anos da “ditadura” de justicialista. No período em que esteve à frente do governo, Perón teria

³⁰ “Compreensão e simpatia pela Argentina”. **O Globo**, 22 de março de 1962. p.1.

³¹ Cf.: PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. Da Tríplice Alianças ao Mercosul. Rio de Janeiro: Reva, 2003. FAUSTO, Bóris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: Um ensaio de história comparada. São Paulo. Editora 34, 2004.

conduzido o país a uma situação dramática. Conforme o discurso do jornal, todos os recursos nacionais teriam sido consumidos na manutenção de uma política irresponsável; ao invés de garantir a melhoria das condições de vida da população através do desenvolvimento econômico, processo de longo prazo, teria se optado por saciar as demandas populares via uma excessiva assistência econômica:

Frondizi tomou aos ombros, não só uma tarefa imensa, como uma terrível responsabilidade. A primeira consistia em salvar a nação do caos econômico e financeiro, herança do excesso de assistência social em comparação com a insuficiência de desenvolvimento econômico do peronismo; a segunda era reconduzir a Argentina, depois de tantas agitações e altos e baixos, à democracia saneada e séria.³²

A responsabilização do peronismo pela situação frágil da economia argentina foi conduzida através do uso de uma operação ideológica consistida na “narrativação”³³ dos tempos em que Perón era o governante daquele país. Foram feitas uma série de referências a políticas conduzidas naqueles tempos pelo discurso do jornal. Uma primeira foi a polêmica que envolveu a conjuntura do país platino logo após o término da Segunda Guerra. As estatizações promovidas por Perón, no início de seu primeiro mandato, através do uso das divisas logradas ao longo do conflito, teriam se caracterizado como uma política negligente.

Segundo a interpretação apresentada por **O Globo**, os recursos nacionais foram gastos na aquisição de velhas e obsoletas estradas de ferro inglesas e na compra de outras empresas de serviços, como a de telefonia. Destarte, o peronismo promoveu um processo de industrialização que foi prejudicial, uma vez que houve a queima desorientada de divisas e se deixou de investir na atividade que mais lucros lograva a economia argentina, a agricultura. Em suma, deixou-se de investir na agro-exportação em prol de uma industrialização “torta”, que desequilibrou a economia argentina:

Como, por exemplo, as estradas de ferro pertenciam a emprêsas inglêsas, e se achassem em mau estado de conservação (quatro anos de guerra sem reposição dos materiais), logo as encampou estrepitosamente, passando aos seus proprietários os esterlinos depositados em Londres a trôco daquele ferrovelho carente de renovação imediata. O mesmo aconteceu com os telefones e tôdas as demais organizações concessionárias de serviços públicos. E assim

³² “Crise argentina I”. **O Globo**, 24 de março de 1962, p.2.

³³ O uso desse conceito nessa análise se inspira na proposta de John Thompson. Segundo esse autor, “narrativação” é um modus operandi da ideologia que atua através da “narrativa do passado e tratam do presente como uma tradição eterna e aceitável. De fato, as tradições são muitas vezes inventadas a fim de criar sentido”. (Cf.: THOMPSON, John, **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.83.)

por diante: lançando-se a uma campanha pela industrialização a toque de caixa, ocorreu o abandono dos campos, a superpopulação dos centros urbanos, a crise na agricultura e pecuária.³⁴

Essa descrição das políticas dos primeiros anos do peronismo foi finalizada com a indicação de que os resultados de tais políticas teriam sido catastróficos. Segundo o discurso do jornal, o fato daquele setor descrito como o mais forte da economia, a agricultura, estar fragilizado, tanto pela falta de investimentos como pelo êxodo rural, o país platino perdera o seu potencial como exportador. Por consequência, houve a diminuição da capacidade de importações, gerando um processo inflacionário:

(...) as divisas voaram rapidamente, as importações aumentaram de valor e quantidade, as exportações diminuíram na mesma medida. Em breve, a inflação dominou o país, no qual ele passou a pontificar, não mais apenas como Chefe de Governo, senão como *sacerdote magnus* de uma nova religião do Estado - o “justicialismo”, cópia ou tradução do baixo fascismo.³⁵

Mesmo correndo o risco de ser repetitivo, vale ressaltar que não nos cabe averiguar se essa leitura econômica foi procedente. O que interessa é o fato dela nos indicar que o discurso do jornal construiu, através da “narrativação” dos tempos de Perón, a responsabilização da desordem das forças produtivas daquele país ao peronismo. Assim, o resultado daquelas políticas imprudentes teria sido o desequilíbrio das finanças argentinas, em prol da prática de uma “demagogia assistencialista” ao preço do próprio progresso nacional. Na metáfora utilizada pelo discurso do jornal, o justicialismo eras algo semelhante a uma seita religiosa; converteu o Estado na Argentina em uma “religião”, onde Perón era o “sumo sacerdote”. Dentro da ótica apresentada, o peronismo era uma réplica do fascismo europeu. Tal “racionalização” teve também a imagem de seu líder como um importante elemento de sua formulação:

Tendo ascendido ao poder pelas urnas, Perón não tardou a revelar seus íntimos intuítos. Indivíduo mais instintivo do que inteligente (no grau em que este dom pode distinguir uma pessoa acima da média), cercado de uma equipe de militares ambiciosos e de civis em geral sem escrúpulos nem experiência de Governo, ei-lo à frente da grande nação platina, que – neutra durante a II Grande Guerra – lograra amellar um intenso fundo de divisas estrangeiras, algumas muito fortes como o dólar.³⁶

³⁴ “Compreensão e simpatia pela Argentina”. *O Globo*, 22 de março de 1962. p.1.

³⁵ “Compreensão e simpatia pela Argentina”. *O Globo*, 22 de março de 1962. p.1.

³⁶ “Compreensão e simpatia pela Argentina”. *O Globo*, 22 de março de 1962. p.1.

Segundo a “narrativação” dos tempos da ditadura peronista, a má gerência dos recursos nacionais foi relacionada não apenas à falta de competência ou de experiência de Perón e seus aliados, mas, principalmente, ao fato desses terem posto seus anseios pessoais acima do bem estar da nação. Os elementos que compunham o cenário “calamitoso” na Argentina foram resultantes de medidas tomadas a fim de manter o ditador e a sua “corja” no governo e, através da corrupção, lhes lograr espantosos benefícios. Além da desordem econômica, outro ponto recorrente foi questão da “manipulação das massas”, que por meio da utilização de uma retórica “demagógica”, puseram os trabalhadores em um confronto “surreal” com outros grupos os quais não eram seus antagonistas, no caso os patrões:

Só Perón e sua grei continuavam eufóricos, sustentando que o povo se considerava feliz e que a Argentina vivia uma época histórica. O desastre não se limitou a tão espantosa desgraça. Para manter-se na crista da onda, instalou um regime social sem base econômica, criou uma sindicalização artificial, instituiu a luta entre os trabalhadores e os produtores. Formou-se a indisciplina, a desordem, a não cooperação entre as classes. Até que um belo dia, o papa “justicialista” teve de fugir em mangas de camisa para bordo de uma pequena corveta paraguaia. Deixou atrás de sua deserção, o dilúvio da anarquia política, administrativa e econômica. Os inquéritos posteriores revelaram o volume da desonestidade oficial, as fortunas fabulosas feitas à sombra do poder e tudo quanto ainda está na memória dos argentinos e da América.³⁷

Nas últimas páginas vimos uma interpretação da crise argentina que se baseou em imagens constituídas em diálogo com o passado do movimento peronista, sobretudo quando Perón foi o líder máximo do país platino. Posteriormente, verificará-se-a que essa foi uma peculiaridade de **O Globo** e que somente nesse jornal o peronismo foi um elemento notório de uma interpretação dos acontecimentos argentinos – não negando que também foi um importante elemento nos demais. Através da alusão à administração peronista, destacando seus vícios, constituiu-se uma imagem de “expurgo” de um modelo político que se fundamentou em uma versão radical do nacionalismo.

Esse discurso não foi uma crítica à industrialização como opção para atingir o progresso nacional. Como foi visto no primeiro capítulo, **O Globo** via com simpatia as idéias que propunham a necessidade de industrializar o Brasil. O que estava sendo “expurgado” eram as práticas governamentais entendidas como “abusivas”, ou seja, o excesso de intervenção do Estado, as estatizações, os programas de assistência as

³⁷ “Compreensão e simpatia pela Argentina”. **O Globo**, 22 de março de 1962. p.1.

camadas baixas – descrita como retórica voltada para as massas e descrita como “demagógica”.

Esse agente histórico indicou em um tom de denúncia a existência do interesse, por parte de determinados setores da sociedade brasileira, de promover a ascensão de um tipo de governo semelhante ao peronismo. Portando, o “expurgo” desse movimento político argentino teve uma possível mobilização no sentido de constituir a imagem de que havia, no Brasil, indivíduos que pretendiam romper com a democracia a fim de instituir ordem semelhante:

Alucinado pelo desejo de aparecer como o renovador da Pátria, Perón entrou a gastar sem conta nem medida os depósitos de que a Argentina dispunha no exterior. Demagogo de base elementar, arvorou desde o começo a bandeira do nacionalismo, das campanhas sistemática contra o estrangeiro, como se os outros povos se constituíssem de inimigos e exploradores de sua Pátria. *A mesma história que aqui estamos presenciando sob certos aspectos.*³⁸[grifo nosso]

As estratégias para essa crítica foram diversas. A analogia do justicialismo como uma religião, por exemplo, procurou invalidar o caráter político do movimento, caracterizando-o como uma “seita irracional”. Por outro lado, houve a associação com práticas corruptas. Um exemplo foi a “alienação das massas” através de programas de auxílio, que, por sua vez, comprometeram a economia nacional. Assim, foi formulada por **O Globo** uma imagem dos políticos ligados a essa tendência nacionalista exacerbada como sendo “falsos profetas”, que na Argentina, ao custo da ordem, estabeleceram um regime político a fim de auferir vantagens econômicas. Portanto, todas as mazelas presenciadas na crise sucedida da vitória desses mesmos grupos na eleição do dia 18 de março eram resultantes das suas políticas irresponsáveis conduzidas em seus tempos áureos. Do exílio, o “papa” Perón comandava a sua “horda justicialista” a bloquear o ressurgimento democrático da nação argentina no objetivo de criar as condições para o seu retorno, porque:

O menos que pretendia Perón era dominar a América Latina! O poder nos indivíduos sem equilíbrio gera loucura cesarista. Hoje, um peronismo restaurado na Argentina constituiria um aliado de Fidel Castro. Em breve, teríamos o continente ardendo nas fogueiras do comunismo.³⁹

³⁸ “Compreensão e simpatia pela Argentina”. **O Globo**, 22 de março de 1962. p. 1.

³⁹ “Compreensão e simpatia pela Argentina”. **O Globo**, 22 de março de 1962. p.1.

Nessa lógica, do exílio Perón ainda comandava o movimento, que agora havia assumido uma postura combativa a fim de garantir os cargos conquistados. Segundo o discurso do jornal, o objetivo do peronismo não era se inserir no jogo democrático, mas teria sido o criar as condições para o retorno do ex-“ditador”. Foi ressaltada a ameaça representada pelo “neoperonismo” por meio da indicação de sua força social: os sindicatos ligados ao movimento – a temida “organização dos 62” – possuiria cerca de dois milhões de trabalhadores filiados, uma força descomunal a favor dos interesses peronistas, como aparece em reportagem:

Sessenta e dois sindicatos que apoiaram os peronistas anunciaram que entrarão em greve geral por tempo indeterminado como resposta as manobras dos militares. Esses sindicatos contam, juntos, com quase dois milhões de membros. Os líderes peronistas qualificaram as eleições como um pronunciamento contra a política de austeridade de Frondizi e uma ordem para volta do ex-ditador Juan Perón, em exílio na Espanha. Querem colocar Perón no poder em 1964.⁴⁰

O sindicalismo de orientação peronista, portanto, estaria disposto a recorrer à violência, à práticas bárbaras, como pode ser percebido em trecho de outra reportagem: *“O conselho de Coordenação Peronista lançou ontem um manifesto no qual afirma que não vacilará em recorrer ao caminho da violência se com ela se pretende fazer intimidações e calar a voz do povo,”* Percebe-se aqui a composição de uma imagem do movimento peronista como adepto de métodos políticos que não eram os democráticos. Todas as elaborações que remeteram ao que podemos chamar de “peronismo clássico” também compunham o “neoperonismo”. A maneira que os conflitos protagonizados pelos peronistas foram descritos compuseram uma estratégia na constituição dessa imagem:

A tensão nas ruas da capital continuava crescendo ontem em consequência das versões contraditórias sobre a situação política amplamente divulgada pelas emissoras. Grupos pessoas peronistas seguiam na Calle de Florida, tradicional centro comercial da cidade, onde mantinham agitados debates com os intransigentes. Havia momentos em que os debates degeneravam em lutas corporais. Entrementes, algumas pontes sobre o Riachuelo, que marca o limite da capital, foram levantadas para impedir que chegassem à cidade grupos proponentes do “cinturão peronista” de Avellaneda, Lanus e Lomas de Zamora. Policiais armados com armas e foram destacados para essas pontes e estradas de ferro.⁴¹

⁴⁰ “Renunciou o gabinete de Frondizi após o triunfo peronista”. **O Globo**, 20 de março de 1962. p.8.

⁴¹ “O prefeito de Buenos Aires tenta mediação”. **O Globo**, 21 de março de 1963. p. 8

E, por fim, podemos destacar ainda a constituição da imagem belicosa do movimento peronista, atribuindo a autoria de um atentado a bomba aos correligionários de Juan Perón:

Uma bomba explodiu ontem diante da residência do General Benjamin Mercedez, líder do frustrado golpe contra o Govêrno de Perón em setembro de 1951. Foi o primeiro ato de violência de conexão com o pleito de domingo. A Polícia informou que junto ao lugar do atentado encontrou uma bandeira da Aliança Libertadora Nacionalistas, cujos integrantes constituíram as tropas de assalto do regime peronistas.⁴²

Ao contrário do periódico analisado anteriormente, o **Correio da Manhã** voltou sua atenção para o “neoperonismo”. Não houve grandes referências aos tempos da “ditadura” de Perón; o foco foi a caracterização do justicialismo naquele momento histórico. O primeiro ponto destacado pelo discurso do jornal foi a distinção entre dois grupos dentro do movimento: um ligado às velhas lideranças e um outro, de origem mais recente. A “Frente Peronista”, coalizão das forças dos diversos setores que compunham o peronismo para as eleições, apresentava dissensões, em virtude dos desentendimentos entre esses dois grupos.

Os membros mais antigos do movimento estariam descontentes com a aproximação que os mais jovens teriam conduzido com os socialistas. Tal constatação foi evidenciada através de uma reportagem que relatou, dentro ainda da conjuntura pré-eleitoral, o desejo de alguns políticos do “Partido Trabalhista”, composto pelos peronistas do primeiro grupo, de romper com a “Frente”, exatamente pela questão do apoio dos “fidelistas” à candidatura de Andrés Framini:

Cipriano Heyes, secretário-geral do Partido Trabalhista, que foi o principal fator na eleição de Juan Perón à Presidência da Argentina em 1946, exortou hoje publicamente o coronel reformado Domingo Mercante, presidente do partido, a romper as relações com a frente peronista que pretende eleger o governador da província de Buenos Aires o dirigente sindical da indústria têxtil Andres Framini, nas eleições de 18 do corrente. Reyes lançou a acusação de que a frente justicialista de Framini é apoiada não só pelos peronistas como também pelo partido comunista, pelo grupo radical intransigente dissidente fidelista conhecido pelo nome de “Movimento

⁴² “Renunciou o gabinete de Frondizi após o triunfo peronista”. **O Globo**, 20 de março de 1962. p.8.

Nacional” e pelo também fidelista partido socialista argentino de vanguarda.⁴³

Assim como em **O Globo**, o jornal analisado elaborou uma “racionalização” do peronismo onde a sua imagem foi caracterizada como sendo belicosa. Um exemplo da constituição dessa estratégia discursiva foi através da “visibilidade” conferida a declaração de Andrés Framini, publicada pelo jornal estadunidense “Daily News”. O **Correio** citou trecho dessa declaração do governador eleito da província de Buenos, onde esse teria garantido que os peronistas iriam lutar pelo direito de tomar posse dos cargos para os quais foram eleitos de forma pacífica, mas se fosse necessário não hesitariam em fazer uso da força:

Os peronistas lutarão até a morte para ocupar os seus lugares no Parlamento que ganharam no dia 18 de março”, declarou o dirigente peronista Andres Framini, segundo um despacho que publica hoje o “Daily News”, de Washington. Numa entrevista exclusiva, o candidato (eleito) a governador da província de Buenos Aires disse: “Preferimos ocupar nossos lugares sem violência, porém lutaremos caso necessário. Aquêles que provocaram a crise poderiam ter determinado a guerra civil. Porém a disciplina, a tranquilidade e o patriotismo dos operários peronistas impediram o pior. Estamos orgulhosos da nossa prudência”.⁴⁴

Assim, através da “agressividade” atribuída ao peronismo se estabeleceu uma via na constituição do “expurgo” desse movimento político. Em outro momento, após o golpe, foi possível perceber o emprego da mesma estratégia. O periódico carioca conferiu “visibilidade” aos manifestos lançados, tanto pelos radicais intransigentes, quanto pelos peronistas criticando o golpe militar desferido contra o governo Frondizi. Contudo, foram as declarações dos segundos que ganharam maior destaque. Conforme o texto atribuído ao “conselho peronista”, a derrocada do presidente argentino se deu em virtude do não cumprimento de seus acordos eleitorais, associando-se com setores “reacionários” a fim de instaurar uma ordem contrária aos anseios populares. No entanto, o mais relevante para o entendimento da construção da imagem dos peronistas por esse agente histórico está no seguimento dessa reportagem; a sua “belicosidade” foi novamente sugerida quando se destacou a declaração dos peronistas sobre a disposição existente no povo em combater a anulação das eleições:

⁴³ “Proibida propagando totalitária na Argentina”. **Correio da Manhã**, 3 de março de 1962. p.1.

⁴⁴ “Maioria do Congresso exige a volta de Frondizi”. **Correio da Manhã**, 1º de Abril de 1962. p.1.

O comunicado peronista declara que Frondizi caiu porque “traindo seus compromissos eleitorais, burlou a vontade popular, defraudou a opinião pública do país, se aliou (sic) aos grupos que o povo derrotou nas urnas a 23 de fevereiro e utilizou os setores reacionários para instaurar um regime de perseguições políticas e sociais e de subordinação econômica”. Afirma também que “se insistirem em manter proscricções, a insurreição popular e a rebelião das massas será um ato de justiça impossível de frear”. Declara o conselho peronista que a paz do país depende do reconhecimento da validade das eleições realizadas e que é impossível nesse momento reformar o regime eleitoral.⁴⁵

Mesmo o manifesto não afirmando que seriam eles, os peronistas, os promotores da revolta e sim que ela viria da indignação dos populares, é possível subentender a associação do movimento com um possível cenário de revolta social. Razões para temer uma possível mobilização das massas pelo peronismo não faltavam, sobretudo quando se tratou do prestígio que gozavam por dentro da estrutura do sindicalismo argentino. A representação da ameaça sindical peronista teve uma de suas formulações mais efetivas na constituição, especificamente, das imagens de duas organizações; as temidas “Organização dos 62 sindicatos” e a CGT:

A “Organização dos ‘62’”, decidiu decretar greve geral de 24 horas para sexta-feira. Não obstante a CGT, entidade que controla realmente a vida sindical, não se mostrou disposta a apoiar o movimento, pois considera essa iniciativa como parte do “jôgo” de provocação dos militares para justificar um golpe de força. Com os “62”, estão os metalúrgicos, têxteis, empregados nas indústrias de alimentação, couro, vidro, vestuário e outras instituições. Ao lado da CGT alinham-se os ferroviários, gráficos, empregados em transporte urbano, no comércio, nos serviços de navegação e de luz e energia.⁴⁶

Além de enfatizar o poderio dessas organizações sindicais, o **Correio** destacou a reação de suas lideranças ao impedimento dos peronistas de ascenderem aos cargos para que foram eleitos. Os “62” encabeçaram a reação, mas sua influência também foi perceptível em outros núcleos ligados à CGT, como relatou Carlos Heitor Cony. O enviado especial em Buenos Aires descreveu em uma de suas primeiras impressões da situação argentina que esses grupos estariam dispostos a demonstrar a sua força através de uma paralisação de um dia e a ameaça que, uma vez persistindo a intervenção federal no resultado do pleito, em 1º de maio o país iria mergulhar em uma greve geral:

⁴⁵ “Peronistas e UCRI divulgam manifestos”. **Correio da Manhã**, 2 de Abril de 1962. p. 1.

⁴⁶ “Frondizi obteve permissão para reorganizar Gabinete”. **Correio da Manhã**, 22 de março de 1962. p.1.

Os jornais de hoje, trazem um grande manifesto da Federação Nacional de trabalhadores de Luz e Fôrça, entidade filiada a CGT, a qual, discordando do cauteloso organismo central, protesta violentamente contra a anulação das eleições e decreta greve geral para amanhã, mas sem que se afete o serviço público. Em caso de persistir a situação, então os operários deixarão o trabalho em todo o país. É possível que outros sindicatos poderosos, no correr do dia de hoje, abriam nova dissidências na CGT e engrossem a greve amanhã, a qual tem ainda um caráter de advertência, de qualquer forma. E nisso a CGT já concorda, se a 1º de maio, quando da reabertura do Congresso e posse dos eleitos, persistir a situação. A greve então será total e poderá levar a Argentina à guerra civil.⁴⁷

Entretanto, os temores descritos por Cony não se confirmaram, uma vez que a paralisação dos trabalhadores argentinos resultou em fracasso. Segundo a percepção dos acontecimentos do enviado especial, houve a falta de organização dos sindicalistas, decorrente, sobretudo, da fragmentação da liderança em diversos grupos e da ausência de comunicação entre a base sindical e a partidária do peronismo. Outro ponto descrito como desmotivador da greve foi o receio de que a sua ocorrência geraria uma reação violenta do governo, que poderia culminar em uma intervenção nos sindicatos, como o próprio Cony destacou em seu comentário sobre o insucesso da paralisação:

Quanto a greve geral de hoje, redundou ao fracasso devido à falta de unidade do comando entre os diferentes sindicatos. Tal desunião teve por motivo o temor da queda do govêrno, o que poderia significar a intervenção no meio sindical, e a vaidade ferida das associações, que embora peronistas, não foram previamente consultadas. Os setores partidários de Perón e os independentes da CGT concordam agora em não tomar qualquer decisão sem consultar antes os demais grupos. O fracasso da greve poderá acarretar ainda o rompimento da classe trabalhadora, voltando-se à situação antiga quando a existência de diversos blocos na Central Operária provocou amargas derrotas.⁴⁸

Mesmo fracassada a greve, o discurso do jornal não deixou de conferir relevância ao poderio das organizações sindicais peronistas. Tanto que Cony indicou que o diálogo com esses setores da política seria um dos grandes desafios daqueles encarregados de contornar a crise. Segundo esse discurso, essa tensão iria fatalmente culminar em confronto, ou pela intervenção das forças armadas, ou pela ação do novo gabinete. Nesse cenário que estaria repleto de incertezas, o sindicalismo argentino foi caracterizado como um entrave para abrandamento da crise política no país vizinho,

⁴⁷ “Movimento militar para depor Frondizi” **Correio da Manhã**, 23 de março de 1962. p.1.

⁴⁸ “Frondizi perdeu poder derradeiro entregando a mediação a Aramburu”. **Correio da Manhã**, 24 de março de 1962. p.1.

uma vez que os peronistas, por dentro dessas organizações, estavam dispostos a levar o embate até as últimas consequências, ou seja, a greve geral de 1º de maio:

Onde a missão de Aramburu se destina ao mais completo fracasso é no setor sindical. O qual, mais cedo ou mais tarde, terá de ser levado em conta. A greve de ontem fracassou por falta de comando único, mas é possível que as diversas correntes gremiais se fixem também num roteiro comum, o que fortalecerá imprevisivelmente a greve inicialmente esboçada para 1 de maio. Se ela tiver caráter geral, as forças armadas serão obrigadas a intervir. Há também a possibilidade de o novo Gabinete intervir na vida sindical, cortando o obstáculo pela raiz.⁴⁹

Levando em consideração todas essas “racionalizações” constituídas em torno do peronismo, foi possível perceber que a composição de sua imagem esteve vinculada a interpretações focalizadas no presente, não no passado do movimento. No entanto, assim como em **O Globo**, o “neoperonismo” foi descrito como sendo uma ameaça. As estratégias para a formulação dessa imagem partiram de atribuições, como, por exemplo, a “belicosidade” e a sua atuação “demagógica” junto às massas. O “expurgo” do peronismo pode não ter sido um dos eixos centrais da constituição de um discurso ideológico, como no caso de **O Globo**, mas foi importante ao compor uma questão norteadora da estratégia discursiva.

Como foi visto no capítulo anterior, a ideologia constituída por esse jornal se referiu a situação promotora da crise como sendo um paradoxo: “como a população argentina poderia ter dado respaldo nas urnas a candidatos relacionados a grupos antidemocrático”? Portanto, a imagem do peronismo como um movimento político antagônico a democracia atuou como complemento dessa “racionalização”. A idéia de que o despreparo do povo para o exercício da cidadania era um empecilho para a consolidação da democracia na Argentina. Assim, constituiu-se uma possível operação ideológica por meio da sugestão de que essa situação poderia ocorrer no Brasil.

Por fim, o jornal não perdeu de vista os usos da imagem do prócer do peronismo como um elemento na constituição de um discurso referente ao movimento. Em seu exílio, Juan Domingo Perón foi atribuído de uma nova caracterização: de “conspirador”. Em nenhum momento deixou de articular seu retorno à Argentina, de preferência nos braços do povo e reassumindo sua antiga posição de “ditador”. Essa atribuição à imagem de Perón teve uma exemplificação em reportagem publicada no

⁴⁹ “Primeiros nomes do novo Gabinete na Argentina”. **Correio da Manhã**, 25 de março de 1962. p.1.

início da crise, onde foi descrita a ação do ex-“ditador” que procurou reunir seus partidários a fim de traçar as estratégias do movimento perante a situação e destacou a sua ambição de voltar a habitar a Casa Rosada:

Perón conversou no seu apartamento com vários amigos, entre eles dois dirigentes peronistas que chegaram aqui esta semana: Alberto Iturbe, presidente do Conselho Coordenador do peronismo, e o sindicalista Marino Tedesco, representante do governador eleito da província de Buenos Aires, Andres Framini. Disse Iturbi que o atual é “um momento de emergência”, e que “o peronismo está com a democracia e a Constituição, e pela vontade popular, tal como foi expressa nas últimas eleições. Segundo íntimos de Perón, o ex-ditador “jamais perdeu a sua ambição de voltar ao govêrno”. Apesar da proibição oficial imposta pelo govêrno espanhol, Perón recebe aqui numerosos visitantes da Argentina e dirige de Madri as atividades peronistas.⁵⁰

Dentro das reflexões propostas pelo **Jornal do Brasil** referentes ainda à situação do país às vésperas da eleição de 18 de março, o peronismo ganhou um lugar de destaque. Os discursos produzidos no período antecedente ao pleito argentino indicavam que aquele era um momento chave para a consolidação do regime democrático argentino, uma vez que eram as primeiras eleições onde os peronistas iriam concorrer após a deposição do ex-“ditador”. Também seria verificada a aceitação ou não das políticas do atual governo, que detinha a maioria dos congressistas, mas que muito se devia ao apoio prestado pelo peronismo, agora o seu principal antagonista eleitoral. Perante a perspectiva da conquista de uma ampla margem de votos pelos correligionários de Perón, o texto do jornal indicou que essa situação poderia conduzir a Argentina para uma crise política:

O apelo de Frondizi foi, como se afirma, decorrência da clara preocupação do Govêrno ante o grande número de votos que, segundo se espera, serão conquistados pelos peronistas. E se, porventura, eles conseguissem vencer o pleito, a Argentina passaria por um período de dificuldades, justamente quando se aproxima a sucessão presidencial, que ocorrerá dentro de dois anos.⁵¹

No entanto, foi visto como animadora a desunião das lideranças peronistas. Assim como foi destacado nos discursos do jornal analisado anteriormente, existiria um

⁵⁰ “Guerra civil poderá irromper, diz Perón”. **Correio da Manhã**, 30 de março de 1962. p.1.

⁵¹ “Eleições na Argentina e Colômbia”. **Jornal do Brasil**, 16 de março de 1962. p.7

cisma dentro do movimento em virtude da aproximação de alguns de seus setores com o comunismo, desagradando algumas lideranças antigas e mesmo ao próprio Perón. Essa aproximação foi evidenciada na visualização de que a campanha de alguns candidatos peronistas estava sendo financiada com dinheiro cubano e que a mãe de Ernesto Che Guevara era a intermediária: *“Na província setentrional de Jujuy, Célia Lynch de Guevara, mãe de Ernesto Che Guevara, ditador da economia cubana, trouxe de Cuba fundos abundantes para colaborar na campanha dos peronistas”*.⁵²

O reflexo dessas divergências internas poderia ser o enfraquecimento da força eleitoral do peronismo, sendo que alguns destacados líderes do movimento sustentavam que o voto peronista deveria ser em branco. Mesmo as recomendações de Juan Domingo Perón eram uma incógnita, uma vez que esse tinha declarado o apoio a Andrés Framini, mas essas lideranças afirmavam que viria de última hora ordens de Madri indicando a reprodução da estratégia das eleições de 1960:

(...) destacados próceres peronistas afirmam que serão expedidas instruções finais de Perón, com a ordem de serem colocados na urna apenas votos em branco, como já ocorreu anteriormente. Essa versão tem, aliás, algum fundamento, pois um grupo de dirigentes peronistas anunciou, publicamente, que os candidatos novos do Partido Peronistas estão infiltrados de comunistas e esquerdistas favoráveis a Fidel.⁵³

A idéia de que essas eleições representavam o final da hegemonia peronista nas urnas foi posta também através nas impressões de Pierre Brissard, diretor da “France Press”, em artigo escrito especialmente para o **JB**. Na autoridade de um especialista internacional em política, comentou a conjuntura pré-eleitoral no país platino, ressaltando que mesmo sendo ainda uma força eleitoral, o peronismo se encontrava desarticulado e suas diretrizes confusas. A cisão peronista, de acordo com o comentarista francês, estava evidenciada nas determinações que um de seus principais dirigentes e seguidores de Perón, Diego Luiz Molinari, disse trazer de Madri. Segundo ele, os partidários do peronismo, diante da ameaça que o êxito nas urnas poderia significar, ou seja, uma nova proscrição, recomendou que se votassem em outros partidos, desde que fossem da oposição:

⁵² “Eleições na Argentina e Colômbia”. **Jornal do Brasil**, 16 de março de 1962. p.7

⁵³ “Eleições na Argentina e Colômbia”. **Jornal do Brasil**, 16 de março de 1962. p.7

Do fundo de seu exílio na Espanha, a estranha figura de Juan Perón continua exercendo sobre a política argentina uma influência relativamente considerável. Entretanto, nos meios geralmente bem-informados, acredita-se que o pleito de domingo poderá marcar o começo do declínio do justicialismo na Argentina, como força eleitoral. E isto por diferentes motivos. Primeiramente, a campanha eleitoral que agora termina foi assinalada pela cisão dos peronistas. Alguns deles, como, por exemplo, o Senador Diego Luiz Molinari, um dos mais influentes discípulos de Perón, que acaba de regressar da Espanha após ter mantido com o mestre um contato de vários dias, declarou a seus eleitores que a palavra de ordem era a seguinte: diante da possibilidade de o Governo argentino prescrever o justicialismo num futuro próximo, os peronistas podiam considerar-se livres de votar em quem quisessem com a condição, entretanto, de sufragarem legendas da oposição.⁵⁴

Outro elemento na elaboração de uma imagem do peronismo, dentro da conjuntura pré-eleitoral, foram as formulações em torno da imagem pública de Framini. Esse, o principal expoente do “justicialismo” em solo argentino, e talvez também do chamado “neoperonismo”, apesar de todas as divergências com os setores mais antigos do partido, não era menos partidário de Perón, pelo contrário: O discurso do jornal apontou que Framini era um veemente defensor do retorno do ex-“ditador”. Conseqüentemente, constitui-se uma imagem duplamente negativa do peronismo “renovado”, tanto pela mencionada associação com o comunismo, como também por ser um importante defensor do retorno daquele descrito como um dos grandes “vilões” da política latino-americana, Perón. Em trecho de reportagem, foi destacada pelo **JB** a relação do dirigente sindical com a “profecia do retorno”: “*nosso objetivo é fazer Perón voltar. Ele quer voltar e há de voltar. Estamos lutando para isso*”.⁵⁵

Após a anulação da vitória de Framini e de seus correligionários, o peronismo foi tratado como um dos protagonistas da crise política que se sucedera. Porém, posteriormente, quando a crise chegou ao seu ápice com a deposição de Frondizi, o justicialismo deixou de figurar entre os temas do jornal analisado. Entretanto, as imagens constituídas em torno do peronismo e de seus líderes, no que podemos delimitar como sendo o “primeiro ato” da crise, foi um importante recurso discursivo que, embora não sendo explorado quando a tensão política na Argentina atingiu seus maiores níveis, ajuda-nos a compreender a interpretação do **JB** sobre a crise argentina.

Logo após do desfecho do processo eleitoral, a reação do movimento peronista ao ato do governo de impedir a posse dos vencedores do dia 18 foi destacada. Assim

⁵⁴ “Frondizi vs. peronismo”. **Jornal do Brasil**, 17 de março de 1962. p. 7.

⁵⁵ “Eleições e rebelião fazem o fim de semana na América Latina” **Jornal do Brasil**, 18 de março de 1962. p. 7.

como nos demais periódicos analisados, a convocação para uma greve geral de um dia e a promessa de que se não fossem empossados os candidatos vencedores ocorreria uma paralisação por tempo indeterminado em 1º de maio, tiveram notória repercussão. O jornal analisado indicou que a reação dos peronistas foi motivada pelo ato anti-democrático encabeçado por Frondizi, uma vez que esse aceitara a pressão dos militares:

Os 62 sindicatos peronistas convocaram quase dois milhões e meio de trabalhadores para a greve de 24 horas, iniciada a zero hora de hoje, com o objetivo de forçar o Presidente Arturo Frondizi a reconhecer a vitória esmagadora obtida pelos partidários do ex-ditador Juan Perón nas eleições de domingo. Os dirigentes peronistas ameaçam prolongar a greve, por tempo indeterminado, se Frondizi não resistir à pressão dos chefes militares, que pretendem evitar a todo custo o retorno do peronismo. Teme-se que a greve provoque derramamento de sangue.⁵⁶

Assim como nos demais jornais analisados, o **JB** apontou que os peronistas justificavam suas ações na defesa da soberania popular. Entretanto, em **O Globo** e no **Correio** essa reação foi vista como expressão de um “radicalismo” e manifestação de sua “belicosidade” e, principalmente, como uma das causas da emergência da crise no país vizinho. Por sua vez, o **Jornal do Brasil** também não fez menções positivas da convocação de greve geral, contudo, através da maior menção a essas declarações, constituiu-se uma imagem menos negativa, uma vez que os sindicatos estavam, de sua maneira, combatendo uma situação de ilegalidade:

Com os sindicatos operários e a Confederação Geral do Trabalho (CGT), onde possuem maioria, os peronistas começam a preparar sua luta contra as medidas adotadas pelo Governo argentino, depois de seu êxito de domingo. Em La Plata, capital da Província de Buenos Aires, a Secretaria Regional da CGT publicou um projeto de resolução, em que se declara em estado de alerta, em repúdio à atitude do Governo que assumindo o controle da Província “cometeu um atentado escandaloso contra soberania popular”. Acredita-se que os dirigentes sindicais peronistas emitam uma ordem de greve geral.⁵⁷

Contudo, o que nos cabe ter nítido aqui é a maneira como essa imagem foi utilizada como elemento da prática discursiva desse agente histórico. Assim como os demais jornais analisados, o **Jornal do Brasil** formulou uma imagem negativa do peronismo, porém, em essência, a aplicabilidade discursiva dessa imagem foi distinta.

⁵⁶ “Peronistas iniciam greve de um dia”. **Jornal do Brasil**, 23 de março de 1962. p.7

⁵⁷ “Peronistas mobilizam os sindicatos”. **Jornal do Brasil**, 21 de março de 1962. p.7.

Infere-se que na racionalização proposta pelo **JB** o peronismo foi tratado como sendo uma consequência e não como, nos outros dois exemplos analisados, uma das causas da crise na Argentina.

Dentro de uma visão mais ampla da conjuntura argentina elaborada pelo **JB** vista no capítulo anterior, a cena latino-americana se caracterizava pela ação “reacionária” das elites tradicionais. Segundo vimos anteriormente, o discurso do jornal apontou que a modernização das forças produtivas na região era vista como uma ameaça por essas oligarquias, que perante a necessidade de manter sua posição privilegiada, barravam o progresso da região “sabotando” os governos que iam nesse sentido. Dessa maneira, o resultado da condição de subdesenvolvimento proporcionado pela ação desse “conluio conservador” era a emergência de “anomalias”, tais como o peronismo.

Após o fracasso da greve e o término da ameaça de uma iminente guerra civil, entre militares e operários, que tiveram uma pequena repercussão no jornal, o peronismo deixou de constar entre os temas abordados pelo **JB**. Mesmo a figura de Perón não ganhou maior destaque. As “racionalizações” centrais na constituição de uma interpretação da crise argentina estiveram centradas no confronto entre os setores “reacionários” e os “progressistas”; o papel das imagens do peronismo nessa “racionalização” indicaram no sentido de apontar que a sua própria força política estava relacionada com os anseios populares por melhores condições de vida.

O justicialismo obteve espaço junto aos populares em virtude das privações por que o país atravessava desde a queda de Perón. Viu-se que tanto quando se tratou do seu potencial nas urnas, quanto em sua força sindical, o movimento peronista foi motivo de temor. A sua ameaça somente poderia ser contida com melhorias no padrão de vida dos argentinos. Rogério Frigerio, em sua entrevista ao **JB**, comentou qual teria sido o significado da eleição anulada:

As eleições de 18 de março mostraram que estamos certos – disse Frigerio. O partido governamental, a União Cívica Radical Intransigente, ganhou votos, sobre as eleições anteriores. Quem votou em Frondizi, votou pelo desenvolvimento econômico. E aqueles que votaram na legenda peronista, votaram – de maneira confusa, mas expressiva – na justiça social. Essas duas teses – de desenvolvimento e justiça social – foram apoiadas pela imensa maioria do povo argentino.⁵⁸

⁵⁸ “Frigerio diz que há petróleo na raiz da crise argentina”. **Jornal do Brasil**, 24 de março de 1962. p. 3.

Portanto, quando o **Jornal do Brasil** propôs uma interpretação do caráter do peronismo e posicionou a participação desse movimento dentro da conjuntura argentina, entendemos que houve a constituição de uma ideologia. Essa atuou através da interpretação onde o subdesenvolvimento teria por consequência o surgimento de “anomalias” análogas ao peronismo. Portanto, essa idéia atuou como elemento de uma “racionalização” mais ampla, que como visto no capítulo anterior, onde o progresso da região – leia-se também o brasileiro – estava sendo ameaçado por um “conluio reacionário” e que os êxitos desses setores tradicionais significavam em reveses para toda a América Latina e na abertura de espaço para a ascensão de grupos similares ao peronismo ou ao castrismo.

4.3. O radicalismo através da imagem pública de Frondizi

Se por um lado o peronismo foi associado com situações de “anacronismo” e como empecilho para o progresso argentino, o radicalismo e seu prócer, Arturo Frondizi, foram descritos pelos discursos dos jornais de forma distinta. Dependendo do agente histórico analisado, ou mesmo do momento específico da crise, suas imagens transitaram entre impressões positivas de suas políticas até caracterizações negativas. No entanto, dentro do objetivo de perceber uma possível mobilização ideológica em torno da imagem do radicalismo argentino, constata-se que são poucas as referências a esse como movimento político.

Isso não significa que não houve um foco na participação do radicalismo no contexto político argentino, pelo contrário. Perante a notoriedade de Frondizi dentro dos eventos que os jornais cariocas estavam repercutindo, houve a “personificação” do radicalismo, ou seja: as interpretações sobre esse movimento político argentino e o caráter das políticas encabeçadas por esse grupo na Argentina foram conduzidas através da imagem pública do presidente deposto.

Dentre os agentes históricos analisados nesse estudo o que fez maior uso dessa estratégia discursiva foi **O Globo**. Arturo Frondizi teve sua imagem amplamente elaborada durante toda a crise política e a sua queda interpretada como um

acontecimento prejudicial para a própria ordem política americana. Um primeiro elemento na composição da imagem pública do presidente deposto foi seu caráter de “autêntico democrata”. Essa atribuição veio em um momento onde o discurso do jornal apontou a ameaça à ordem constitucional na Argentina perante a ação dos militares. O próprio futuro da nação platina estaria no êxito da resistência do presidente em resistir às investidas em forçá-lo a renúncia:

Admiramos a resistência do Presidente Frondizi, que com humildade e consciência do dever esgota todos os recursos para preservar o regime constitucional, do qual seu mandato é o símbolo, mas tememos pela sorte de seu governo e da própria Argentina, nesta hora em que a Invasão da área política pelas Fôrças Armadas coloca o País ante o imprevisível, podendo representar a derrocada da ordem jurídica na República vizinha e irmã.⁵⁹

Porém, foi através dos textos de Augusto Frederico Schmidt que a imagem de Frondizi teve suas elaborações mais sofisticadas. A maior parte dos elementos que constituíram a elaboração da boa imagem do primeiro mandatário do país vizinho foi elaborada nos textos do articulista. Neles o presidente argentino foi descrito como um “autêntico líder nacional” – não era um “carreirista” e nem de um “demagogo”, mas de um “político moderno”, que se postou contra os adversários da ordem democrática, quer esses viessem da esquerda ou da direita do espectro político:

Dê-se se pode dizer que é um autêntico homem público, servidor de uma causa e não um agitador, um carreirista sem raízes, desses que pululam mais numerosos talvez nos nossos tristes países latino-americanos, mas que existem em toda parte. O Presidente Frondizi deu seguidas provas de que só o animava um objetivo, o de salvar a democracia argentina. Encontrou sempre, para concretização desse propósito, as maiores dificuldades, dificuldades da direita, da esquerda, do centro. Chegou ao poder depois da catástrofe peronista, depois de intervenções militares, recebendo para governar um país ferido fundamente e na necessidade de operar uma transformação radical na sua estrutura econômica.⁶⁰

Outro elemento que contribuiu para a composição da imagem pública de Frondizi, associando-o com aquilo que de melhor existia na política, foi o papel que esse teria desempenhado na criação de um espírito de cooperação entre a Argentina e o Brasil. A imagem de sua iniciativa, juntamente com Juscelino Kubistchek, de estabelecer uma boa relação entre os dois países baseada no entendimento. Assim,

⁵⁹ “Argentina ameaçada”. **O Globo**, 28 de março. p.1.

⁶⁰ “Crise Argentina I” **O Globo**. 23 de março de 1962. p.2.

conferiu-se à sua pessoa uma série características positivas, como, por exemplo, de “conciliador”, “amigo do Brasil”, e de “homem público capaz”. Em mais um artigo de Schmidt essa “racionalização” esteve presente:

Jamais houve na história argentina quem encarnasse melhor do que Frondizi as idéias e a política de união com o Brasil. Ele desfez muitos equívocos entre os nossos países e compreendeu com perfeita lucidez que a união dos nossos povos será fator importante de nossa vida econômica e nos dará um prestígio internacional que até hoje não desfrutamos. No Governo Kubitschek, em que atuei em matéria de política externa, posso testemunhar que o Presidente Frondizi encarnou um novo espírito, uma ardente vontade de iniciar-se uma colaboração efetiva baseada em amplo e sincero entendimento.⁶¹

A postura do presidente argentino perante a questão petrolífera também foi importante para a constituição de sua imagem positiva. O discurso do jornal apontou que Frondizi teria sido um governante que colocou o bem-estar e o progresso da nação acima de suas próprias convicções pessoais. O artigo de Schmidt descreveu que, antes de assumir o governo, o presidente argentino teria sido um defensor de uma política petrolífera de cunho nacionalista e estatista. Contudo, esse teria aberto mão de suas convicções doutrinárias e, assim, teria conseguido implementar no país platino uma política para a exploração de petróleo bem sucedida, que trouxe muitos benefícios a Argentina.

Frondizi pôs-se a trabalhar e pensar. Teve o mérito de rever algumas de suas idéias mais enraizadas, como aconteceu com o problema petrolífero. O ardente candidato nacionalista, que agitou o país com uma pregação totalmente estadista e monopolista em matéria de petróleo, acabou recolocando o problema de maneira realista e séria e logrou, nesse aspecto de sua administração, um sucesso sem exemplar em nossos tristes e pobres países infestados por um baixo jacobinismo. A Argentina é hoje auto-suficiente em matéria de petróleo e é mesmo exportadora, enquanto nós, por exemplo, vemos agravar-se a nossa situação, dia a dia.⁶²

Mesmo quando o discurso do jornal apontou alguma política governamental como mal sucedida, houve a isenção de Frondizi. Segundo **O Globo**, a submissão da economia do país às diretrizes do FMI, como vimos no capítulo anterior, fator esse associado à própria emergência da crise, foi interpretado como uma implicação inevitável de suas diretrizes políticas. Uma vez que era imprescindível a associação com

⁶¹ “Crise argentina IV”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p. 2.

⁶² “Crise argentina I”. **O Globo**, 24 de março de 1962. p. 2.

o capital internacional para promover o desenvolvimento nacional argentino, foi preciso se enquadrar a algumas exigências, impostas por pessoas ligadas à uma posição “ortodoxa”:

Frondizi apresenta grandes saídas na sua obra de govêrno. Se demorou em compreender desde logo que na aceleração do desenvolvimento se encontrava o único caminho para a recuperação política e econômica de seu país, devemos lembrar-nos também que dentro e fora da Argentina partidários do F.M.I. eram numerosos e fortes e que o auxílio indispensável dos Estados Unidos só viria dentro de certas condições, das condições difíceis e de resultados fatídicos “sugeridos” pelos economistas ortodoxos.⁶³

Outra estratégia na constituição da imagem pública do presidente deposto foi a sua referência como um “mártir”. Uma vez que o golpe contra o governo Frondizi se tornou iminente, o discurso do jornal iniciou a elaboração de sua imagem como alguém disposto a lutar até o fim pela manutenção da democracia. A sua permanência na presidência não era uma luta de caráter pessoal. Dentro da visão apresentada por **O Globo**, era um governo voltado para o objetivo de se chegar ao progresso e de oferecer seus benefícios a toda coletividade. Nessa “racionalização”, Arturo Frondizi teria a plena consciência que a sua manutenção na presidência significava a própria sobrevivência da ordem democrática na Argentina. Assim, Schimidt, que se identificou como um amigo pessoal do presidente do país platino, o descreveu da seguinte maneira:

Vi pessoalmente o Presidente Frondizi durante uma de suas crises. Deu-me uma comovente impressão de serenidade e de espírito de sacrifício. Sabe êle o que representa a sua manutenção num cargo que deve pesar-lhe, que deve fazê-lo sofrer terrivelmente. Trata-se de um homem que vive um drama permanente. Jurou, porém, que não se interromperá a continuidade democrática em suas mãos. Êle sabe, melhor do que ninguém, o valor da sua renúncia à renúncia. Sabe que a Argentina não tem outro rumo certo senão o de firmar-se como país democrático e livre.⁶⁴

A repercussão de uma carta testamento deixada por Frondizi foi outro fator da constituição de sua imagem “martirizada”. Segundo o discurso do jornal, esse documento teria sido deixado a um homem de sua confiança, que deveria publicá-lo no caso de sua eliminação física pelos golpistas. Consumado o golpe, a carta foi publicada, sendo nomeada pelos jornais como o “testamento político” do presidente deposto. **O Globo** divulgou parte do conteúdo do texto e das seis páginas que dizia ter o jornal

⁶³ “Crise argentina IV”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p. 2.

⁶⁴ “Crise argentina IV”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p. 2.

destacou um fragmento onde Frondizi reforçaria o seu compromisso de combater as ameaças aos princípios democráticos:

(...) em sua carta, que era sua firme decisão enfrentar o que pudesse suceder e que não iria ao suicídio, não abandonaria o país e nem cederia. E acrescenta: “Permanecerei em meu pôsto nesta luta, que não é minha, mas do povo argentino (...) essa luta está sendo travada na América e nela estão empenhados no mundo inteiro os povos que se erguem contra a opressão e o privilégio e combatem pela liberdade, pela justiça e pelo progresso do ser humano.”⁶⁵

Prosseguindo a descrição do texto da carta, o jornal carioca destacou à idéia que foi elucidada por Frondizi, onde o episódio de sua deposição era parte de uma luta que “*está sendo travada na América e nela estão empenhados no mundo inteiro os povos que se erguem contra a opressão e o privilégio e combatem pela liberdade, pela justiça e pelo progresso do ser humano*”. E que, paradoxalmente, “*os que me pediram a intervir em todas as províncias onde triunfou o peronismo e os lançam proclamações (sic)*”.⁶⁶ Portanto, através da exposição de partes do “testamento” do presidente deposto, o discurso onde o “heroísmo” e o empenho de Frondizi em combater até o último momento a atuação autoritária das forças armadas ganhou ressonância, como também pode ser verificado em mais um fragmento de artigo de autoria de Schmidt:

O Presidente Frondizi desde o início teve de enfrentar juízes severos, de evitar conflitos com as forças armadas, e isso, pelo esforço e contenção, deve ter modificado e cansado o Presidente, homem de aparência calculada e fria, mas que os seus íntimos sabem ser dono de sensibilidade bastante delicada. Assim desenvolveu-se e se processou a marcha do govêrno do paciente e obstinado homem de Estado argentino. Não se oferece aqui, num artigo de jornal, o ensejo de lembrar os episódios, os acidentes entre as forças contrárias aglutinadas em torno do representante da frágil democracia do nosso fraterno país do Prata.⁶⁷

Destarte, é possível perceber mais um recurso discursivo que veio no sentido de contribuir para a “positivação” da imagem de Frondizi como indivíduo virtuoso e que teria lutado pela manutenção da ordem democrática. Assim, é possível perceber nessa “racionalização” mais uma importante estratégia ideológica do discurso do desse agente histórico. Através da descrição positiva da imagem do presidente deposto e, por

⁶⁵ “Testamento político de Frondizi”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p. 5.

⁶⁶ “Testamento político de Frondizi”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p. 5.

⁶⁷ “Crise argentina I”. **O Globo**, 24 de março de 1962. p. 2.

consequência, do próprio radicalismo, atuou uma ideologia que visou sustentar um determinado modelo político como sendo ideal.

Os projetos desenvolvimentistas de Frondizi, sobretudo os ligados à questão petrolífera, foram entendidos como uma alternativa viável para atingir o progresso. No entanto, vale ressaltar o caráter desse modelo sugerido como “ideal”. Não era fundamentado nas bases exacerbadas de um nacionalismo ortodoxo que se atingiria o desenvolvimento, mas em associação com o capital estrangeiro. No entanto, esse projeto dependia da sobrevivência da ordem constitucional na Argentina, ameaça pela ação arbitrária das forças armadas. Frente a esses pressupostos, a superação da crise político e a permanência de Frondizi na presidência eram condições para a sobrevivência da democracia no país platino, que por sua vez era condição para atingir o progresso nacional, como conclui Schmidt:

Que saída encontrará o nobre país irmão, nesta hora crucial, realmente crucial? Tôdas a as previsões são difíceis. O peronismo, ferido desta vez nos seus direitos, encontrará razões que até aqui lhe faltavam para precipitar a nação em difícil convalescença numa luta interminável de greves que precederão a uma guerra civil? Os militares conseguiram manter as suas posições e teremos uma ditadura com tôdas as suas conseqüências? Ou a nação argentina compreenderá, por milagre, que a melhor maneira de sobreviver à crise é cerrar fileiras e *prestigiar o homem* que encarna o que lhe resta da lei e de democracia?⁶⁸ [*grifo nosso*]

Por sua vez, o **Correio da Manhã** se utilizou desse recurso discursivo, a imagem pública de Frondizi, de maneira distinta. Dentro das estratégias elaboradas pelo jornal carioca, a interpretação da atuação do presidente argentino foi um elemento de uma ampla estratégia que visou oferecer uma interpretação da convulsão política que se sucedia naquele país. O elemento central dessa “racionalização” esteve em uma descrição maniqueísta da composição da cena política argentina. O “lado mal” da trama variou de acordo com o momento da conjuntura da crise.

Assim, em um primeiro momento, a imagem pública de Arturo Frondizi, elaborada pelo **Correio**, foi relacionada com uma postura prejudicial para o andamento da política daquele país. Se em **O Globo** o presidente deposto foi descrito como um “verdadeiro mártir”, aqui se verificará o oposto – pelo menos até a sua deposição.

⁶⁸ “Crise argentina IV”. **O Globo**, 31 de março de 1962. p. 2.

Segundo o discurso do jornal, Frondizi teria conduzido o governo de maneira “irresponsável” e essa postura teria sido um fator motivador da conjuntura instável na Argentina.

No objetivo de “compreender” a situação no país vizinho após a anulação das eleições, o periódico carioca ofereceu uma “racionalização” onde Frondizi, mesmo sendo um sujeito repleto de virtudes (nas palavras do jornal, um “humanista” e um “liberal”), um dos promotores da democracia na Argentina, não teve a força necessária para manter a ordem constitucional. No momento em que teria cedido aos “caprichos” dos militares para fugir de um eventual embate, acabou agindo de maneira fraca:

Todo fenômeno tem – ou terá, cedo ou tarde – a sua explicação. A vitória peronista de agora, menos surpreendente do que alarmante, pode ser perfeitamente o resultado de uma soma de atitudes do próprio presidente Frondizi. Um humanista e um liberal, não há dúvidas de que êle procurou a todo transe a consolidação do regime democrático, abolido de forma tão traumatizante no país por Perón. Nessa preocupação, o presidente não hesitou mesmo em consentir que sua autoridade fôsse submetida aos caprichos dos militares. Hoje, em hora a mais grave, essa autoridade se nos apresenta soterra sob mais uma capitulação.⁶⁹

Outra estratégia discursiva aplicada pelo **Correio** se fundamentou na “racionalização” onde a nação argentina não mais acreditava na liderança de Frondizi; esse teria deixado de inspirar confiança tanto na população, quanto dos grupos políticos argentinos. Essa significação de sua imagem foi visível, sobretudo, no conjunto de reportagens que abordou a questão dos possíveis nomes que iriam compor o novo gabinete governamental, uma vez que os antigos ministros renunciaram devido às pressões decorrentes da crise principiada pela anulação das eleições do dia dezoito.⁷⁰ Nenhum partido político teria aceitado compor o novo governo, evidenciando que o presidente havia perdido completamente qualquer apoio, como pode ser verificado na reportagem do enviado especial a Buenos Aires, Carlos Heitor Cony:

Os partidos políticos confiados pelo presidente para participarem de um novo governo de coalizão, ao que transpirou essa noite, pretendem recusar-se a qualquer cooperação com o executivo. Igualmente outros cidadãos que, segundo os militares, deveriam ser chamados a compor um Ministério

⁶⁹ “Democracia tutelada”. **Correio da Manhã**, 21 de março de 1962. p.6.

⁷⁰ Fatos esses conforme os relatos do **Correio da Manhã**.

representativo das forças vivas da nação estariam no propósito de não participar de um governo que agora parece não mais inspirar confiança.⁷¹

A questão da perda de prestígio de Frondizi perante aos demais segmentos políticos argentinos foi uma “racionalização” recorrente nas reportagens publicadas ao longo do período entre a anulação das eleições e a sua deposição. Enfatizou-se que os únicos resquícios de apoio ao governo estavam no próprio partido do presidente: nem os setores mais conservadores, nem os socialistas, segundo o discurso do jornal, manifestavam-se em prol do presidente. Conforme o **Correio**, a falta de apoio político a Frondizi teria sido decorrente do fato deste ter protagonizado a anulação das eleições. O ato arbitrário, portanto, foi o grande motivador para que os partidos, atores democráticos, tivessem perdido a confiança na figura do primeiro mandatário:

O fato condiciona e qualifica o novo governo, que na verdade será o mesmo, havendo apenas a mudança de nomes. As dificuldades de Frondizi em organizar um gabinete residiam no fato de os políticos responsáveis não concordarem com a anulação das eleições e com a intervenção nas Províncias. A manutenção dos mesmos secretários militares veio evidenciar a disposição de Frondizi de mais uma vez se submeter integralmente aos militares.⁷²

A resultante da falta de capacidade do presidente argentino em mobilizar politicamente a nação e de negociar com as forças armadas teria sido a crise em si. A conjuntura no país vizinho foi descrita como sendo de desordem institucional, ou nas palavras do próprio periódico, uma “tragédia”, um “drama”. Durante a crise houve a visita do príncipe inglês à capital argentina e em meio às cerimônias organizadas a fim de receber o duque de Edimburgo, a crise conheceu uma breve trégua, uma vez que os eventos estavam se encaminhando para a deposição do presidente argentino:

A crise argentina, que na terça-feira ameaçava tornar-se tragédia, prossegue agora como extenso drama de desfecho ainda imprevisível, com breve intervalo para as autoridades vestirem suas casacas e se ornamentarem com crachás para receber o príncipe Phillip. A principal notícia surgida ontem foi a de que Frondizi se dispunha a organizar um governo de coalizão nacional. Mas, ao cair da noite, transpirou que os partidos políticos se recusavam a participar desse governo, uma vez que não havia garantias.⁷³

⁷¹ “Frondizi obteve permissão para reorganizar o Gabinete”. **Correio da Manhã**, 22 de março de 1962.

p.1

⁷² “Movimento militar para depor Frondizi”. **Correio da Manhã**, 23 de março de 1962. p. 1.

⁷³ “Movimento militar para depor Frondizi”. **Correio da Manhã**, 23 de março de 1962. p. 1.

As associações propostas pelo discurso do **Correio** tiveram uma possível mobilização do seu sentido caracterizando o governo Frondizi como incapaz de lidar com as demandas da política argentina. Esse teria sido falho tanto em lidar com a pressão dos militares, quanto em manter a unidade com os demais partidos. As escolhas erradas, segundo apontou o discurso do jornal, conduziram o país platino a uma difícil situação. Como vimos apontando, a elaboração de uma imagem pública do presidente da Argentina pode ter atuado como uma ideologia no momento que tais “racionalizações” visaram descrever de maneira negativa um grupo político argentino, o radicalismo intransigente, e ao modelo político-econômico aplicado por esses ao longo do governo Frondizi.

O **Correio** não se deteve a apenas constituir uma “significação” das deficiências do governo Frondizi através da atribuição da pouca capacidade de negociar com os demais agentes políticos argentinos. A falta de competência dos radicais intransigentes em gerenciar a economia teria sido outro elemento que promoveu a crise no país vizinho. A consequência dos anos de políticas irresponsáveis encabeçadas por Frondizi foi a diminuição do nível de vida da população. Segundo o discurso do jornal, o voto peronista nas urnas representava que o povo argentino não mais acreditava nas boas intenções de Frondizi e amargava dia após dia as consequências prejudiciais resultantes do plano econômico do governo:

“A questão é que em sete anos o povo aprendeu muita coisa e verificou outras, principalmente o fracasso das boas intenções de Frondizi. O emaranhado de seu plano de recuperação econômica, e, principalmente, o desenfreado aumento do custo de vida”.⁷⁴

Portanto, o êxito dos peronistas nas urnas teria sido resultante do descontentamento popular perante os tempos de penúria pelos quais a Argentina atravessava. De acordo com o jornal analisado, a política econômica de austeridade do governo Frondizi apenas acarretou prejuízos aos trabalhadores: os salários foram reduzidos e os preços de produtos vitais, como, por exemplo, à gasolina, tiveram um aumento drástico. A resultante dessas circunstâncias foi o grande descontentamento entre a população e a motivação para a ascensão de um saudosismo popular aos tempos de Perón:

⁷⁴ “Primeiros nomes do novo Gabinete de Frondizi”. **Correio da Manhã**, 25 de maio de 1962. p. 1.

Fronzizi mostra-se preocupado, apenas, em manter uma política saneadora e austera, enquanto aumentam os descontentes e saudosistas. A gasolina, que custava um pês, passou para cinco, em curto espaço de tempo. Um operário ganha pouco mais de seis mil pêsos e os salários sofrem reduções periódicas de poder aquisitivo. Todos aqueles que sofrem com essa situação esperam o momento propício, manifestando-se no pleito contra o governo austero de Fronzizi.⁷⁵

No entanto, ocorreu uma virada na postura discursiva do **Correio da Manhã** no momento em que Arturo Fronzizi se recusou a ceder às pressões dos militares e decidiu resistir às exigências por sua renúncia. Se no momento em que houve a anulação do pleito eleitoral o presidente argentino foi descrito como sendo um dos responsáveis pela situação, após sua deposição pelas forças armadas esse passa a ser um “mártir”, um “herói” da resistência democrática. Não deixando de reconhecer que muito da situação se devia à sua falta de capacidade de lidar com determinadas situações, que lhe faltou o tato de um Prudente de Moraes, na analogia proposta, o texto do jornal elaborou a seguinte “racionalização”:

A resistência do sr. Fronzizi à renúncia não se prende a um capítulo pessoal. Trata-se de um jurista que procura, entre os fuzis ensarilhados da Praça de Maio, manter o poder simbólico que ainda lhe resta. Não teve a habilidade de um Prudente de Moraes, o qual conseguiu estabilizar em bases civis uma república também gerada e sustentada em golpes militares.⁷⁶

Por mais penosos que tenham sido os pecados de Fronzizi, o ato arbitrário das forças armadas não se justificavam e apenas punha a prodigiosa nação argentina em uma situação dramática:

Suas omissões e complacência o tornam responsável pela situação, podendo sua culpa ser comparada ao crime daqueles que, movidos por interesses pessoais ou de casta, levam a grande Nação continental a uma quartelada indigna de suas tradições e perigosa para seu futuro.⁷⁷

Em questão de uma semana, Fronzizi passou de Facundo a San Martin, ou seja, sua imagem deixou de ser relacionada com a crise argentina e passou a ser uma alusão heróica de um defensor da constituição e da legalidade do regime argentino. A negativa em renunciar se constituiu em heroísmo, principalmente pelo fato de ter evitado que os

⁷⁵ “Fronzizi obteve permissão para reorganizar o Gabinete”. **Correio da Manhã**, 22 de março de 1962. p.1

⁷⁶ “A opção argentina”. **Correio da Manhã**, 29 de março de 1962. p. 6.

⁷⁷ “A opção argentina”. **Correio da Manhã**, 29 de março de 1962. p. 6.

militares concebessem uma faceta legal ao seu ato antidemocrático. A renúncia significava conceder legalidade à deposição do presidente argentino, uma vez que o substituto escolhido pelos golpistas era o primeiro na sucessão presidencial. A resistência de Frondizi foi louvada nas páginas do **Correio da Manhã**, como pode ser verificado no trecho abaixo:

O reconhecimento do novo governo só poderia efetuar-se se Frondizi tivesse renunciado, já que Guido é seu sucessor constitucional, entretanto, no atual estado de coisas, a ascensão ao poder do pres. do Senado deixa muito a desejar para os meios competentes de Washington, do ponto de vista constitucional, já que Frondizi continua a se considerar chefe do Estado argentino e, além disso, ainda se encontra em território de seu país.⁷⁸

A questão da prisão de Frondizi foi outro ponto importante na constituição de sua imagem pública como “herói”. Após o episódio, foi veiculada uma carta – a mesma que **O Globo** divulgou – do presidente deposto:

Uma carta do ex-presidente Frondizi, anterior à sua prisão pelas Forças Armadas argentinas, foi publicada hoje, em Buenos Aires. Frondizi diz: “Os que ousarem fazer-me abandonar o governo pela força ou eliminar-me fisicamente, devem assumir, ante a história, a responsabilidade por haver desencadeado na Argentina uma repressão popular e sua inevitável consequência, a guerra social. Se alcançarem seus finais, abrirão as portas ao comunismo que, com tanta veemência, pretendem combater”.

Através da elaboração de uma imagem pública de Frondizi pelo **Correio da Manhã** é possível perceber como esse recurso discursivo é um elemento importante na constituição de uma interpretação ampla. No caso analisado, percebe-se que a maneira como a imagem do presidente argentino foi atribuída de valores e de vícios pelo discurso do jornal variou de acordo com a conjuntura. Porém, independentemente da caracterização “maléfica” dos primeiros dias da crise, ou a do “mártir da democracia” dos dias seguintes ao golpe militar, entende-se que as “racionalizações” em torno de Frondizi foram um meio de caracterizar a cena política na Argentina.

Essas distinções com relação às maneiras como o presidente argentino teve sua imagem elaborada pelo jornal analisado não foram uma ironia. Como vimos no primeiro capítulo desse estudo, o **Correio da Manhã** mais do que um compromisso com a defesa da democracia, teve sua prática discursiva relacionada com a oposição às intervenções excessivas do Estado na política. Não foi diferente com relação à repercussão da queda

⁷⁸ “Cada vez mais confusa a situação na Argentina”. **Correio da Manhã**, 30 de maio de 1962. p. 1.

de Frondizi. Se tivermos a plena noção que a repercussão desse evento foi parte de uma ampla prática discursiva comprometida com essa tendência liberal, a alternância das interpretações do papel de Frondizi na conjuntura argentina não surpreende.

Dessa maneira, constituiu-se uma ideologia que foi parte de uma atuação discursiva desse agente histórico relacionada a sua proximidade com uma matriz política liberal. Os discursos produzidos em torno da questão argentina, na leitura proposta por esse estudo, foram uma exemplificação dessa prática desempenhada pelo **Correio da Manhã** ao longo de toda a segunda república, que prezou pela defesa dos valores liberais – a democracia, o livre mercado e a pequena participação do Estado na política e na economia.

No caso do **Jornal do Brasil**, as formulações da imagem pública de Frondizi estiveram em sintonia com a “racionalização” vista no capítulo anterior, onde o modelo de desenvolvimento adotado por seu governo foi posto como exemplo positivo. Da mesma maneira, a imagem do presidente argentino foi descrita como virtuosa e relacionada com os êxitos econômicos que o país vizinho teria tido nos últimos anos, agora ameaçados por um “conluio conservador”. Infere-se que o discurso do jornal procurou associar, portanto, as idéias de desenvolvimento econômico e de democracia e a elaboração de uma leitura do papel do radicalismo intransigente foi o elemento central dessa “racionalização”.

Essas significações partiram de relações com sentidos constituídos no contexto brasileiro. Em sua política recente, o Brasil lidava com duas circunstâncias onde ocorreu o afastamento de seu primeiro mandatário; uma delas foi o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e a outra a renúncia de Jânio Quadros, um ano antes. Ambos os eventos tiveram interpretações constituídas e essas foram usadas pelo **JB** para elaborar, por sua vez, imagens relativas à questão argentina. Quando surgiram as primeiras repercussões da intenção dos militares de forçar a renúncia do presidente argentino, o discurso do jornal apontou uma declaração que Frondizi teria dado, onde afirmava que não seria um novo Vargas ou um novo Jânio:

Fontes chegadas ao Presidente afirmam que êle deseja manter-se no Poder para impedir o caos e que só renunciará sob a ponta de uma pistola. “Frondizi

prefere ser Vargas a Jânio Quadros”, disse um alto funcionário argentino à intenção reinante nos meios militares, contudo, é Frondizi que tem as horas contadas.⁷⁹

Na leitura proposta da tensão política decorrente da anulação das eleições, o **JB** evidenciou que os militares justificavam a implementação de uma ditadura no país através da necessidade de conter o peronismo. A descrição da postura que Frondizi teria tido frente à investida das forças armadas, foi um elemento na constituição de um discurso sobre a crise argentina. A resistência do presidente, representada através da atribuição de frases como, por exemplo, “não serei um novo Vargas”, ou “não renunciarei”, foram elementos na composição de uma “racionalização” que visou caracterizar de maneira negativa o ato dos militares. Portanto, a imagem “heróica” de Frondizi visou contribuir para uma formulação negativa dos eventos argentinos.

O Presidente Arturo Frondizi continua aferrado ao Poder que ameaça escapar-se-lhe das mãos na crescente crise político-militar por que atravessa a Argentina, tendo declarado a amigos íntimos que não será um “nôvo Jânio Quadros”. Os militares, contudo, parecem decididos a dar o golpe. Fontes bem informadas prognosticam a queda de Frondizi e admitem quase como certa a possibilidade de ser estabelecida no país uma ditadura militar, como forma de impedir o retorno do peronismo, embora o Ministro da Defesa, Justo Villar, tenha afirmado, na noite de ontem, que o Presidente não renunciou e nem renunciará.⁸⁰

O setor dissidente do radicalismo o qual tinha em Frondizi como seu grande prócer – UCR Intransigente, de acordo com o discurso do jornal, diferenciava-se adotar uma postura política relacionada com a “práxis”, diferentemente do outro partido radical – UCR del Pueblo – que era limitado por um pensamento “acadêmico”, pouco convergente com a prática:

“O candidato Frondizi representava a ala dissidente da União Cívica Radical e suas posições iam muito além dos limites fixados pelo radicalismo acadêmico. Era êle, na realidade, um candidato de esquerda moderada, jogando com o um grande prestígio popular”:

Ainda de acordo com o **JB**, Frondizi e seus partidários estiveram na oposição ao regime peronista. Estes teriam um compromisso com a defesa da democracia e no momento em que os militares que lideraram “La Libertadora” não se mostraram

⁷⁹ “Frondizi luta pelo seu cargo”. **Jornal do Brasil**, 21 de março de 1962. p.7.

⁸⁰ “Frondizi luta pelo seu cargo”. **Jornal do Brasil**, 21 de março de 1962. p.7.

comprometidos com tal ideal se puseram novamente na oposição. Os constantes embates, ora com o peronismo, ora com as forças armadas, em prol do estabelecimento de uma ordem constitucional na Argentina, teriam acarretado prestígio popular aos intransigentes, o que culminou na vitória de Frondizi no pleito de 1958:

combateu à (sic) ditadura peronista, mas não aceitou os métodos do Governo militar que se instalou no País depois de Perón. A frente da União Cívica Radical Intransigente boicotou as eleições legislativas de 1956, exigindo eleições gerais imediatas. Dois anos depois, elegeu-se Presidente com quatro milhões de votos. Votou nele praticamente a totalidade das forças populares, incluindo peronistas.⁸¹

Por meio da descrição da resistência de Frondizi foi estabelecida, pelo discurso do jornal, a associação da sua imagem com a defesa da democracia. Como visto nos capítulos anteriores, assim como os outros agentes históricos analisados, o **Jornal do Brasil** elaborou uma imagem positiva da democracia. Por mais que talvez o “sentido de democracia” seja distinto entre um jornal e outro, a estratégia foi semelhante: a conclamação aos indivíduos a unirem-se na sua defesa. A interpretação da conjuntura argentina proposta pelo jornal analisado, portanto, estabeleceu Frondizi como um “bastião” da defesa da ordem constitucional na América Latina.

Essa imagem esteve em sintonia com a “racionalização” vista no capítulo anterior, onde a queda de Frondizi foi explicada através da existência de um conluio conservador na América Latina. O objetivo das “forças reacionárias” era conter o avanço de reformas no continente e lograr a manutenção das estruturas tradicionais, em prol dos interesses de uma velha oligarquia. Por meio das imagens dos atores da trama política argentina e da associação destes com o antagonismo entre “progresso” e “conservadorismo”, o **JB** elaborou um discurso que visou conceder credibilidade a um modelo de desenvolvimento, o qual o governo deposto representaria.

Destarte, a resistência à renúncia não seria apenas uma luta entre democracia e autoritarismo. Essas eram as facetas nessas disputas arraigadas em raízes mais profundas, que envolviam a questão do próprio progresso nacional. Segundo o discurso do jornal, o êxito do governo Frondizi era parte em um embate pela emancipação econômica da Argentina. Por outro lado, as forças armadas e as oligarquias estariam

⁸¹ “A derrota de Frondizi”. **Jornal do Brasil**, 20 de março de 1962. p. 2.

interessadas na manutenção da “submissão” e utilizariam o “anticomunismo” e o “antiperonismo” como instrumentos de justificação de suas ações arbitrárias:

No momento em que escrevíamos êste editorial, o Presidente Frondizi, da Argentina, continuava a rejeitar a “solução constitucional” que os chefes militares lhe propunham – a renúncia voluntária. E a sua resistência solitária, depois de tantas concessões e transigências, tinha um significado político profundo, o de desmascarar os golpistas militares e civis que, sob o pretexto de combater o peronismo e, até mesmo, o comunismo, procuram manter um *statu que* econômico e social já condenado à morte.

Por fim, a peça editorial conclui o seguinte sobre as intenções de Frondizi:

sejam quais forem as suas intenções – está dizendo ao povo argentino e a tôda a América que o rei está nu, que por trás do formalismo jurídico de ocasião o que existe é, pura e simplesmente, um pronunciamento de pretorianos fomentado pela oligarquia de criadores e de importadores que se opõe, desesperadamente, à emancipação econômica da Argentina.⁸²

Uma vez que a democracia era o regime político a ser defendido e o radicalismo intransigente os seus “arautos” na Argentina, logo podemos supor que as políticas do governo Frondizi eram vistas como positivas. Mais do que isso, em torno das imagens dos eventos no país platino, o **JB** constituiu uma interpretação de que democracia e desenvolvimento econômico estavam associados. Segundo o discurso do jornal, o governo deposto era um exemplo em matéria de traçar estratégias eficientes nesse objetivo. A questão petrolífera foi um exemplo utilizado: segundo o discurso do jornal, através da sua análise foi representada a evolução econômica do país. O discurso do jornal destacou o papel desempenhado por Frondizi, o grande formulador das medidas de sucesso, assim pode-se perceber que a relação com o progresso argentino foi um elemento na constituição da sua imagem positiva:

O esquema de Frondizi produziu resultados: deu maior flexibilidade aos trabalhos de pesquisa, criou condições para a emulação e competição entre grupos. Em termos práticos, os gastos da Argentina com a importação de petróleo baixaram de 28 milhões de dólares, em 1958, para 97 milhões, em 1961. Nesta altura, as perspectivas são de que possa a Argentina, a curto prazo, não só lograr a auto-suficiência, como também passar à condição de exportadora de petróleo cru.⁸³

⁸² “A hora final”. **Jornal do Brasil**, 28 de março de 1962. p.6.

⁸³ “Petróleo na Argentina”. **Jornal do Brasil**, 12 de abril de 1962. p. 6

Entre as atribuições à imagem de Frondizi feitas pelo **JB**, destacou-se a capacidade que o presidente teria demonstrado de agir além de suas bases doutrinárias. Essa “racionalização”, que também foi verificada em **O Globo**, enalteceu a habilidade do primeiro mandatário do país vizinho, que não se prendeu a sua base nacionalista, que norteou suas reflexões intelectuais ao longo de sua trajetória e elaborou diretrizes políticas condizentes com as demandas nacionais. Assim, através do exemplo da YPF, foi conduzida a “racionalização” das benéncias do modelo desenvolvimentista associado ao capital estrangeiro e essa imagem positiva de Frondizi – democrata, competente e pragmático – se consistiu em um elemento para a sua descrição positiva:

Em fins de 1958, estava diante da grande alternativa: tendo um passado de nacionalista intransigente, não via outra saída senão recorrer maciçamente ao capital estrangeiro, principalmente para o desenvolvimento de uma indústria-chave, a petrolífera. Uma série de acordos petrolíferos foram assinados entre a empresa estatal argentina e empresas estrangeiras, provocando forte reação popular e rumores de golpe por parte de setores militares nacionalistas.⁸⁴

Como se pode perceber, outra idéia que foi constituída em referência à pessoa de Frondizi foi a inserção de sua atuação em uma conjuntura delicada. Mesmo sendo seus projetos bem sucedidos, enfrentava forte oposição, principalmente entre os militares, que viam com desagrado suas políticas nacionalistas. A descrição desse embate teve um dos seus eixos de formulação através da descrição das tensões resultantes da posição argentina em Punta del Este. Os militares exigiam o governo Frondizi a romper com Cuba, no entanto, o discurso do jornal destacou a resistência do presidente argentino:

Na conferência de Punta del Este, à Argentina se absteve de votar a expulsão de Cuba da OEA. O processo de recuperação e consolidação do Presidente parecia chegar ao seu clímax com energético discurso de Frondizi, no qual denunciava êle uma conspiração continental contra o progresso da América Latina, em respostas às exigências militares de rompimento com Cuba. Capitulou, no entanto, poucos dias depois. Essa capitulação foi o elemento decisivo na composição da derrota eleitoral de agora.⁸⁵

Às vésperas da deposição de Frondizi, o **Jornal do Brasil** destacou o caráter nefasto da conjuntura e a sua inserção nesse cenário como uma vítima. Era um governante que pensou no progresso argentino, denunciou os conluios contra a

⁸⁴ “A derrota de Frondizi”. **Jornal do Brasil**, 20 de março de 1962. p.2.

⁸⁵ “A derrota de Frondizi”. **Jornal do Brasil**, 20 de março de 1962. p.2.

democracia, mas que perdera todo o apoio político e o seu futuro se tornara nebuloso. Mesmo em situação tão adversa, o discurso do jornal não deixou de enfatizar o presidente argentino como um exemplo de homem público, o colocando como uma testemunha da ruína tanto da democracia e do progresso no país platino.

Frondizi não mais representa o Poder. Não representa mais a legalidade. Não tem apoio popular sensível nem suporte político ponderável. Mas é, sem dúvida, uma testemunha – a mais dramática de todas as testemunhas – a denunciar, aos quatro ventos, uma conspiração de uns poucos civis e militares contra o futuro da grande e nobre nação argentina. Não sabemos por quanto tempo Frondizi poderá ainda, resistir. Ninguém pode garantir que ele não renunciará, ao fim de tantas pressões. Para dizer as coisas com a maior crueza possível, não sabemos se ele vai ser deposto, morto ou – por mais incrível que possa parecer – mantido na Presidência pelos militares.⁸⁶

4.4. As imagens do peronismo e do radicalismo: algumas ponderações

Cada uma dessas imagens sofreu diferentes articulações pelos jornais analisados. No início desse capítulo, enfatizamos que as maneiras como os discursos abordaram a participação desses agentes na trama política argentina pode ter sido um elemento, tanto no complemento de uma “racionalização” mais ampla, quanto ter atuado por si próprias como uma ideologia. Essas imagens foram importantes recursos para a constituição de uma interpretação dos acontecimentos políticos argentinos, sobretudo pelas possíveis analogias com os atores da política brasileira, associações essas por vezes sugeridas e em outras explícitas.

No caso de **O Globo** essas associações estiveram bem próximas de serem explicitamente sugeridas. As reflexões em torno do peronismo foram um elemento central na composição de um discurso sobre a crise na argentina, relacionando esse movimento político diretamente com as dificuldades daquele país em consolidar um regime democrático. Assim, o tempo em que Juan Perón e seus correligionários tiveram no governo foi descrito como sendo onde os processos que culminaram na emergência daquele cenário de desordem tiveram sua gênese. Em suma: a conjuntura crítica pela qual a Argentina estava ultrapassando era associada à má administração peronista, ligada a práticas corruptas e a equívocos administrativos. Portanto, devido às suas práticas viciadas, o peronismo representava uma ameaça à consolidação da democracia

⁸⁶ “A hora final”. **Jornal do Brasil**, 28 de março de 1962. p.6.

na Argentina. O jornal alertou ainda que existiriam no Brasil quem advogasse por doutrinas semelhantes.

Por outro lado, as imagens constituídas em torno de Arturo Frondizi estiveram associadas a uma das principais bandeiras históricas de **O Globo** até então: a defesa das instituições democráticas. Ao contrário do peronismo, o governo Frondizi teria representado uma efetiva opção para a superação do passado recente do país platino, ligado a práticas “autoritárias”. O presidente argentino foi descrito como um político “moderno”, que colocou o bem-estar da nação acima de suas convicções doutrinárias. Um autêntico democrata, Frondizi teria posto a sua própria integridade a perigo para defender a “incipiente” e “frágil” democracia platina.

Portando, ambas as imagens tiveram uma possível mobilização ideológica de seu sentido por meio da constituição de uma “visão maniqueísta” da cena política argentina. Segundo o discurso do jornal, o peronismo representaria uma iminente ameaça à ordem democrática e por meio dessa imagem, posta em paralelo aos vícios apontados pelo discurso do jornal, operou como um recurso na caracterização negativa de um modelo político associado a um “nacionalismo radical”, de certa maneira, análogo ao varguismo.

Por sua vez, as imagens em torno de Frondizi e do radicalismo não se limitaram a uma estratégia que teve por fim constituir um discurso em prol da democracia. Associando o presidente argentino à defesa das instituições democráticas, o discurso do jornal pode ter articulado uma ideologia ao defender um modelo de desenvolvimento que o **O Globo** associou ao governo Frondizi. Ao mesmo tempo em que o jornal carioca não via positivamente o “nacionalismo exacerbado” do peronismo, também tinha seus interesses relacionados ao empresariado brasileiro, como foi pontuado no capítulo um desse estudo. Portanto, um modelo que associava a defesa da democracia com o desenvolvimento industrial, ainda contando com a participação do capital estrangeiro, era entendido pelo jornal como um exemplo positivo para o Brasil.

Os compromissos históricos do **Correio da Manhã** não estavam associados da mesma forma ao empresariado e à industrialização. A principal bandeira desse jornal foi a defesa da democracia. Mesmo esse sendo um ponto em comum aos três periódicos analisados, o **Correio** associou os princípios democráticos de maneira mais íntima à doutrina liberal. Assim, as imagens constituídas sobre o peronismo pelo discurso do jornal foram associadas a vícios que vinham em oposição a esses princípios. Priorizando

uma leitura sobre o “neoperonismo” de Framini, o jornal carioca constituiu uma imagem negativa, onde esse movimento político, o qual representava uma oposição aos valores liberais, foi descrito como promotor de ações prejudiciais a sociedade platina.

O compromisso com a defesa das instituições democrática apareceu mais nitidamente quando tratamos de analisar a imagem pública de Arturo Frondizi. De acordo com o momento da crise, o presidente argentino foi descrito como um dos vilões daquela conjuntura ou um herói da defesa da democracia. Essa postura, de crítica a Frondizi no momento da anulação das eleições e, posteriormente, de “louvor” perante sua resistência à pressão militar por sua renúncia, indica-nos que a principal preocupação do discurso do **Correio** foi o de estabelecer uma imagem a favor da democracia e de “expurgo” àqueles descritos como seus “opositores”.

As imagens desses dois movimentos políticos constituídas pelo **Correio da Manhã** atuaram como um elemento na composição de um discurso mais abrangente. Essa estratégia-ideológica, como vimos apontando nos capítulos anteriores, baseou-se na “racionalização” de que a democracia na América Latina estava sendo ameaçada. Portanto, quando o discurso do jornal apontou o peronismo como um inimigo da democracia e responsabilizou o governo Frondizi por não ter tido uma atitude contra a anulação das eleições, constituiu uma ideologia que, através do “expurgo” desses indivíduos e de suas ações, visou conchamar os indivíduos dentro da sociedade brasileira a se unirem em torno da democracia e dos valores associados pelo jornal a essa.

Para todos os jornais analisados, o peronismo foi um elemento na constituição de um alerta. No entanto, na ótica apresentada pelo **Jornal do Brasil**, o movimento de Juan Perón não seria o promotor da crise, mas sim um dos seus reflexos. Os jornais analisados anteriormente, sobretudo o **Correio**, apontaram as ações desse movimento político como promotoras da crise no país vizinho e questionaram a capacidade dos populares de protagonizar um sistema político democráticos. Por sua vez, o **JB** ressaltou que o fenômeno peronista seria “um sintoma de um mau” que assolava a sociedade argentina.

Assim, em uma possível leitura, essa “racionalização” pode ter operado como um elemento de uma ideologia que atuou por meio de uma descrição da crise argentina. A conjuntura no país vizinho era apenas um reflexo dos dualismos na América Latina. Como vimos anteriormente, o **Jornal do Brasil** descreveu a existência de um conluio de grupos relacionados aos interesses oligárquicos. Seus interesses econômicos se

punham intrinsecamente contra o progresso das nações da região. Infere-se, portanto, que fenômenos como o peronismo, descrito da mesma forma que os outros jornais como negativo, apenas emergiam em virtude da falha das elites econômicas e políticas em levar o progresso às camadas baixas dessas sociedades.

O “antídoto” para resolver esses problemas que assolavam o continente foi sugerido através da imagem pública de Frondizi e do radicalismo. O presidente argentino foi descrito como um exemplo positivo e seu governo como promotor de um exitoso projeto de desenvolvimento. Interpretamos que o **JB** estabeleceu uma série de estratégias-discursivas na operação de uma ideologia que objetivou conclamar os indivíduos no contexto sócio-histórico estruturado brasileiro a se unirem em torno de seus princípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo objetivamos uma interpretação da prática discursiva e a sua possível mobilização ideológica pelos jornais analisados. O nosso foco foi como essas práticas se constituíram em torno da repercussão da deposição de Arturo Frondizi. Mesmo levando em consideração que essa análise tem algumas limitações em uma abordagem mais ampla da prática discursiva desses agentes, foi possível fazer considerações que, pelo menos, nos sugerem alguns questionamentos. Da mesma maneira, como vimos indicamos ao longo desse estudo, essas interpretações referenciadas na política do país platino são importantes para o entendimento da atuação desses produtores discursivos. O papel que ocupam as imagens elaboradas em torno da Argentina é relevante para o próprio entendimento da conjuntura brasileira.

Para poder dar conta do objetivo proposto, dividiu-se essa dissertação em quatro capítulos. No primeiro deles, nossa preocupação se deteve em questões mais teóricas. Por sua vez, os demais capítulos se destinaram à análise dos discursos dos jornais e as suas possíveis mobilizações ideológicas. A fim de atender a esse objetivo, dividimos a parte analítica desse estudo em três categorias, cada uma tratada em um desses três capítulos: os usos discursivos da noção de democracia, as razões da crise argentina e as imagens dos atores envolvidos naquela conjuntura. Esses foram eixos que foram comuns aos três jornais na formulação de um discurso ideológico.

No primeiro capítulo dessa dissertação estivemos preocupados em delimitar nossa perspectiva acerca das relações entre História e Imprensa, e na reconstrução da trajetória histórica dos jornais analisados. Propomos-nos a uma abordagem que tem nos jornais não uma fonte de pesquisa, mas sim agentes históricos, atuantes da política nacional. É imprescindível considerar a proeminência dos debates no nível simbólico, onde a imprensa em muitos momentos atuou como protagonista. A importância desses meios, portanto, tiveram destaque na composição da política da época e, por isso, o estudo das formas como esses jornais atuaram possui relevância. Da mesma maneira, prezamos por uma perspectiva que levasse em consideração as peculiaridades de cada um desses agentes e não simplesmente os classificasse como transmissores dos anseios das classes ou grupos dominantes.

Partindo da reconstituição das tramas que envolveram a deposição de Arturo Frondizi e a solução parlamentarista brasileira de 1961, o segundo capítulo se destinou a

averiguar como os jornais analisados constituíram um entendimento de democracia e a possível mobilização desse significado em uma ideologia. A maneira como cada um desses agentes históricos constituiu uma idéia de democracia foi bastante próxima. Acompanhada a essa noção e tendo em vista o evento repercutido, foi conduzida uma ampla crítica à intervenção das forças armadas na política, vendo no caso argentino um exemplo negativo e, de certa maneira, preocupante.

A “naturalização” da democracia foi uma operação ideológica comum aos três jornais analisados. Ambos quando abordam esse tema partem de uma leitura onde a democracia é um sistema político “ahistórico” e não levam em consideração o fato dessa instituição ser uma construção social. Perante a particularidade de cada uma das tendências seguidas por esses agentes históricos, esse sistema político foi posto como algo a ser defendido. A vigência do sistema democrático foi visto como condição para a ordem e o bem-estar social e o rumo dos acontecimentos na Argentina teriam alertado para a necessidade de haver uma união entre os indivíduos na sociedade brasileira.

No entanto, apenas no momento em que o discurso desses jornais abordou as razões para a ocorrência da crise na Argentina foi possível perceber com maior clareza os valores que compunham aquilo que deveria ser defendido. Esse foi o tema do terceiro capítulo desse estudo e na análise das estratégias discursivas desses jornais que ofereciam uma explicação da gênese daquele evento foi possível visualizar suas principais tendências. O que cada um desses agentes históricos identificou como sendo as causas do colapso das instituições democráticas na Argentina foi distinta, chegando ao ponto de algumas interpretações se porem em pleno antagonismo, como foi no caso do **Correio da Manhã** e do **Jornal do Brasil**.

Em torno desse tema, questões delicadas como, por exemplo, a influência de determinados setores sociais na geração das condições que levaram o país platino à crise e os fatores de ordem econômica por trás daquela conjuntura foram postas. Após uma breve reflexão sobre as tendências político-econômicas que disputavam espaço no cenário nacional brasileiro, vimos que a deposição de Frondizi não foi entendida como um evento aleatório e isolado: esses acontecimentos foram inseridos dentro de uma ordem maior, que abrangia toda a América Latina e que visaria a alertar aos indivíduos na sociedade brasileira que aqueles eram tempos difíceis e, novamente, no sentido de procurar uma união em torno daqueles valores que estavam sendo sustentados como dignos de serem defendidos.

O quarto e último capítulo desse estudo nos trouxe uma reflexão em torno das maneiras como os atores envolvidos na conjuntura argentina tiveram suas imagens constituídas pelos jornais analisados. O nosso foco esteve nos agentes da política argentina relacionados com a oposição às práticas oligárquicas, no caso, o radicalismo e o peronismo. Após recuperar a sua trajetória política na introdução deste capítulo e as relações íntimas que ambos os grupos tiveram com o poder na Argentina, vimos que um deles, o peronismo, teve uma imagem negativa, enquanto o radicalismo, que teve como o eixo de sua reflexão a imagem do presidente deposto, na maior parte dos momentos, foi entendido como um exemplo positivo.

Dessa maneira, vimos que essas imagens atuaram no sentido de complementar “racionalizações” mais amplas. O peronismo, por exemplo, foi descrito como sendo um dos grandes “vícios” da política argentina e a sua imagem como sendo um dos responsáveis pelo funcionamento precário da sociedade. Por sua vez, Frondizi foi descrito na maior parte das oportunidades como um exemplo de governante que prezou pelos valores democráticos, colocando a sua integridade em risco em prol da defesa da ordem nacional. No caso do **Jornal do Brasil**, por exemplo, mais do que o seu comprometimento com a defesa da constitucionalidade foi destacada sua atuação em prol do desenvolvimento nacional da Argentina.

Portanto, através desses eixos analíticos procuramos reconstruir as práticas discursivas conduzidas por esses jornais em torno da deposição de Frondizi. Mesmo que esses resultados sejam referentes a uma atuação específica, sugerem elementos que nos permitem visualizar questões mais abrangentes. Assim, procuramos apontar ao longo desse estudo as tendências doutrinárias desses discursos e as possíveis mobilizações ideológicas constituídas em torno de seus sentidos. Como vimos nessa dissertação, existem estudos que apontam que os jornais da grande imprensa do Rio de Janeiro eram comprometidos com uma postura liberal. Mesmo que haja pesquisas que questionem essas generalizações, esse tipo de classificação continua sendo usada, sem levar em consideração as devidas particularidades de cada caso.

Todos os jornais analisados têm como um ponto em comum a defesa da democracia. Em diversos momentos de suas trajetórias se postaram contra aqueles que foram identificados como inimigos da ordem constitucional, tanto no que foi referente, por exemplo, ao Estado Novo, quanto durante a crise da legalidade. No entanto, a concepção de democracia desses agentes históricos não foi uniforme: apresentavam

convergências, mas também havia distinções, principalmente quando se questionaram sobre quem seriam esses grupos democráticos e as características do modelo econômico que vinha acompanhado de tais valores.

O Globo é o mais jovem desses jornais e passou a ter uma maior notoriedade na imprensa carioca apenas ao longo dos anos 30. Um dos pontos que compuseram a sua concepção de democracia foi a identificação de uma ameaça nos grupos ligados ao varguismo. Em um primeiro olhar isso poderia significar a oposição às principais bandeiras desses setores, como a industrialização, a planificação econômica e a participação do Estado como promotor de desenvolvimento. No entanto, quando analisamos a trajetória desse agente histórico, encontramos indícios de que esse esteve próximo aos interesses do empresariado brasileiro e à defesa da industrialização como alternativa para o desenvolvimento nacional.

Quando analisamos os discursos produzidos em torno da deposição de Arturo Frondizi encontramos indícios que confirmam essa tendência de oposição ao legado de Vargas e proximidade a uma prática ligada a um modelo desenvolvimentista. Não podemos dizer simplesmente que os posicionamentos de **O Globo** estão predicados à doutrina liberal. Do ponto de vista do liberalismo político, encontramos uma grande proximidade: esse agente histórico constituiu uma prática discursiva que condenou o golpe militar na Argentina, vendo como negativa a intervenção das forças armadas na política. Ao mesmo tempo, apontou nos tempos em que o peronismo estava no poder a gênese dos problemas que culminaram na instabilidade daquele momento.

Por outro lado, quando vemos o discurso do jornal constituindo imagens positivas do governo Frondizi e de suas diretrizes, no mínimo encontramos elementos que nos levam a questionar que no plano econômico existia um alinhamento incondicional com o liberalismo. Da mesma maneira, quando se indagou sobre quais teriam sido os fatores que conduziram a Argentina à crise um dos argumentos estabelecidos foi a impossibilidade de levar o desenvolvimento a todos os segmentos sociais. Assim, ao não promover o desenvolvimento amplo da sociedade se estaria gestando condições que possibilitariam a ascensão de doutrinas “exóticas”. Essas constatações nos levaram a propor uma classificação desse discurso dentro do que chamamos de **liberal-progressista**. O nome ambíguo sugere a maneira como essa prática discursiva transitou entre a defesa de valores liberais e, ao mesmo tempo, de

uma postura próxima ao desenvolvimentismo. Por isso, ora vemos uma prática próxima ao **JB** ora ao **Correio**.

Portanto, as interpretações sobre a deposição de Frondizi por **O Globo** atuaram, possivelmente, como uma ideologia ao defender a idéia de que a democracia seria possível apenas acompanhada por desenvolvimento econômico. As diretrizes desse desenvolvimento não foram explicitadas no discurso do jornal, no entanto, tendo em vista a sua trajetória histórica e a grande afinidade que esse jornal demonstrou com o governo Frondizi, em uma possível leitura, pelo menos ao que se refere a essa prática discursiva, esse seria um desenvolvimento baseado na industrialização e na participação no Estado.

Contudo, ao mesmo tempo, essa ideologia também atuou no sentido de “expurgar” modelos políticos baseados em um nacionalismo radical. Portanto, ao elaborar uma imagem negativa do peronismo esse discurso pode ter proposto uma analogia ao varguismo no Brasil e, dessa maneira, procurado invalidar proposta de desenvolvimento enraizada em uma doutrina ligada a um nacionalismo exacerbado. A democracia, então, viria acompanhada com desenvolvimento social, baseada em um modelo de industrialização não radical, logo, aberto às participações do capital estrangeiro.

O **Correio da Manhã** é relacionado pela bibliografia como sendo um defensor dos preceitos liberais e ligado ao pensamento conservador. Mais do que próximo a tais princípios, esse agente histórico é lembrado pela maior parte dos estudiosos sobre o tema como sendo um audaz defensor do liberalismo e da constitucionalidade. Como vimos ao longo do primeiro capítulo, o **Correio** tem uma trajetória ligada à oposição às intervenções estatais, que pode ser demonstrado desde ao posicionamento contrário à modernização do Rio de Janeiro no início do século passado sob a égide de Pereira Passos desde a ampla oposição ao Estado Novo e ao varguismo.

Dentre os três jornais analisados, onde se encontrou uma maior semelhança entre o apontado pela bibliografia e os discursos sobre a deposição de Frondizi foi no caso do **Correio**. Através dessa análise entendemos uma proximidade entre a prática discursiva desse agente histórico e a prática liberal. Essa constatação nos levou a classificar a ideologia constituída por esse jornal como **liberal-conservadora**. Em torno da deposição de Frondizi, elaborou-se uma série de discursos onde houve uma crítica à situação na Argentina. Assim como **O Globo**, foi formulada uma leitura crítica da

situação, embasada em valores liberais, como a leitura negativa da atitude das forças armadas em depor o presidente constitucional. Não se prendendo apenas ao exemplo argentino, esse agente histórico formulou uma ampla “racionalização” onde aquele evento era uma resultante de um cenário mais amplo.

Destarte, em uma possível leitura, esses discursos atuaram como uma ideologia ao propor uma ampla contextualização da cena latino-americana através do evento argentino e, assim, situar o Brasil em um cenário repleto de “ameaças”. Conforme o discurso do jornal, os valores democráticos estavam sendo ameaçados em todo o continente pela emergência de governos “retrógrados” e “nocivos” – por um lado os “demagogos nacionalistas”, por outro, os “ditadores das caraíbas”. A imagem pública de Frondizi acabou atuando como um exemplo positivo de resistência contra atos arbitrários. Mesmo tendo sido descrito como um dos responsáveis pela emergência daquela situação na Argentina, essa imagem do presidente foi um dos elementos que enfatizaram a idéia dos valores que deveriam ser defendidos.

Portanto, o **Correio da Manhã** elaborou uma ideologia através da constituição da “racionalização” de que o Brasil estava em situação de ameaça perante a conjuntura de instabilidade democrática em toda a América Latina. Infere-se que o discurso do jornal conclamou os indivíduos a se manterem unidos em torno da defesa da democracia. Essa prática discursiva atuou como uma ideologia ao legitimar uma tendência liberal e conservadora do pensamento político econômico brasileiro que, naquele momento histórico, estava em antagonismo com idéias progressistas, desenvolvimentistas e mesmo socialistas por uma posição hegemônica na sociedade brasileira.

Se nos outros dois jornais as análises conduzidas, pelo menos, nos indicaram uma aproximação dessas práticas com o que a bibliografia indica, o **Jornal do Brasil** acabou sendo uma exceção. Em estudo clássico sobre o pioneirismo desse agente histórico na reforma da imprensa do Rio de Janeiro no final da década de 1950, Marieta de Moraes Ferreira indicou que, embora sendo o **JB** um dos precursores das inovações que culminaram na modernização da imprensa carioca, continuou filiado a uma tendência política conservadora. Realmente, se formos tratar numa perspectiva ampla facilmente esse jornal seria classificado como conservador. No entanto, como vimos chamando a atenção ao longo desse estudo, devemos reparar as particularidades e as temporalidades das práticas discursivas de cada um desses agentes históricos.

Perante os resultados aqui encontrados, no mínimo devemos sugerir que nesse momento específico, a prática discursiva do **JB** vinculou-se a um pensamento progressista, próximo dos aspectos doutrinários do desenvolvimentismo. Essa sugestão se torna ainda mais relevante se levarmos em conta que, diferentemente dos outros jornais analisados, o **JB** se valeu de suas percepções e reflexões sobre a crise argentina para formular leituras sobre outros temas. Tanto a Aliança para o Progresso, quanto o governo João Goulart, através da repercussão da visita do presidente brasileiro a Washington, tiveram na deposição de Frondizi um parâmetro.

Por meio da idéia de democracia, como vimos nos capítulos dois e três dessa dissertação, esse agente histórico sustentou uma série de valores ligados ao pensamento desenvolvimentista brasileiro. Entre esses a autonomia dos povos e o desenvolvimento pleno e para todos – em outras palavras, distribuição de renda – como único caminho para atingir a plena vigência da democracia. Através das imagens constituídas em torno do governo Frondizi, igualmente, sustentou-se a legitimidade de uma série de valores relacionados com as propostas desenvolvimentistas. Conforme o discurso do jornal, a questão petrolífera foi uma das mais bem sucedidas medidas do governo radical intransigente, acarretando em amplos investimentos estruturais que poderiam garantir o maior desenvolvimento da economia argentina, em íntima cooperação com o capital estrangeiro. Frente a essas constatações classificamos essa prática discursiva como **progressista-democrática**.

Nessa perspectiva se constituiu uma ideologia que visou legitimar as diretrizes de um pensamento ligado ao desenvolvimentismo. Assim, sustentou-se um projeto de Brasil baseado na industrialização como caminho para o progresso nacional, a participação do Estado na geração das condições estruturais necessárias e no planejamento desse desenvolvimento e a autonomia desse processo, o que não significava a inexistência de uma cooperação com o capital estrangeiro. Essa ideologia não se resumiu a legitimar um modelo de desenvolvimento, mas em também “expurgar” o pensamento tradicional, acusando a prática conservadora de ser um “conluio” de nível continental que visaria conter o progresso na região em prol da manutenção das velhas estruturas. Assim, essa “conspiração reacionária” lograria a manutenção das condições privilegiadas que essas oligarquias usufruíam em detrimento do “progresso” latino-americano.

A título de constatação, outro ponto que gostaríamos de destacar nessas considerações é as próprias implicações dessa análise para compreendermos a atuação desses jornais no contexto da emergência da solução autoritária brasileira de 1964. As discussões em torno da democracia e do autoritarismo nesse período foram intensas, principalmente frente às ameaças à ordem institucional em toda a América do Sul, sobretudo em torno da questão da legalidade no Brasil e o exemplo argentino na deposição de Arturo Frondizi. Os pólos das discussões em torno dessas conjunturas estarão presentes também na emergência do regime autoritário brasileiro. Em torno dessas questões nos parece pertinente uma indagação: porque esses jornais que nesse momento histórico têm um compromisso tão estreito com a defesa da democracia, em 1964 apoiaram a intervenção militar e a deposição de João Goulart?

Mesmo sendo um trabalho de conclusão, esse estudo não é o “ponto de chegada”. Esses resultados visam impulsionar pesquisas futuras dentro desses temas e como todas as pesquisas que estão no começo, reconhecemos que ainda há muito a melhorar. Os resultados aqui apresentados mais nos trouxeram novas indagações do que respostas. Algumas análises precisam ser ampliadas para futuramente poder se oferecer resultados mais consistentes. Procurou-se nessa dissertação fazer um acréscimo no estudo das questões referentes à História e Imprensa e a entender melhor, em outras óticas além das formas oficiais, as relações entre os dois principais países sul-americanos, Brasil e Argentina. Esse estudo já é uma continuidade de um trabalho que começou na graduação, onde fizemos uma pesquisa sobre a repercussão da deposição de Perón no **Diário de Notícias** de Porto Alegre. Mesmo tendo noção dos avanços atingidos nessa dissertação com relação às pesquisas anteriores, tem plena consciência dos acréscimos que ainda são necessários serem atingidos, principalmente a maturidade de algumas idéias e reflexões. Porém, se está disposto a continuar seguindo na pesquisa, procurando sempre aperfeiçoar-se e, de alguma forma, colaborar para o desenvolvimento da pesquisa no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

1. CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

ABREU, Alzira Alves de (org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

CASTRO GOMES, Ângela de. Trabalhismo e democracia: O PTB sem Vargas. In: _____. **Vargas e os anos 50**. Rio de Janeiro: Relumbe-Dumará, 1994.

CORSI, Francisco. Política Econômica e Nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (org.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: ____ e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. As crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: ____ e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

FICO, Carlos (org.). **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. In: Brasil: do Ensaio ao Golpe. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n° 47 p. 29 – 60, 2004.

_____. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Nacionalismo e Economia no Segundo Governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (org.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. As origens teóricas do pensamento da Cepal. In: POLETTTO, Dorivaldo Walmor. **50 anos do manifesto da Cepal**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

FRANCHINI NETO, Hélio. **A Política Externa Independente em ação**: a Conferência de Punta del Este de 1962. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (2): 129-151, 2005

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

HAFFNER, Jaqueline. **A Cepal e a industrialização brasileira (1950 – 1961)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LABAKI, Amir. **1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. **O difícil caminho do meio**: Estado, burguesia e industrialização no segundo Governo Vargas. In: In: CASTRO GOMES, Ângela de (org.). Vargas e os anos 50. Rio de Janeiro: Relumbe-Dumará, 1994.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil (1961 – 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de Oliveira. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O Colapso do Colapso do Populismo. In: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e Sua História**: Debate e Crítica. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Ditadura militar**, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964 –2004). Bauru: Edusc 2004.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da Nova República. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização das Relações Internacionais do Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1950 – 1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOARES, Walmer Jacintho. **Os interesses industriais na consolidação do nacional-desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Vozes, 1995.

2. HISTÓRIA DA ARGENTINA

DEUSCH, Sandra McGee. La derecha durante los primeros gobiernos radicales, 1916 – 1930. In: **La derecha argentina: Nacionalistas, neoliberales y clericales**. Buenos Aires: Ediciones B, 2001. pp. 71-112)

DONGHI, Tulio Halperin. **La democracia de massas**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

FRONDIZI, Arturo. **La política exterior Argentina**. Buenos Aires: Transición, 1963.

_____ e FRIGERIO, Rogelio. **Introducción a los problemas nacionales**. Buenos Aires: Ediciones del CEN, 1965.

GIACOBONE, Carlos Alberto e GALLO, Edit Rosália. **Radicalismo, um siglo al servicio de la Patria**. Buenos Aires: Duken, 2004.

KAPLAN, Marcos. **50 años de historia argentina (1925 – 1975): El labirinto de la frustración**. In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. *América Latina: Historia de medio siglo*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1988.

LUNA, Felix. **Argentina: de Perón a Lanusse, 1943-1973**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **Dialogos con Frondizi**. Buenos Aires: Desarrollo, 1963.

MENGO, Renée Isabel. **Incidente de los golpes de Estado de los 60 en la prensa de Córdoba**. In: *Revista latina de Comunicación Social*. Publicação on line: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/20045831mengo.pdf>

PADILLA, Miguel Ángel Taroncher. **Periodistas y prensa semanal en el golpe de estado de 28 de junio de 1966: La caída de Illia y la Revolución Argentina**. Tese de doutorado defendida na Universitat de Valencia. Sevei Publicacions, 2004.

POTASH, Roberto. **El Ejército y la Política en la Argentina (1945 – 1962): de Perón a Frondizi**. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

_____. **El Ejército y la política en la Argentina (1962 – 1973)**. Buenos Aires: Sudamericana, 1994.

QUESADA, María Saenz. **La Libertadora: De Perón a Frondizi – História pública e secreta**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

RAMOS, Jorge Aberlado. **Las massas y las lanzas (1810 – 1862)**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1974.

ROMERO, Luis Roberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SABORIDO, Jorge e PRIVITELLIO, Luciano de. **Breve historia de la Argentina**. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

SAN ROMÁN, Pablo de. **Conflicto político y reforma estructural: La experiencia del desarrollismo en Argentina durante la presidencia de Frondizi. (1958 – 1962)**. Alcalá: Instituto de estudios latinoamericanos de la Universidad de Alcalá, 2009.

SARMIENTO,

VITALE, María Alejandra. **Los discursos golpistas en la prensa gráfica argentina: las memorias discursivas del golpe militar de 1930**. Publicação on-line: <http://www.portalaled.com/files/73Vitale.pdf>

WALTER, Richard J.. La derecha y los peronistas, 1943 – 1955. In: **La derecha argentina: Nacionalistas, neoliberales y clericales**. Buenos Aires: Ediciones B, 2001. pp. 247 – 274).

3. HISTÓRIA, IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

ABREU, Alzira Alves (org.). **Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A participação da imprensa na queda do Governo Goulart**. In: FICO, Carlos (org.). 40 anos do golpe: Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

_____ e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Fechando o cerco: A imprensa e a crise de agosto de 1964**. In: CASTRO GOMES, Ângela de (org). Vargas e os anos 50. Rio de Janeiro: Relumbe-Dumará, 1994.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968 – 1978)**. Bauru: Edusc, 1999.

ASSIS, Carolina de. *O Correio da Manhã* no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-70. In: **Anais do XIV Congresso da região sudeste** – Intercom. Rio de Janeiro, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. **Imprensa e poder no Brasil no pós 30**. In: *Questão*. Porto Alegre. v. 12. n. 2. P. 215 – 234. Jun/dez. 2006

_____. **Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades**. **Anais do Colóquio História e Imprensa**. p. 87 – 91.

BIROLI, Flávia. **Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de São Paulo**. **Revista de sociologia política**. n. 22, p. 87 – 99, junho de 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão: a influência do jornalismo e dos jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____ e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: a ideologia no jornal Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discursos das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A reforma do Jornal do Brasil**. In: ABREU, Alzira (org.) **Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e vermelho: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo**. Dissertação de mestrado defendida no PPGH da UFRGS. Porto Alegre, 2004.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. **A Indústria Cultural: O Iluminismo Como Mistificação de Massas**. In: LIMA, Luis Costa (org.). *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JEANNENEY, Jean-Nöel. **A mídia**. IN: REMOND, René. **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LATTMAN WELTMAN, Fernando. **Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”**. In: ABREU, Alzira (org.) **Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Unesp, 2006.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **O processo de criação da Petrobrás: imprensa e política no segundo governo Vargas**. Dissertação de mestrado defendida no PPGH-PUCRS. Porto Alegre, 2006.

_____. A América Latina na luta pelo desenvolvimento: as idéias cepalinas sobre industrialização planejada na grande imprensa brasileira durante o Segundo Governo Vargas. In: **Anais do Simpósio Internacional Estados Americanos: O Bicentenário das Independências (1810-2010)**. Passo Fundo: UPF, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. In: Estudos Históricos, Mídia, n. 31. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2003/1.

_____. **Imprensa e mercado no Brasil: de 1945 aos nossos dias**. In: VI Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo. São Paulo, 2008

ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade: Fundamentos da Crítica à Indústria Cultural em Adorno**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

SILVEIRA, Helder da Silveira da. A imagem pública e a queda de João Goulart na imprensa argentina: Uma Ideologia da Solução Militar no Cone-Sul. In: **Revista História e Debates**. V. 6, nº 1, p. 49 – 61. Passo Fundo: UPF, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

THOMPSON, John. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação em massa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

4. AMÉRICA LATINA E AUTORITARISMO

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. (1914 – 1945)**. São Paulo: Loyola, 1999.

BIAZETTO, Bruno Henz. **A insurreição no meu quintal: processo decisório e percepção da diplomacia norte-americana durante a Revolução Cubana (1958-1960)**. Dissertação de mestrado defendida no PPGH-PUCRS. Porto Alegre, 2008.

BORON, Atilio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. O caso aunós na versão da grande imprensa carioca e do Itamaraty. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v.33, n.2, p. 134-155, 2007

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DABÈNE, Olivier. **América Latina no Século XX**. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: Um ensaio de história comparada. São Paulo. Editora 34, 2004.

FROTA, Luciana Silveira de Aragão. **Brasil-Argentina**: Divergências e convergência. Brasília: Centro gráfico do congresso nacional, 1991.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina**: (1960 – 1990). Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 35-41.

HAFFNER, Jacqueline. **Cepal**: uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: Da Tríplice Alianças ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos**: autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice, 1986.

PACHECO, Diego. **O Ditador do Prata**: A queda de Perón na ótica do *Diário de Notícias* de Porto Alegre. Monografia defendida no curso de graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, 2008.

PRADO, Maria Lúcia. **O populismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Repensando a História Comprada da América Latina**. In: Revista de História da USP. n. 153 p. 11 – 33. São Paulo: USP, 2005.

RECKZIEGEL, Ana Luiz Gobbi Setti. **Pacto ABC**: as relações Brasil e Argentina na década de 1950. Passo Fundo: UPF, 1996.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

_____ e SUFFERN, Stephen. **Los militares en la política latinoamericana desde 1930.** In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*. V.12. Barcelona: Critica, 1997.

SILVEIRA, Helder Gordim da. A implantação do Regime Militar no Brasil segundo a diplomacia Argentina: identidades e contrastes na crise política do Cone Sul (1964-1968) In: **Anais eletrônicos do VII encontro internacional da ANPHLAC.** Campinas, 2006.

SCHOUTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão.** Bauru: Edusc, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **América Latina: política y sociedad.** Madrid: Espasa-Calpe, 1989.

WASSERMAN, Cláudia. **Palavra de Presidente.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

5. OBRAS GERAIS

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **Liberalismo e democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **As ideologias e o poder em crise.** Brasília: UnB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** Campinas: Papirus, 2007.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político.** Petrópolis: vozes, 1996.

EPSTEIN, Isaac. **O signo.** São Paulo: Ática, 1986.

GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria.** Lisboa: Edições 70, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro e passado**: contribuição para a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUCRJ, 2006.

MALERBA, Jurandir. Pensar o acontecimento. In: **História Revista**, Goiânia GO, v. 7, n. 1-2, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____ e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã e Feuerbach**: a contradição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2004.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História**: Novos Problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979, pp. 179-193.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

PECCEQUILO, Cristina. **Política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RÉMOND, René. **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 1976.